

*Jurão Preliminar*

Este documento pertence  
ao arquivo do SEPES



Este documento pertence  
ao arquivo do SEPES

UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA E EDUCAÇÃO

PRIMEIRA PARTE: DA TERRA E A EDUCAÇÃO

HUGO RODOLFO LOVISOLO

MOBRAL/SEPES

RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1979

## INTRODUÇÃO

O presente relatório é o resultado da primeira etapa de um projeto um pouco maior. Primeira etapa não planejada que se fez necessária a partir da análise do material coletado no trabalho de campo (histórias de vida, entrevistas abertas, notas de campo, observações ocasionais etc). O projeto original tencionava fazer um estudo comparativo do "papel" da educação do ponto de vista dos atores que participam no processo. (1)

Por "papel" da educação não fazemos referência a um processo supostamente universal de um conjunto de instituições e práticas que as sociedades ocidentais em transformação incessante, marcada pela lógica da diferenciação determina. O contrário desta afirmação estaria mais perto de nossas intenções, a procura de uma especificidade, de modos particulares de interação, de universos significativos restritos e não gerais ou universais. Se a generalidade ou a universalidade emerge no trajeto será como produto de "coincidências" impostas na prática da pesquisa e não de resoluções, ou marcos, a priori assumidos.

Por "papel" da educação entenderemos, neste contexto, as apreciações, valorações, procuras, rejeições etc, que certos atores localizados num meio rural particular têm dela. Os atores que nos interessam são os que fazem suas vidas nas "unidades de produção familiar na agricultura". Definiremos, provisoriamente, como unidade de produção familiar na agricultura um grupo humano de parentes (2) que utiliza a força de trabalho familiar para trabalhar num pedaço de terra, sobre o qual, eles têm alguma forma de controle (propriedade, parceria, colonato etc) e que produz em

#### AGRADECIMENTOS:

Para a realização do trabalho foi de primeira importância o apoio administrativo e financeiro da Fundação MOBRAL e de seu pessoal.

O clima intelectual do Setor de Pesquisa foi um estímulo permanente para sua efetivação.

Paulo de Góes (Chefe do Setor) é responsável em grande parte por esse clima. Os colegas Bandeira, Dauster, Leblon e Maranhão, dentre outros, são responsáveis por interessantes sugestões e debates que tem a ver com os resultados.

Autoridades da prefeitura, Comissão Municipal do MOBRAL, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, colaboraram de formas diversas no trabalho. Agradeço a eles nos nomes de Odilo Simão, Eduardo e Ignácio.

Uma menção especial para João Batista da Costa, assistente, datilógrafo, revisor e defensor permanente das normas do 'sentido comum' ausentes pela minha exclusiva responsabilidade em muitos pontos do trabalho.

# ÍNDICE

Pag.

|                                                            |     |
|------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                            | 1   |
| Notas da introdução.....                                   | 12  |
| Capítulo I.....                                            | 16  |
| 1. Algumas Informações prévias.....                        | 16  |
| 2. Generalidades.....                                      | 18  |
| 3. Estrutura Fundiária.....                                | 20  |
| 4. Pessoal Ocupado.....                                    | 24  |
| 5. Da Produção.....                                        | 27  |
| Capítulo II - ANTES/HOJE: da redefinição da situação.....  | 28  |
| 1. O espaço produtivo.....                                 | 28  |
| 2. Da Produção.....                                        | 30  |
| 3. Da Terra.....                                           | 41  |
| 4. Do Esforço do Trabalho na Agricultura.....              | 46  |
| 5. Do Crédito: ANTES/HOJE.....                             | 58  |
| 6. Da Diferenciação das Unidades de Produção Familiar..... | 69  |
| Notas.....                                                 | 81  |
| Capítulo III - Aprender na Vida e Aprender na Escola.....  | 92  |
| 1. Da Terminologia do Ator: Educação, Escola, Estudo.....  | 92  |
| 2. Da História Escolar.....                                | 101 |
| Notas.....                                                 | 108 |
| Capítulo IV - Unidade de Produção Familiar e Educação..... | 110 |
| 1. Escola, Estudo e Unidade de Produção Familiar.....      | 110 |

|                                                    | Pag. |
|----------------------------------------------------|------|
| 2. Trabalhar na Técnica.....                       | 112  |
| 3. Escola Estudo: da circulação e o financiamento. | 123  |
| 4. Terra: Escola-Estudo.....                       | 130  |
| Notas do capítulo.....                             | 145  |
| Capítulo V - O MOBREAL no Município.....           | 150  |
| 1. Algumas informações preliminares.....           | 150  |
| 2. Um Curso de Alfabetização Funcional.....        | 161  |
| 3. Escola Estudo e os Alunos do MOBREAL.....       | 162  |
| Conclusões provisórias.....                        | 165  |
| Bibliografia.....                                  | 181  |

AOS AGRICULTORES DE CÂNDIDO GODOI COM A ESPERANÇA DE  
QUE ESTAS PÁGINAS DIGAM ALGO DO QUE ELES QUEREM  
DIZER.

um excedente que é comercializado no mercado. Forma de controle equivale a dizer que o grupo não está separado de suas condições de produção. (3) "Excedente" só implica a porção da produção — sem importar seu volume físico e valor — que é comercializável ou comercializada no mercado. Comercializável indica a potencialidade de um produto que pode ser usado alternativamente dentro da própria unidade de produção. Excedente, neste contexto, não é semelhante a "trabalho excedente", isto é, como um a mais sobre o "trabalho necessário" para a subsistência e reprodução dos membros do grupo familiar. O excedente pode estar formado por qualquer combinação entre trabalho excedente e trabalho necessário. O excedente pode ser todo trabalho necessário ou todo trabalho excedente ou qualquer combinação entre as duas modalidades de trabalho distingüidas.

Gostaríamos de esclarecer o porquê de centralizar nosso interesse sobre o papel da educação nas unidades de trabalho familiar na agricultura, sobre as relações com a educação e os significados dela para os atores das unidades de produção familiar. Existem dois conjuntos de razões que, por comodidade, denominaremos empíricas e teóricas.

A primeira razão de tipo empírica é que uma fração importante da população brasileira engaja-se na produção agrícola nas unidades de produção familiar. (4) A segunda razão é que nas zonas rurais concentram-se alguns dos problemas mais importantes da avaliação da educação a nível nacional, entre elas, analfabetismo, abandono, repetência, regressão etc. A terceira razão, fundada nas anteriores, é que o MOBRAL opera com seus programas e, principalmente,

com o Programa de Alfabetização Funcional centralmente nas áreas rurais. De acordo com os dados de uma pesquisa de 1975, setenta e cinco por cento dos alunos do PAF pertenciam à zona rural e desse percentual, aproximadamente 30% engajavam-se nas unidades de produção familiar na agricultura. É de salientar que o percentual de trabalhadores rurais sem terra (trabalhadores de enxada, boias frias, volantes) duplicava, em participação, à dos trabalhadores com terra nos cursos do MOBREAL. (5)

As razões são suficientes para justificar, no contexto da Instituição, o interesse na população do meio rural. Mas não é suficiente para efetuar o recorte de só pesquisar os problemas que nos ocupam entre os trabalhadores com terra das unidades de produção familiar, isto é, entre a camada ou fração da população rural que ainda não está separada de suas condições de produção, entre elas, a terra como meio ou condição fundamental. Tal recorte merece uma explicação e esta remete às razões de tipo teórico que procuraremos explicitar.

Na teoria da educação existem duas grandes disposições que, metaforicamente, denominaremos de disposição otimista e disposição pessimista.

Os otimistas acham que a educação é onipotente, ela tem força suficiente para que, a partir da capacitação do indivíduo, do desenvolvimento da "competência" do ator, o Capital Humano cresça. Em dependência deste processo, o país desenvolve-se, a mobilidade ocupacional e social acontece. No plano do indivíduo por meio da educação este chega a ser um homem total, integrado, consciente etc. O ponto principal reside na

visualização de que modificações, num conjunto de variáveis que caracterizam os indivíduos, determinam modificações em variáveis que caracterizam os sistemas nacionais. Pensa-se assim que um melhor nível na competência dos indivíduos, medido habitualmente pelo grau de escolaridade, se relaciona positivamente com o crescimento econômico, com a vigência de sistemas políticos estáveis e com o desenvolvimento da "consciência social".

A educação passa a ser a melhor resposta para a problemática do desenvolvimento econômico-social, da ordem social e da realização individual.

A disposição otimista pintada em seus traços extremos — sabido é que existem matizes e elaborações mais sofisticadas — esquece freqüentemente o que toda teoria sobre o social que opere a partir de efeitos de composição deve pensar: a aparição dos efeitos perversos. Tal esquecimento não é só teórico, ele também é ideológico.

No campo que nos ocupa, e desde uma disposição otimista, a educação deve possibilitar que, nas unidades de produção familiares na agricultura, se alcance um nível mais eficiente na alocação dos fatores a fim de aumentar a produção e a produtividade, propiciando, assim, retornos maiores para as unidades, o que conduziria a melhores condições de vida para seus membros.

A versão mais apurada da disposição otimista da educação encontra-se, sem dúvida alguma, na Teoria do Capital Humano. Em

seus termos mais simples a teoria constata o fato de que a idade e o nível educativo (escolaridade dos indivíduos) correlacionam-se positivamente com sua renda. Isto é, maior idade e/ou maior escolaridade resultam em maior renda. A maior renda é interpretada como consequência da produtividade marginal do Capital Humano formado na prática (cujo indicador é a idade) ou nas instituições educativas (cujo indicador são os anos de escolaridade). A maior produtividade marginal não só opera no plano individual. Como efeito de composição aparece a nível das sociedades nacionais. Assim, a melhor nível de escolaridade, corresponde maior desenvolvimento econômico e social. (6)

Sem entrar na discussão teórica dos postulados e das deduções da Teoria do Capital Humano, supõe-se que com maior educação acontece um processo de mobilidade ocupacional de postos de menor a postos de maior produtividade do capital humano. Para que tal processo opere é necessário que as chegadas, isto é, os postos de maior produtividade existam em quantidades suficientes como para absorver as novas camadas, depósitos de capital humano, formadas no processo educativo. Os postos não são criados pelo nível de escolaridade do ator, o desemprego de pessoal qualificado ou o emprego por baixo da qualificação, aparece como um fenômeno permanente das sociedades ocidentais a partir do crescimento da oferta educativa.

Para os indivíduos que não dispõem de meios de produção, adquirir maior renda por meio da escolaridade, está condicionado à dinâmica global do mercado de trabalho. No caso brasileiro, pesquisas salientam a baixa demanda relativa do mercado formal ou moderno (que se caracteriza pela exigência de melhores qualificações e

maiores salários) em relação à oferta. A mobilidade ocupacional e a maior renda a ela associada, é então limitada pela baixa demanda relativa do mercado formal ou moderno. (7)

No caso das unidades de produção na agricultura, nas quais os produtores não estão separados de seus meios de produção, a educação poderia, no contexto da teoria, atuar positivamente no aumento da produção, a produtividade e os retornos para as unidades. Assim, as unidades de produção familiar na agricultura apareciam, neste contexto teórico, como um lugar privilegiado para pôr à prova os alcances da teoria do capital humano.

Sua situação particular abria a possibilidade de específicas designações de significado à educação nas unidades familiares, a partir delas ou como meio para sair delas. Desde a reprodução das unidades e internamente desde as esteras da produção e a circulação.

Para os pessimistas a educação é uma das formas de operar o controle social, legitimadora de um sistema econômico, político e social contraditório em sua conformação por classes sociais enfrentadas. A educação apareceria, nesta linha de pensamento, como um aparato de mediação e solução, mais aparente que real, dos conflitos últimos entre exploradores e explorados. Seu universo simbólico permitiria inverter funções, apagar a realidade do conflito, deslocar na metáfora da mobilidade social a reprodução da desigualdade. Desenvolvimento econômico não é neste caso, um produto do desenvolvimento educacional, aquele é mais uma causa deste. Produto ou consequência, o desenvolvimento educacional aparece como uma retroalimentação negativa.

A educação é concebida na disposição pessimista pela sua negatividade em lugar de por sua positividade. Não pelo que ela aponta ao funcionamento da sociedade senão pelo que não pode deixar de apontar para o funcionamento do sistema; efeito de ocultação e efeito de mobilidade social que desloca o núcleo conflitivo. A educação é o lugar no qual, ideologicamente, (pela sujeição ao conjunto de normas, valores, fins do sistema social dominante) e economicamente, (na formação da mão-de-obra que o nível do desenvolvimento das forças produtivas demandam) o sistema social se reproduz. Claro que também as hipóteses da disposição pessimista, pintadas aqui com traços grossos demais, mereceria um tratamento de detalhes, mas para o quadro que queremos esboçar é suficiente. (8)

Nossa intenção não reside em refutar, com uma metodologia padronizada, as hipóteses testáveis das disposições otimista e pessimista, em algumas de suas variantes e especificidades. Simplesmente pensamos que é a vez dos atores, de como eles pensam algumas destas questões, de porque procuram ou abandonam a educação, do papel que lhe dão, de como das formas e conteúdos da educação apropriam-se. Esperamos que eles nos dêem as pistas para inclinarmos numa ou outra direção das disposições, ou de nenhuma. Nosso problema é mais formular algumas perguntas que corrigir, imperceptivelmente, velhas respostas.

Partimos, para estudar o significado da educação para os atores, das unidades de produção familiar sob o suposto de que nem o significado nem as formas de apropriar-se da educação são idênticas ou similares para as diversas camadas da população. Como formas específicas de apropriação por camadas, queremos

significar que elas produzem modelos "de" as realidades e modelos "para" atuar nas situações que são diferenciais para as distintas posições ocupadas na estrutura social. Isto é, que as condições de vida dos atores fazem processar de formas particulares a relação com a educação e com suas formas e conteúdos, supostamente nacionais, é dizer, uniformes para o conjunto da população.

As afirmações anteriores merecem alguma limitação. Ancorar a análise na posição dos atores na estrutura social não implica supor que o significado da educação seja o mesmo para cada posição. Pode acontecer que na mesma posição social, objetivamente definida por traços estruturais, os significados da educação sejam múltiplos, diferentes para os atores da mesma posição, ou, ao menos, apareçam variantes significativas sobre os eixos nos quais as relações com a educação são pensadas. Pode também acontecer o contrário, que entre posições desiguais na estrutura social, articulem-se conjuntos de significações análogas para os atores que as detêm.

A posição na estrutura social aparece assim como uma primeira forma de ancorar a análise (nem primeira nem última, em termos de seu poder de explanação dos fatos aos quais queremos aproximar-nos) só metodologicamente primeira.

As unidades de produção na agricultura não constituem um conjunto, ou universo, absolutamente homogêneo. A partir do conjunto das propriedades que permitem distingui-las de outros conjuntos ou camadas, procuraremos indagar os elementos que fazem a sua diferenciação como camada, às distinções intracamada. Intuitivamente parece existir uma diferença considerável entre o agricultor cujo

elemento principal de trabalho é a enxada e aquele cujo instrumento é o trator. Entre aqueles que beiram a fome e aqueles que, sem nadar na abundância, apresentam um padrão de conforto que pode, descritivamente, ser chamado de moderno.

Por esta razão recorreremos ao método comparativo. A partir de um trabalho anterior selecionamos três municípios de distinto nível de "desenvolvimento econômico social": o primeiro no R.S, o segundo na Bahia e o terceiro no R.N. (9). Hipoteticamente, neles podíamos encontrar distintas unidades de produção familiar, isto é, processos de diferenciação que propiciariam condições distintas, nas quais levantar os significados dos atores da educação.

O presente relatório é sobre o município de Cândido Godói no R.S. O próximo será sobre o município de Conceição do Coité na região semi-seca da Bahia. O relatório final pretende ser o trabalho comparativo entre a análise dos dois municípios. Por distintas razões (tempo, orçamento, pessoais) deixamos de lado o município do R.N.

Nossa intenção inicial foi realizar de partida a análise comparativa. Pensamos que na comparação podem aparecer os resultados mais satisfatórios na medida em que a comparação de unidades familiares diferentes e de discursos nelas gerados criava um efeito de distância que é central no método antropológico. Mas realizar a comparação implicava jogar por fora da borda a especificidade das unidades de produção familiar, nas quais o trabalho realizou-se. Corríamos, então, o risco de jogar a criança junto com a água da banheira. Ante tal

eventualidade, imposta em definitivo pela análise do material, preferimos a presente forma fragmentada de apresentação.

No método antropológico, o efeito da distância social (10) faz possível a comparação e no reverso, a especificidade da descrição na reconstituição de um "fato total". Somos cōnscios que tal reconstituição não existe neste caso, que nossa descrição é parcial e apagada, ou banhada, nas cores particulares que determinada privilegiar o ponto de vista dos atores na sua relação com a educação

Chegar a uma descrição menos recortada, a uma melhor aproximação ao fato total, o teria demandado (não sō por ser debutante do método) uma permanência em campo superior aos quatro meses que condições pessoais e institucionais fizeram possíveis. As limitações pessoais não derivam do "penoso" trabalho de campo. Diria que ele não tem nada de penoso, por fora dos sentimentos que a pobreza ou carência em muitas oportunidades, provoca.

Dos sujeitos entrevistados guardamos positivas lembranças e o desejo, realizável, de voltar a encontrá-los e de participar com eles dos efeitos do tempo.

Acreditamos com Pascal que "quando se joga pêla é sempre a mesma bola que uns e outros enviam", que no geral as idēias sō as mesmas e o que varia sō suas combinações. Com isto, justificamos que o relatório não estā cheio de citações de teōricos, procuramos reduzi-las ao mīnimo. Não com a intenção de aumentar a parte que nōs toca, senão de fazer mais fácil a leitura para aquele

interessado mais nos resultados substantivos que nas complicações das "miudezas" teóricas. Estamos pensando no educador que quer fazer algo com a educação no meio rural. Uma última advertência: desconfiamos quando as ciências sociais deixam o plano da explicação e pretendem ser normativas — ditar regras para os participantes do jogo social. Se algum parágrafo tem esse tom, esqueçamo-lo.

## NOTAS DA INTRODUÇÃO

1 - A observação em Ciências Sociais, como em qualquer ciência, é uma observação situada. É sempre observação desde algum lugar. Falar neste caso do ponto de vista dos atores remete às fontes da tradição sociológica weberiana, partir do sentido ou significado que orienta a ação do ator. As condutas coletivas apareceriam como composição de condutas individuais orientadas pelo significado. Mas no nível das condutas coletivas seu sentido, ou significado, não é necessariamente o mesmo (até pode ser contrário) do significado das condutas individuais. Para pensar com um exemplo conhecido: numa situação de inflação os atores podem utilizar suas poupanças para comprar bens e cobrir-se de futuros custos da inflação. Ao nível da composição das condutas individuais a inflação pode aumentar seu ritmo. Boudon (1978) denomina aos efeitos de composição, não desejáveis e não desejados, efeitos perversos. Tais efeitos desempenham para o autor um papel não desprezível na compreensão da mudança social e dos processos educativos, aos quais, particularmente aplica a concepção. A vantagem de seu marco teórico reside em que sem perder de vista as condutas dos atores no processo social, em nome de estruturas difíceis de localizar e com as quais operar no trabalho de análise das sociedades complexas, permite retomar as contradições ou efeitos perversos.

2 - Grupo humano de parentes é um termo descritivo próximo ao significado que o ator produz quando se refere ao trabalho feito pela família.

3 - Existem diferenças significativas entre uma unidade de

produção familiar que não paga nenhum tipo de "renda" por ser proprietária de um pedaço de terra e uma qualquer outra unidade (sob igualdade das outras condições) que paga algum tipo de "renda" — trabalho, produto ou dinheiro — pelo uso da terra. Também existem diferenças significativas entre a propriedade plena, garantida por uma normatividade jurídica, e a posse precária. A última, centro de conflitos nas fronteiras.

4 - No caso do R.S. as unidades que podem ser caracterizadas como de produção familiar pelo tamanho — menos de cinquenta ha — de acordo com os dados do Censo Agrário de 1975, representam 91.2% do total dos estabelecimentos. Sua distribuição era, com menos de 10ha 304590 estabelecimentos, de 10 a 20ha a 91385 estabelecimentos, de 20 a 50ha 34754 estabelecimentos. Fazendo um total de 430729 estabelecimentos.

5 - Cf. Lovisolo, Hugo; 1978, "Caracterização do Aluno do MOBRAL", MEC, MOBRAL/SEPES.

6 - O problema da Teoria do Capital Humano não reside na constatação das correlações positivas entre: a) nível de escolaridade e idade com renda; b) nível de escolaridade e desenvolvimento econômico. Com as possíveis especificações estatísticas sobre o valor destas correlações, não é neste campo que o problema existe. O problema central localiza-se na interpretação das correlações fundadas nos supostos da tradição neoclássica, controvertida, até em seus últimos fundamentos. Para uma resenha das críticas e das controvérsias em torno à teoria neoclássica cf. Harcourt (1969).

7 - O que pareceria acontecer é um processo de captação para as melhores posições intra-classe, dado que o crescimento da procura no mercado não quebra com os limites da oferta de cada classe. Neste sentido existiria uma reprodução da desigualdade, ampliada, em termos de suas respectivas bases numéricas. Para as "camadas" de baixa renda, empregadas domésticas, biscateiros, autônomos (frequentemente subempregados ou desempregados) operários não qualificados, se reproduz a imagem do círculo da pobreza. A única opção para os que podem formar grupos sindicalizados pareceria ser a barganha salarial no mercado de trabalho aliada a políticas diretas e indiretas de distribuição da renda implementadas pelo governo.

8 - Pensamos que as definições elaboradas sobre o papel da educação nas sociedades ocidentais, dentro da chamada disposição pessimista acham-se em Bourdieu (1974), Bourdieu e Passerom (1975). Os autores estão colocados na ótica da "reprodução". Em nosso caso acreditamos num processo de "produção" de sistema social.

9 - O trabalho foi uma tipologia de 360 municípios rurais de acordo com seu nível de desenvolvimento. Foi definido, na análise, como município rural aquele cuja população economicamente ativa entre o setor secundário e terciário era menor ou igual a 10% do total da PEA. Na construção da tipologia usou-se como instrumentos análise fatorial e análise de agrupamentos. Os municípios selecionados "representavam" agrupamentos de distintos níveis de desenvolvimento econômico e social na agricultura.

10 - "De fato, só se tem Antropologia Social quando se tem de

algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta). E a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica em estar sô, e tudo desemboca — para comutar rapidamente essa longa cadeia — na liminaridade e no estranhamento" (Da Matta, maio, 1978). A comparação existe, trabalhando ainda numa cultura, ou numa comunidade. É a cultura ou comunidade do antropólogo o segundo elemento da comparação. Trabalhar sobre mais de uma cultura ou comunidade permite psicanalizar — no sentido de Bachelard — o vício freqüente de pensar que o Índio, o primitivo, o camponês passa a ser aquele com o qual trabalhamos. O plural (ainda que sô de dois) está mais próximo da "realidade"!

## CAPÍTULO I

### I. - Algumas informações prévias.

Os registros de Cândido Godói são de memória recente. O território no qual a pesquisa foi realizada alcançou estado de município em outubro de 1963. Nesse momento sua população estimada era de 10200 habitantes. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970 a população era de 7.690 habitantes sendo ínfimo a percentagem dos que residiam na zona urbana.

O município forma parte da micro-região 324 conhecida como de colonização nova, constituindo-se num de seus focos principais a cidade de Santa Rosa criada como colônia em 1915. Por tal razão a região na qual nosso estudo se situa é conhecida como Colonial de Santa Rosa quando a referência se faz a partir de um ponto de vista histórico.

Nossa pesquisa transcorreu em duas comunidades. Uma delas situada nas terras mecanizáveis do município, a outra, nas terras pedregosas e não mecanizadas. Estas comunidades não são o município, isto é, elas não são amostralmente significativas do município ou região, nem um micro-cosmos que reproduza um macro-cosmos; região, estado, nação etc. Por certo elas desviam-se de um tipo médio, se por tal tipo, entende-se um caso representativo que, por outro lado, duvidamos que exista.

Mas, certas propriedades da lógica do funcionamento das unidades de produção familiar e representações nelas elaboradas sobre o papel da educação, repetem-se com variações limitadas numa área geográfica maior ã coberta nesta pesquisa. Estudamos os dois eixos acima levantados nas comunidades. Isso não significa que estudemos as comunidades. As comunidades são o meio empírico no qual nossos problemas são colocados, de nenhuma forma, elas são o objeto de nossa pesquisa.

Até aqui usei em repetidas oportunidades o termo município e comunidades. É bom perguntar-se sobre o papel que eles desempenham num trabalho desta natureza. Em princípio não sou eu quem fala do município e da comunidade. Os dois termos são frequentemente usados na definição das situações nas quais os entrevistados lutam e passam sua vida. Município e comunidade, como é usado por eles, apontam mais na direção de ser espaços sociais nos quais procesam-se diferentes modos de interação que espaços físicos. O município como modo de interação aponta a definir esferas de poder e de decisão na alocação de recursos. O município é o espaço no qual a prefeitura manda, e atua como centralizador de recursos e redistribuidor. Decisões importantes para as unidades de produção familiar tais como abertura e conservação de caminhos, escolas, infraestrutura de saúde, etc são tomadas no município. Comunidade, município, estado etc implica um sistema de classificação de formas específicas de interação social. Algumas delas serão exploradas em diversos pontos do trabalho.

## 2. GENERALIDADES

O município apresenta as características típicas das zonas de colonização do Rio Grande do Sul; a pequena propriedade comparte, - com outras regiões de colonização -, a tradição do milho, o porco e a policultura. Na década passada e com base em políticas agrícolas governamentais, a região transformou sua composição tradicional. Na atualidade os dois principais produtos são trigo e soja, acompanhada a última pelo milho. O milho continua sendo importante seja semeado em forma individual ou consorciado com a soja, sem embargo, a criação do porco perdeu sua importância tradicional.

"Aqui inicialmente era plantio de feijão preto, milho e fumo. Naquele tempo se plantava bastante fumo, todo ele ia para Santa Cruz. E depois conforme a gente aumentava a roça, para poder plantar mandioca, então a gente também começava a criação de porcos e por fim assim caiu o plantio de fumo, foi deixado de lado quando começou aquela operação tatu de Santa Rosa. Então isso se espalhou como um fogo, começou-se a plantar trigo e sucessivamente, trigo, soja, trigo, soja..." (0300)

Em Cândido Godói a colonização foi feita, predominantemente, por descendentes de alemães imigrados no século passado ao Brasil, existindo também descendentes de poloneses e italianos. A memória oral conserva fresco no primórdio do século o povoamento do atual Cândido Godói. As distâncias percorridas para chegar a ele, as dificuldades dos primeiros tempos, o preparo da primeira roça, a construção das casas e os centro

das comunidades . A vizinhaça com seu trabalho construía a igreja e a escola; o professor era financiado pelos pais dos alunos, era professor da coletividade e ensinava a escrever nessa língua. Ainda hoje no trabalho de campo é frequente encontrar velhos que sô falam alemão, freqüência que aumenta notavelmente entre as mulheres.

"eles vinham (os colonos) da região de Monte Negro, sã Leopoldo, Novo Hamburgo, já que na região deles começou a sentir falta de terra. Aí eles vieram p'ra cá ... nos primeiros três anos que vieram os primeiros moradores de lá eles estavam lutando com muita dificuldade, principalmente seca e gafanhoto. Se o tempo permitia o crescimento de alguma coisa, feijão milho, então aparecia, essas nuvens de gafanhotos que raparam, deixam o colono novamente sem nada... na hora da chegada... os chefes de família então iam lá pros seus lotes que eles tinham escolhidos, foram lá trabalhar e as donas ficavam lá no galpão cuidando das crianças e dos preparos da comidas, de noite então voltava, até que, quer dizer, cada um tinha construído um galpãozinho na terra dele, se mandava p'ra moradia dele, fazendo lugar p'ra outra família que ia entrar "(3)

As colônias, até bem avançado os anos cinquenta, ficaram isoladas. Colonos que participaram na Segunda Guerra Mundial nas Forças Expedicionárias Brasileiras aprendiam a falar português no exército. Por fora da cor anedótica tais fatos tendem a salientar que o isolamento das colônias nos primeiros cinquenta anos de nosso século foi considerável . E é só no governo de Getulio Vargas que as escolas comunais passam a ter

professores pagos pelo estado e a ministrar em língua portuguesa.

As dificuldades em analisar em termos de dados seriais a Cândido Godoi são grandes, pela sua formação recente como município. Poderia ser feita uma análise do agrupamento a nível da microrregião atual, mas não existe suficiente desagregação dos dados nos diferentes censos que possibilitem tal trabalho. Trabalharemos portanto com os últimos dados disponíveis a nível de município.

### 3. Estrutura fundiária.

Quadro VIII-Estabelecimentos e Área 1970/1975. Cândido Godoi.

|      | <u>Estabelecimentos</u> | <u>Área</u> | <u>Área Média</u> |
|------|-------------------------|-------------|-------------------|
| 1970 | 1681                    | 23370       | 13,90             |
| 1975 | 1415                    | 24023       | 16,98             |

Pode ser observado que entre 1970 e 1975 diminui o número total dos estabelecimentos conservando-se a área. Aumentou, portanto, ainda que em forma leve, a superfície média por estabelecimento, passando de 14 para 17ha. Dado que só contamos com dados para os dois anos em questão faz-se difícil estabelecer qualquer tipo de tendência, de qualquer forma, no trabalho de campo colhemos versões de venda de propriedades. Os vendedores são em geral famílias numerosas que vendem suas "colônias" ou... menos de uma colônia para comprar nas regiões

de menor preço da terra. Poderíamos dizer que deslocam-se para as fronteiras agrícolas: Mato Grosso, Amazonas etc.

Tais vendas favorecem de alguma forma o aumento no tamanho de outras propriedades. São os agricultores em melhor posição econômica ou aqueles que estão descrevendo uma trajetória ascendente os que compram a terra. Na região ainda é lei que pelo mesmo preço e condições tem prioridade o vizinho.

#### Estabelecimento por Grupo de Área 1970

|      | TOTAL |       | MENOS 10 H |      | 10 A 100 |       | 100 A 1000 |       | 1000 A 10000 |      |
|------|-------|-------|------------|------|----------|-------|------------|-------|--------------|------|
|      | E     | A     | E          | A    | E        | A     | E          | A     | E            | A    |
| 1970 | 1681  | 22370 | 603        | 2708 | 1077     | 19368 | 1          | 295   | -            | -    |
| % H  |       |       | 35.87      | 12.1 | 64.07    | 86.6  | 0,06       | 1.3   | -            | -    |
| S.M. |       |       |            | 4.49 |          | 17.98 |            | 295.0 |              |      |
| 1975 | 1415  | 24023 | 423        | 1999 | 989      | 19192 | 2          | 653   | 1            | 2175 |
| % H  |       |       | 29.89      | 8.32 | 69.90    | 79.89 | 0.14       | 2.74  | 0.07         | 9.05 |
| S.M. |       |       |            | 4.73 |          | 19.41 |            | 329   |              | 2175 |

Dados Censo Agropecuário 1970

No quadro apresentamos a distribuição dos estabelecimentos por grupo de área em valores absolutos e percentuais e as superfícies médias dos estabelecimentos para cada grupo de área.

Em 1970 a estrutura é tipicamente minifundiária ou dominada pela pequena propriedade. Os estabelecimentos de menos de 10 ha representam 36% do total dos estabelecimentos e ocupam algo mais do que 12% da área. Os estabelecimentos da faixa de 10 até 100 ha representam 64% do total dos estabelecimentos e ocupam quase 87% da área.

É de salientar que sua superfície média é próxima a 18 ha, sendo a superfície média dos estabelecimentos de menos de 10 ha de 4,5 ha aproximadamente. É de se lembrar que a superfície das colônias no momento da colonização era de 25 ha. A comparação dos dados permite pensar um processo de fragmentação das propriedades.

Em 1970 só encontrou-se um estabelecimento com mais de 100 ha (295 ha). Em 1975 a situação modificou-se em alguma medida de acordo com os dados; o número total dos estabelecimentos cai e acontece uma "redistribuição" das terras. Os estabelecimentos com menos de 10 ha perdem peso na participação no total, perda acompanhada por uma menor participação na superfície. Os valores respectivos são 29,89 e 8,32%. A dupla perda permite que o tamanho médio por ha permaneça similar ao de 1970.

Os estabelecimentos no grupo de 10 a 100 ha se bem que caíam em números absolutos entre 1970 e 1975 a participação relativa nos totais de estabelecimentos aumenta para 70%. A superfície média cresce também levemente no período.

A mudança significativa aparece com a existência na sinopse de 1975 de um estabelecimento de mais de 1000 ha e de um novo estabelecimento na faixa de 100 a 1000 ha. Com respeito ao primeiro acreditamos que seja uma nova incorporação ao município pela redefinição da sede do estabelecimento mais que produto de uma concentração de terra, isto é, que o estabelecimento passou a ser contado do lado de Cândido Godói quando antes era contado para um município limítrofe. Pessoalmente acredito ter visitado tal estabelecimento. Na oportunidade falei : com um fazedor de cercas da fazenda, atualmente, vivendo em seus limites.

Se analisa-se o regime legal da exploração da terra nota-se o domínio do proprietário. O quadro apresenta as distribuições pela condição do responsável.

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL 1970 E 1975

|      | TOTAL |        | PROPRIETARIOS |       | ARRENDATARIO |      | PARCEIRO |      | OCUPANTE |      |
|------|-------|--------|---------------|-------|--------------|------|----------|------|----------|------|
|      | E     | A      | E             | A     | E            | A    | E        | A    | E        | A    |
| 1970 | 1.681 | 22.371 | 1311          | 19895 | 14           | 65   | 216      | 1490 | 140      | 921  |
| % H  |       |        | 78,1          | 88,9  | 0,8          | 0,3  | 12,8     | 6,7  | 8,3      | 4,1  |
| S. M |       | 13.30  |               | 15.17 |              | 4.64 |          | 6.89 |          | 6.58 |
| 1975 | 1413  | 24.017 | 1251          | 22925 | 4            | 33   | 106      | 800  | 52       | 253  |
| %    |       |        | 88,5          | 95,4  | 0,3          | 0,1  | 7,5      | 3,4  | 3,7      | 1,1  |
| S.M  |       | 16.99  |               | 18.32 |              | 8.25 |          | 7.6  |          | 4.86 |

Observa-se o amplo domínio nas explorações dos estabelecimentos agrícolas pelos proprietários. Em 1975 78,1% dos estabelecimentos que representavam 90% da área, tinham como responsáveis os seus proprietários. Em 1975 os responsáveis proprietários exploravam 88,5% dos estabelecimentos e 95,4% da área.

A outra categoria significativa em 1970 é a dos parceiros.

Salientamos que a dos arrendatário é de pouco peso. Esta circunstância explica-se pela forma de realizar os contratos; aquele que arrenda faz preferivelmente contratos para a divisão

da produção e participa habitualmente com algum custo do processo de produção. Uma forma freqüente de contrato, de acordo com nossos informantes, é por seis meses, do tempo que vai do plantio à colheita do trigo. Agricultores que não querem correr o risco do trigo utilizam esta forma. De todas as formas a exploração dos estabelecimentos por "parceria" desce de 12,8% em 1970 para 7,5% em 1975.

As demais categorias acompanham a queda, ocupantes passam de 8,3% para 3.7% nas mesmas datas.

#### 4. PESSOAL OCUPADO:

O quadro apresenta o pessoal ocupado por sexo e idade para 1970.

#### Q.XI

#### PESSOAL OCUPADO POR SEXO E IDADE 1970.

|      | -14anos | +14anos | Total |
|------|---------|---------|-------|
| H    | 150     | 2332    | 2482  |
| H %H | 6.00    | 94.0    |       |
| U %V | 63.5    | 58.8    | 59.1  |
| M    | 86      | 1633    | 1719  |
| H %H | 50      | 95.0    |       |
| U %V | 36.5    | 41.2    | 40.9  |
| T    | 236     | 3965    | 4201  |
|      | 5.6     | 94.4    | 100   |

Em 1970 5,6% do pessoal ocupado tinha menos de 14 anos de idade, dado que salienta a baixa participação dos menores na força de trabalho, não é necessário colocar a importância deste fato para o nível educativo da população.

A cifra relativa dos homens menores de 14 anos é algo superior à das mulheres menores. No total dos menores os varões representam 63,5%.

No caso dos maiores de 14 anos as cifras respectivas de participação de homens e mulheres são mais homogêneas 58,8 e 41,2%.

Analizando a distribuição da força de trabalho pela sua relação de trabalho alguns dados podem destacar-se. No quadro apresentamos a distribuição.

#### PESSOAL OCUPADO 1970

|    | RESPONSA<br>VEL E DE<br>PENDENTE |       | PERMANENTE |       | TEMPORÁRIO |     | PARCEIRO |      | OUTR/S CONDI<br>ÇÕES |      |      |
|----|----------------------------------|-------|------------|-------|------------|-----|----------|------|----------------------|------|------|
|    | -14                              | +14   | -14        | +14   | -14        | +14 | -14      | +14  | -14                  | +14  |      |
| H  | 150                              | 2332  | 150        | 2278  | -          | 44  | -        | 5    | -                    | 1    | 1719 |
| %  | 6.00                             | 94.00 | 600        | 91.8  |            | 1.8 |          | 0.2  |                      | 0.08 |      |
| V  | 63.5                             | 58.8  |            |       |            |     |          |      |                      |      |      |
| M  | 86                               | 1633  | 85         | 1623  | 1          | 7   | -        | 1    | -                    | 1    | 1719 |
| %H | 5.0                              | 95.00 | 4.94       | 94.42 | 0.06       | 0.4 |          | 0.06 |                      | 0.06 |      |
| V  | 36.5                             | 41.2  |            |       |            |     |          |      |                      |      |      |
| T  | 23.6                             | 3965  | 235        | 3901  | 1          | 51  | -        | 7    | -                    | 3    | 4201 |

A distribuição percentual no quadro pelo tipo de vínculo laboral salienta a dominância quase absoluta do trabalho familiar: "responsável e membros da família" no total da força de trabalho. No caso dos homens a categoria tem os valores 6 e 91,8% para os menores e maiores de 14 anos respectivamente. Sua união representa o valor de 97,8% . O trabalho em relação de dependência pode ser dito que é inexistente no município.

É indubitável que tal fato é o produto da colonização e mecanização lograda no município nos últimos anos. O agricultor que no município tem terra cujas condições permite o trabalho do trator, para arar e semear, e das automotrizas, para a safra, encontra-se em duas situações: A) tem maquinaria própria para trabalhar ou B) aluga a maquinaria com operador incluído para realizar as tarefas. Existem agricultores cujas máquinas excedem o trabalho potencial de suas próprias terras. Sua fonte de pagamento das máquinas e de ganho reside em seu aluguel.

"Lavoura mecanizada uma vez que o trigo está plantado é só esperar ele amadurecer para colher, a mesma coisa com soja.

Soja dá um pouquinho de serviço a mais porque você tem que combater as ervas daninhas... Então o resto para completar o tempo ocioso, então a gente faz isto, planta um pouco disto, de feijão preto, de criação de galinhas, vacas leiteiras, aí a gente tem serviço de tirar o leite, de fazer pastagem... Aqui geralmente tudo é feito com a própria mão de obra da família. Em casos especiais, mas isto é por dia, a gente então emprega um vizinho ou algum homem que não tiver outra coisa a fazer... talvez dê um serviço por um dia ou 2 dias".

"Aqui tem muitos unidos, 4,5, colonos eles compram uma automotriz, porque ninguém tem capacidade só para o serviço dele... então a automotriz é comprada no sistema de companhia. Agora tratores já é mais individual. Tem muitos colonos que tem o seu trator então na deles terem feito o seu serviço em casa, eles vão fora e fazem assim o serviço para outros que não tem".

Nosso informante é claro demais para que suas palavras, em referência a este contexto devam serem analisadas.

## 5. DA PRODUÇÃO

No município domina a lavoura temporária. Observe-se a distribuição:

Área de lavoura permanente e temporária - 1970, 1975. (Ha)

| ANO  | ESTAB. | ÁREA  | PERMANENTE |      | TEMPORÁRIA |       |
|------|--------|-------|------------|------|------------|-------|
|      |        |       | ESTAB.     | ÁREA | ESTAB.     | ÁREA  |
| 1970 | 1681   | 22370 | 865        | 397  | 1157       | 11906 |
| 1975 | 1414   | 24023 | 753        | 246  | 1404       | 13134 |

A área das lavouras temporárias representam mais de 50% da superfície explorada no município. As culturas temporárias centrais são trigo soja e milho. Em 1970 os ha semeados de trigo foram 1962, os de soja 9307 e os de milho 9736.

Enquanto soja e milho são produzidos por quase todos os agricultores, o trigo só é produzido nas terras recuperadas e por agricultores que contam com os meios mecânicos a tal efeito.

## CAPÍTULO II

## ANTES/HOJE: da redefinição da situação

A década dos anos sessenta significou para nossos entrevistados um período de redefinição geral de suas realidades. Redefinição do espaço produtivo, do como e o que se produz, dos meios de produção, das relações de trabalho, etc. No campo de representação surgem formas de entender tais modificações.

## 1. O ESPAÇO PRODUTIVO

Até o início dos anos sessenta as terras "altas" e "pedregosas" ainda que com pronunciado declive, eram as preferidas. Terras que conservavam a produtividade, terras que não erodiam com facilidade. Terras "naturalmente" férteis ainda que difíceis de trabalhar. As terras "baixas" ou "vermelhas" eram definidas como menos férteis, terras nas quais o esforço do trabalho não compensava<sup>(1)</sup>.

"Nossa região foi a operação Tatu, foram os técnicos que chamaram essa operação de operação Tatu a colagem das terras, porque muitas terras estavam abandonadas, completamente abandonadas. Sim, naquele tempo essas "cochilha" de barba-de-bode não crescia mais nada... Começou a semear trigo mas não colheu nada, as formigas comiam tudo", (030)

"Se o Sr. não compreende, eu compreendo aquilo, né! Se eles não vão a recuperar as terras deles daqui a cinco anos tã no mesmo ponto, como ele estava. Ele cada ano tem que ajudar,

cada ano tem que ajudar como adubo nê! Nós não precisamos disso aí, nessa nossa terra aí "braba" de trabalhar, mas é uma terra que dura mais do que a terra vermelha. A terra vermelha se cria sô capim quando ela fica lavada assim, e a nossa aqui, pedra, se cria capoeira, nê! Capoeira grande, cai toda aquela folha apodrece... a terra vermelha não é isso aí. Ela cria a quele tal barba-de-bode, aquilo sô estraga a terra, não dâ nada". (020)

A entrada da técnica acompanhada do financiamento para a recuperação (correção e adubação) do solo e de máquinas adequadas às terras vermelhas (terras planas) determinou uma mudança no espaço produtivo. Apesar das terras pedregosas serem mais férteis que as vermelhas, a inexistência de maquinaria adequada para trabalhar naquelas determinou mudanças na avaliação do preço da terra.

As terras vermelhas com investimentos em recuperação, maquinaria, pesquisa na produção de trigo e soja, no conjunto desses fatores, passaram a ser as terras mais caras, as terras mais procuradas (até Cr\$ 100.000 o ha no momento da pesquisa) e operou um processo de redefinição dos lugares sociais dos proprietários dos dois tipos de espaços produtivos. As terras que ninguém queria passaram a ser as "melhores" terras. A redefinição do espaço produtivo incidirá na redefinição dos espaços sociais, ou se se quer, num processo de diferenciação que já não se sustenta na posse ou propriedade das terras naturalmente férteis.

## 2. DA PRODUÇÃO

A redefinição do espaço produtivo é acompanhada de uma redefinição do como e o que se produz. A produção "antes", a produção tradicional, centrava-se no ciclo de milho-porco como centro do processo produtivo. Um conjunto de produtos de "subsistência": mandioca, feijão, batatinha etc. acompanhava a produção do milho-porco. Na escala da produção das unidades familiares a produção da "subsistência" destina-se quase exclusivamente ao auto-consumo. O produto central na geração do montante monetário era o porco.

"Aqui inicialmente era plantio de feijão preto, milho e fumo. Naqueles tempos se plantava bastante fumo, todo ele ia para Santa Cruz. E depois conforme a gente aumentava a roça para poder plantar mandioca, então a gente começava a plantar mandioca, então a gente começava a criação de porcos e por fim assim caiu o plantio do fumo, foi deixado de lado, se criaram mais na criação de porcos e o plantio de feijão preto deixou de ser feito porque não dava mais. Quando começou a mecanização...." (030).

Com a mecanização e a recuperação da terra mudou, entre antes e hoje, o que se produz, da policultura para a monocultura do ciclo trigo-soja<sup>(2)</sup>. A produção da soja passou a ser objeto de todas as unidades familiares, ainda daquelas que não tinham condições para a mecanização.

Um quadro permite-nos visualizar a situação tendo em conta o

de terra, os instrumentos de trabalho, a distinção antes/hoje e os produtos

| A N T E S |              |             | H O J E      |                                                     |
|-----------|--------------|-------------|--------------|-----------------------------------------------------|
| TERRAS    | INSTRUMENTOS | PRODUTOS    | INSTRUMENTOS | PRODUTOS                                            |
| A         | arado        | milho       | arado a      | soja                                                |
| L         | a boi        | porco       | boi          | milho                                               |
| T         | enxada       | mandioca    | enxada       | porco                                               |
| A         |              | feijão      |              | mandioca                                            |
| S         |              | batatinha   |              | batatinha                                           |
|           |              | outros      |              | outros                                              |
|           |              | pastos/gado |              | pastos/gado                                         |
| V         |              |             |              |                                                     |
| E         | arado        | milho       | trator       |                                                     |
| R         | de boi       | porco       |              | soja                                                |
| M         |              | batatinha   |              |                                                     |
| E         | enxada       | mandioca    |              | trigo                                               |
| L         |              | feijão      |              |                                                     |
|           |              | outros      |              |                                                     |
| H         |              | pastos/gado | auto mo-     | soja                                                |
| A         |              |             | trizes       | trigo                                               |
| S         |              |             |              | com produtos de<br>subsistência ou<br>alternativas. |

O quadro salienta vários fatos. No "antes" as terras distinguíam-se pela sua fertilidade natural, a produção realizava-se com os mesmos meios e os produtos eram similares. No "hoje a quebra aparece no nível dos instrumentos de produção, arado e boi<sup>(3)</sup> e enxada nas terras altas, trator e automotrizas nas terras vermelhas. A essa diferenciação nos meios de produção acompanha uma diferenciação nos produtos.

Os agricultores das terras altas incorporaram o uso dos adubos e produzem soja, habitualmente consorciada com o milho, ao mesmo tempo que conservam a produção de gêneros tradicionais da região, principalmente o porco.

No caso dos agricultores das terras vermelhas mecanizadas duas situações são distinguíveis: por um lado, aqueles que produzem o binômio trigo-soja em forma exclusiva; por outro aqueles que conservam ou desenvolvem uma produção de subsistência ou alternativas (leiteiros, etc.)

No caso destes agricultores, a alternativa à produção do binômio trigo-soja é a utilização do trabalho familiar (excedente) na produção de produtos de subsistência e acompanhado geralmente pela produção de leite. Os que optam pela diversificação da produção, seja em produtos de subsistência, seja em produtos alternativos, vivem a dependência com o binômio trigo-soja como uma perda da autonomia da unidade de produção familiar. A dependência é pensada pelo agricultor num duplo sentido: dependência com o sistema financeiro pela compra de maquinaria e a necessidade permanente de refinar o ciclo produtivo por meio dos empréstimos de custeio agrícola; dependência do mercado ao qual devem recorrer para cobrir as necessidades de reprodução da família, tradicionalmente cobertas pela diversificação da subsistência. A dependência com o mercado é pensada a partir de uma paridade não igualitária entre os preços dos produtos que ele oferece no mercado e os preços dos produtos que ele adquire no mercado.

Em termos gerais a "crise" nos preços (por curvas de preços

entre os produtos que vende e os que compra desfavoráveis) e a crise natural (seca, geada etc.) afetam com maior força o agricultor que produz exclusivamente trigo e soja. A saída são novos endividamentos. O agricultor que acompanha o binômio com a produção de subsistência ou alternativa pode, em tese, resistir melhor a tais crises.

"Mas hoje em dia a experiência mostra que foi um grande erro, chegamos a uma monocultura e essa monocultura deixou muita gente numa situação que quase praticamente eles tão obrigados a continuar. Fizeram grandes empréstimos no Banco do Brasil para comprar maquinaria cara e com a frustração de várias colheitas sucessivamente, deixou o pessoal na obrigação de plantar trigo e soja para poder pagar as despesas bancárias... muitos agora já estão diversificando a produção... tem criação de vacas leiteiras, tão produzindo leite, outros já em terras em menor escala tem galinhas e outros plantam batatinhas, quer dizer, a maioria já está plantando mais novamente" (03).

A obrigação de continuar com a produção do binômio trigo-soja, de ter que recorrer a novos financiamentos frente às "crises" de colheitas sucessivas reforça a sensação da perda da autonomia que no passado podia existir. Na atual situação, de desenvolvimento das "artes e das ciências", a disposição dos "meios" a "fins alternativos" aparece condicionada pelas situações ou as decisões anteriores. Para os agricultores, mecanizados ligados, a produção do binômio trigo-soja é difícil senão impossível, "regredir" em como se produz e no que se produz.

A diversificação aparece como uma saída, mas não é a diversificação, são as diversificações, são dois modos específicos de diversificação.

A primeira diversificação constitui uma espécie de volta relativa ao passado, diversificação dos produtos: batatinha, galinhas, hortaliças, porco etc, com o esforço do trabalho familiar como base. Não há necessidade de desembolsar "dinheiro" para produzir tal diversificação, ou seja, é a diversificação sem capital.

O segundo tipo de diversificação fundamenta-se no capital, na aquisição de bens de produção e técnicas incorporadas, gado leiteiro de qualidade, inseminação artificial, tiradeiras automáticas, poteiros com pastagem artificial, uso de alimentos especialmente preparados, galpões, silos, criatórios etc. Tudo isto significa diversificação recorrendo a novos empréstimos fornecidos pelo banco e pelas cooperativas. Este tipo de diversificação não tem nada de tradicional, ele indica o abrigar-se das crises de dois tipos: a crise natural, seca ou estiagem prolongadas, principalmente, e a crises de preços dos produtos. A existência de preços desfavoráveis em alguns produtos é compensada, na lógica dos agricultores, pela diversificação da oferta dos produtos em geral. A segunda crise é importante, ela não é uma crise natural, ela é uma crise social.

A diversificação do primeiro tipo (diversificação sem capital) ou a diversificação do segundo tipo (diversificação com capital) pode aparecer tanto nas terras "altas" como nas terras "baixas ou vermelhas". Mesmo que ela independa do tipo de terra, é

provável que por experiência dos agricultores com financiamento de meios de produção e dos custeios agrícolas, assim como com a assimilação de novas técnicas, os proprietários das terras vermelhas tenham maior probabilidade de desenvolver uma diversificação com capital.

Dois casos aparecem como típicos no nosso grupo de entrevistados. Um deles tem sua propriedade nas terras vermelhas, uns quarenta hectares aproximadamente, nas quais combina a produção do binômio trigo-soja com pastagens e gramíneas para a produção da dieta adequada às necessidades do gado leiteiro. Toma com o gado todos os cuidados que a técnica conhecida da região dispõe, isto é, que está tecnicamente atualizado (na avaliação dos técnicos da EMATER local). Alimentação controlada, remédios, vitaminas, galpões e criatórios construídos de acordo com as especificações da técnica disponível, inseminação artificial procurando melhorar a qualidade do gado, silos trincheiras, tiradeira automática etc. compõem alguns dos conjuntos de técnicas e do capital com que nosso entrevistado atua. Quase tudo foi montado com crédito bancário, sua produção excede os 6.000 litros mensais. A força de trabalho é a do produtor, sua mulher, dois garotos contratados e a ajuda de filhos pequenos, em idade escolar. Tudo isto exemplifica o que queremos dizer, quando falamos de diversificação com capital, diversificação de "hoje" que opomos a diversificação "tradicional" ou de "antes".

A diversificação na agricultura é anterior ao capital. Nada prova, até o presente, que a especialização na monocultura ou na bitultura seja a melhor estratégia para a unidade de produção familiar, no limite para nenhum tipo de produção na agricultura

numa situação de mercado de preços. Além disto, há fatores técnicos que fazem com que as saídas de certo tipo de produção sejam entradas para outro, saídas não produzidas como o estrume podem ser também insumos.

Mas, uma coisa é diversificação sem capital e outra coisa diversificação com capital, ainda quando este sob a forma de dinheiro como possibilidade de capital acumule-se fora das unidades de produção familiar na agricultura.

"Acontece o seguinte: o agricultor está influenciado com a soja... aquele pequeno agricultor que planta 5, 6, 19 ha aí onde ocupa a terra, aonde houver frustração de safra, aí fica numa situação difícil, né! Eu acho que o agricultor, além de plantar soja tem que ter outras atividades, diversificar a produção, a produção de leite com novas técnicas, por causa que numa pequena área nós temos condição de bom rendimento. . Através de técnicas novas por exemplo ter silagem, dentro da propriedade, né! ... e é um rendimento que ele tem mensal e ele tem condições de ter o mesmo conforto que praticamente na cidade, ter luz elétrica..." (040)

Nesta perspectiva já não se trata de substituir principalmente mão de obra com capital. A estratégia é substituir terra com emprego de técnicas modernas, as quais irremediavelmente apelam ao capital.

Um tipo de produção tradicional como a do porco é encarada por alguns produtores das terras "altas" sob esta ótica. Neste caso estão incluídos, também, os investimentos nos criatórios, na

infra-estrutura para processar os dejetos dos porcos e transformá-los em adubo, na compra de alimentos especiais para os porcos, etc. Aqui a produção dos porcos demanda toda uma técnica nova, a fabricação da sopa para alimentá-los é deixada de lado etc.

Salientamos que a "diversificação" até aqui comentada é um significante que emerge do discurso dos atores, ela é um termo empírico. Diversificação com capital ou sem capital são termos descritivos que apontam a destacar diferenças na produção das unidades familiares.

Tais diferenças parece-nos importantes. Elas poderiam visualizar-se num quadro de dupla entrada

|         | Não Diversificada | Diversificada |
|---------|-------------------|---------------|
| Sem     |                   |               |
| Capital | 1                 | 2             |
| Com     |                   |               |
| Capital | 3                 | 4             |

As quatro representam situações "típicas", isto é, como logicamente construídas a partir de uma dupla de oposições simples, levantadas do discurso dos atores. A primeira delas (não diversificadas e sem capital) é impossível de ser encontrada na região de estudo. Ela supõe a produção de um par de produtos no máximo (sem produção diversificada de subsistência) comercializados no mercado. Parece-nos que, se estas unidades existem, elas não têm capacidade de resistência ao movimento geral de capital. Aqui produzir-se-ia um rápido processo de

proletarização ou de submissão real ao capital.

O segundo tipo compõe algo assim como um "campesinato clássico", diversificação sem capital e operação num mercado com um "excedente". Não interessa aqui se o "excedente" faz parte do trabalho necessário para a reprodução da unidade familiar ou pertence estritamente ao trabalho excedente. O que é importante é se o excedente pode ser usado em forma alternativa para ser vendido no mercado, ou usado na unidade de produção - como consumo "produtivo" ou "improdutivo". Esta segunda forma compor-se-ia num "campesinato clássico" que pode retirar-se do mercado frente à "crise" nos preços ou condições desfavoráveis. Para que a "retirada" do mercado seja possível, se faz necessário que estas unidades de produção familiar não paguem renda da terra, isto é, sejam proprietários (nosso caso) ou detenham a posse da terra sem pagar renda (campesinato de fronteira). Neste sentido é um campesinato livre, não sujeito a uma prestação pelo "uso" da terra. Não pagar nenhum tipo de renda da terra o distingue de um campesinato "sujeito". A possibilidade de retirar-se do mercado que emerge da conjunção de não pagar renda e ser uma "economia doméstica" - auto suficiente - o diferencia de um artesão enquanto que produtor simples de mercadorias, o qual não pode retirar-se do mercado nem frente à aparição da "crise" nos preços ou condições desfavoráveis, nesta situação, deve aumentar sua auto-exploração para satisfazer as demandas do grupo familiar. Se bem que a retirada ou independência do mercado seja de grau, no limite, este campesinato não pode retirar-se "totalmente" do mercado, mas pode fazê-lo ao nível suficiente, como para incidir nas curvas de preços dos produtos que produz, caso que não acontece com o artesão ou o campesinato

que paga renda. Para nossa segunda forma o mercado aparece como a arena de uma luta na qual a organização dos produtores, para retirar-se do mercado, pode modificar cursos de preços desfavoráveis. A situação do mercado (sob a base de condições e formas de produção) aliada à existência de possibilidades objetivas de sua ação como "classe, sua diversificação e possibilidades de usos alternativos, são fatores de considerável importância (dadas condições democráticas de jogo) para definir na arena as condições de redistribuição dos excedentes sociais.

Nosso terceiro tipo-lógico, sem diversificação e com capital, - lembrem-se que estamos falando de unidades baseadas no trabalho familiar - aparece no curso de nossos entrevistados como um tipo transitório, em face da ação da política financeira, estímulos de preços, produção de tecnologia adequada etc e sua existência está ligada à renovação dos critérios da política econômica que o fizeram nascer.

O quarto tipo requer nosso interesse, tanto como o segundo. Aqui nos encontramos com diversificação com capital. O quarto tipo pode ser aberto em duas formas: na primeira a unidade de produção com cultura mecanizada de trigo e soja realiza ou opera com uma diversificação do "campesinato clássico". Mas, a produção de lavoura mecanizada não pode ser retirada do mercado. O capital investido nas máquinas e custeios agrícolas deve ser reposta ao final de cada ciclo agrícola. Ainda que opere sem custeio, a máquina deve ser usada, seu valor de sucata é baixo. A produção do binômio trigo e soja só em pequenas quantidades pode ser usada alternativamente pela

unidade, seja em consumo produtivo ou improdutivo, dos dois produtos. O primeiro é comercializado em sua integridade - salvo mínimas quantidades de consumo doméstico - o segundo tem mais possibilidade de uso alternativo - criação de porco -, mas os preços e sua demanda não fazem enfrentar nenhuma "crise" de preços no momento. A situação de crise dos produtos poderão conduzir a mudanças no tipo de produto sem muita probabilidade de retrotrair-se a uma produção sem capital. A segunda forma é aquela que processa sua diversificação (nosso caso gado de leite e para corte) fundada na utilização de capital. É de salientar que neste grupo (ambas as formas) a satisfação das necessidades de "subsistência" difere gradualmente das satisfações das necessidades do segundo tipo ("campesinato clássico"), integram-se necessidades de conforto, saúde e educação que não encontramos no segundo grupo. Sua capacidade de resistência às situações adversas no mercado estruturam-se em dois níveis; A nível de cada unidade, na diversificação que aumenta sua autonomia e independência em relação ao mercado, centralmente em relação ao mercado oligopsônico que as agro-indústrias formam. A nível da retirada conjunta do mercado, esta depende dos montantes de acumulação logrados que permitem resistir a não colocação dos produtos no mercado. Como grupo organizado de pressão, as cooperativas e federações, podem desempenhar um papel central na luta pelo preço ou por condições financeiras que tornem possível a continuação do processo produtivo.

### 3 DA TERRA

Em Godoi a terra é pensada na diferença entre um "antes" e um "hoje". "Antes" o acesso à terra era fácil, havia terra para quem tivesse vontade de trabalhar nelas. As formas de acesso nos dois grupos, o grupo dos proprietários das terras altas e pedregosas, e o grupo dos proprietários das terras vermelhas e planas, são similares. Deve ficar claro que estamos falando das representações dos que conseguiram terra na região, nascidos nelas ou chegados de outras regiões, e não daqueles que saíram da região por dificuldades para arranjar terras.

As formas de arranjar terra são de dois tipos entre nossos entrevistados:

a) pai ou sogro doam, no momento do casamento, no momento em que o entrevistado forma sua unidade de produção familiar independente dos pais. No conjunto de nossos entrevistados aquele que mais terra recebeu por essa via recebeu 16 ha. Posteriormente quase todos realizaram pequenas compras aumentando o tamanho da unidade de exploração. Esclarecemos que unidade de exploração é a terra trabalhada pelo grupo familiar, não importando a continuidade espacial das parcelas de terra.

b) aquisição de terras pelo empréstimo efetuado por parentes ou vizinhos (entre os parentes figuram pais, irmãos e sogro).

A forma "b" difere da forma "a" no caso de serem os parentes

que realizam os empréstimos, por dois motivos: primeiro porque na segunda forma abrem-se opções de compra, ainda que limitadas pelos baixos níveis da oferta, em lugares distintos das unidades familiares do pai ou do sogro. Em segundo lugar, a forma "b" implica que uma quota do esforço do trabalho familiar seja destinada à restituição do empréstimo.

"O pai me deu quando eu saí, quando me casei, o pai deu para mim. E o resto fomos trabalhando e fomos aumentando um pouco mais. Nê! Quando eu comecei eu tinha 16 ha." (020)

"P. Dois anos trabalhando de diarista?

R. Dois anos, daí naquele tempo era fácil conseguir terra, dois de meus irmãos mais velhos que já tinham terras me ajudaram um pouco com o dinheiro e eu comprei uma terra a prazo eu consegui pagar muito fácil" (0160)

No "antes" vários fatores somaram-se para conformar a facilidade de acesso à terra. Os entrevistados salientam: a) os preços baixos; b) prazo para o pagamento da terra ou empréstimos; c) facilidade para arranjar empréstimos entre parentes ou vizinhos; d) juros baixos dos empréstimos levantados em dinheiro ou sobre as dívidas da compra da terra.

"Eu ainda consegui comprar por um preço que o senhor vai dar risada, paguei 4.500 reis, quer dizer 4 mil e quinhentos contos... Faz cinco anos mandei minha senhora a comprar um pincel de barba, esse então custou 5,50 cruzeiros. Naquele tempo os preços eram baratos e para comprar uma área, um lotezinho, não tinha problemas de financiamento. Esse que não

tinha o dinheiro próprio ia no vizinho, no segundo vizinho. Olha vizinho me empresta um dinheiro preciso comprar, eu quero comprar uma colônia.

Tã, me paga 6% de juro e paga como queira..." (030)

Naquele tempo o principal meio de acumulação para comprar terras, isto é, a via de aquisição própria de terras, efetuava-se por meio de acumulação em animais - de porco em primeiro lugar e de gado em segundo. No momento que se acumulava suficiente quantidade de animais sua venda fornecia o dinheiro para a compra da terra.

Ainda hoje, quando os entrevistados falam do preço da terra, lembram-se de quantos quilos de porco foram necessários para adquirir tal ou qual pedaço de terra. Calculam quantos quilos hoje precisariam para comprar o mesmo pedaço de terra e chegam à impecável conclusão lógica de que a terra está muito cara, ou o porco barato demais. O preço da terra é central, na medida que faz as condições de reprodução das unidades familiares.

Conseguir terra antes era o produto da virtude pessoal. Quem tinha vontade e sabia trabalhar era ajudado pelos próprios vizinhos pra que pudesse comprar sua terra.

A visão desperta o eco de uma sociedade igualitária na qual o valor pessoal, como trabalhador, ser de ascendência alemã e pertencer ao mesmo grupo religioso era condição suficiente para, adquirir a terra. As duas últimas condições nossos entrevistados as possuíam "per se", portanto suas marcas nas entrevistas são escassas.

"Era fácil. E a gente que tinha, que caprichava, quem era caprichoso, trabalhava, ele tinha crédito" (0180)

Hoje o preço das melhores terras na região, das terras mecanizadas está na casa dos cem mil cruzeiros o hectare. A terra pedregosa, terra para ser trabalhada com arado a boi e enxada, tem preços em torno da quarta parte daquele valor. As terras antes desprezadas são hoje as terras valorizadas e para possuí-las hoje se faz necessário um capital que excede as possibilidades das unidades de produção familiar.

Nestas condições a "escassez" de terras não como fenômeno natural, senão como produto social, impõe limites à inserção dos filhos dos agricultores na estrutura agrícola local. A reprodução das unidades familiares na região entra em crise, os filhos não poderao permanecer todos no trabalho agrícola local e deverão sair para outras regiões agrícolas ou diretamente sair do campo da produção agrícola.

É impossível, aqui, imaginar o preço da terra como correspondendo ao valor da capitalização da renda<sup>(4)</sup>. Tendências institucionalizadas a permanecer na região dos agricultores, permanecer perto da família, determinam essa "demanda" que faz crescer os preços acima das capacidades de acumulação das unidades de produção.

Acrescentada ao preço elevado da terra, a impossibilidade de recorrer aos organismos financeiros ou aos vizinhos para arranjar empréstimos para compra de terra agrava o problema. Os organismos financeiros não dão, na região, financiamentos

para a compra de terra, não existem linhas de crédito para compra de terra. E os vizinhos:

"E agricultores, sō que eles tinham dinheiro, daí ele podia comprar. E hoje em dia não tem mais dinheiro nōs agricultores não tem mais. A maior parte deles, todo mundo está devendo no Banco do Brasil" (0180)

As famílias de agricultores que querem permanecer na agricultura, na medida em que se aproxima o momento de seus filhos casarem, passam por um processo de conflito no qual coloca-se a necessidade de tomar decisões. Frente à impossibilidade de dar terra a todos os filhos, aqueles que quiserem permanecer na agricultura, são obrigados a migrar, à procura de terra. As "fronteiras" são para o agricultor as regiões de oferta de terra (boas) e preços quatro ou cinco vezes inferiores aos da região. Se ontem deslocavam-se para Santa Catarina e Paranā, hoje o fazem para Mato Grosso, Amazonas, Paraguai etc. Permanecer na terra como unidades de trabalho familiar implica migrar. As ofertas de venda de terra na região são majoritariamente produto desses processos de migração para adquirir terras de preços menores.

"E maior, ē, justamente isso foi o motivo de muita família como não tinha mais terra disponível aqui que pudessem comprar p'ros filhos, então o pai de família resolveu: vamos vender tudo e toda a família vai p'ra lá, vendia aqui e com esse dinheiro chegava e comprava lá, 5, 6 e até 8 vezes mais terra que tinha aqui. Então lá os filhos tinham mais possibilidade de se colocar" (030)

## 4 DO ESFORÇO DO TRABALHO NA AGRICULTURA

A oposição "antes/hoje" também é utilizada para representar o esforço do trabalho na terra. Existe um "antes" mais distante, o do início do século, o tempo da colonização, do desbravamento - e um "antes" próximo à década dos anos sessenta quando começou a recuperação da terra e da mecanização.

No "antes" da colonização, as primeiras tarefas, as do desbravamento, fazer a roça, construir a casa, o centro da comunidade - igreja, escola, casa da sociedade - formam o momento do esforço pioneiro. O "antes" próximo e a atualidade coexistem. Na atualidade o trabalho agrícola é pensado a partir da diferença entre os que têm terras mecanizadas e aqueles cujas terras não são mecanizáveis. O trabalho é pensado, portanto, desde o confronto de dois espaços produtivos que exigem esforços diferentes para o grupo familiar. O traço permanente entre o "antes" e "hoje", entre o trabalho em diferentes espaços produtivos continua sendo a força de trabalho familiar, a ocupação quase exclusiva da família para produzir.

"Aqui geralmente tudo é feito com a própria mão-de-obra familiar. Em casos especiais, mas isto é por dia, a gente então emprega um vizinho ou algum homem que não tiver outra coisa a fazer:" (030)

Para aqueles que têm a lavoura do binômio trigo-soja mecanizada a diferença entre o esforço do trabalho entre "antes" e "hoje" é significativa.

"Uma vez que o trigo está plantado é só esperar ele amadurecer para colher, a mesma coisa com a soja. Soja dá um pouquinho de serviço a mais porque você tem que combater as ervas daninhas, mas se conhece as sucessivas culturas do trigo e soja, aquele que cuida um pouco também quase haverá reduzido a zero o serviço, é só plantar e colher. Então o resto pra completar o tempo ocioso, então a gente faz isto, planta um pouco disto, de feijão preto, de criação de galinha de vaca leiteira, aí a gente tem o serviço de tirar o leite, de fazer pastagens... e assim vai completando diariamente o tempo ocioso". (030)

Possuir a lavoura mecanizada não implica necessariamente na propriedade de máquinas, arados e automotrizes para a colheita. Existem agricultores que não têm nenhum tipo de maquinaria e alugam o serviço das máquinas, o serviço de arar a terra a trator pagando por hora e o serviço de automotriz para a colheita de soja e trigo, o qual pagam habitualmente com um preço fixo por saco.

O anterior produz uma nova forma de divisão do trabalho, a unidade de produção familiar não aluga mão-de-obra para juntá-la no processo aos meios de produção (trator, automotriz), ela aluga um serviço do capital. Não é uma relação com o vizinho enquanto que força de trabalho, é uma relação com o vizinho enquanto que proprietário dos meios de produção. Entre nossos entrevistados, a maioria dos que têm terras vermelhas possui trator e realiza com o trabalho familiar a preparação do solo e a sementeira. Todos alugam automotrizes para realizar a colheita.

O vizinho, dono da maquinaria em geral, não conta com terra suficiente para utilizá-la na sua capacidade plena. Ele então recorre a duas formas: trabalha na terra dos outros por preço fixo ou arrenda a terra para realizar nela a produção. As categorias de dono da terra ou proprietário, dono do capital e dono da força de trabalho juntam-se no mesmo sujeito social.

Aquele agricultor que aluga o serviço de arar e da colheita a um vizinho, afasta-se da imagem do proprietário de terras que recebe uma renda em dinheiro pelo arrendatário, isto é, pelo dono do capital (maquinárias) quando paga a este pelo trabalho feito para preparar a terra e fazer a colheita. Para realizar esse pagamento, adquirir as sementes, corretivos e adubos ele recorre ao financiamento de custeio agrícola no banco.

O caso de todas as formas mais freqüente na agricultura mecanizada é o do agricultor que prepara a terra com sua própria maquinaria e aluga a automotriz para realizar a colheita. Este caso aparece como intermediário entre aquele que possui toda a maquinaria e trabalha sua terra, arrenda terra e faz o "serviço" na terra dos outros e aquele outro tipo que só possui a terra e aluga as maquinarias - e portanto a mão-de-obra para realizar a produção.

Na lavoura mecanizada produz-se uma liberação da mão-de-obra familiar e a capacidade potencial de trabalho familiar ocupa-se somente de uma parte menor. O tempo de trabalho necessário para a produção das lavouras "comerciais" (trigo-soja) se reduz de tal forma que determina um tempo "ocioso" para a força de

trabalho da família. Este tempo de trabalho pode ser dedicado à diversificação "tradicional" ou "capitalista".

No primeiro caso o objeto não é o lucro <sup>(5)</sup> e sim a produção de um conjunto de produtos que diminuem a dependência da unidade familiar em relação ao mercado dos produtos necessários à subsistência do grupo. Dado que no custeio agrícola inclui-se uma alíquota para mão-de-obra, a diversificação tradicional diminui os custos de reprodução dela, liberando recursos monetários para a unidade familiar. Os agricultores salientam que em diversas oportunidades tiram o custeio agrícola para ficar com a parte dele, destinada a pagar mão-de-obra, consumindo as partes destinadas a adubos, corretivos e fertilizantes.

"Às vezes a gente vende trinta litros, não é muito, mas já dá para cobrir toda a despesa da casa, se precisa comprar farinha, açúcar essas coisas que a gente não produz, essas coisas da casa que faltam, tudo para comprar e ainda alguma roupa, sô daquilo. Então a gente vende depois alguma soja, então aquele dinheiro já não vai para o gasto da cozinha, fica sobrando e os outros que não fazem isto então eles têm sô aquilo. Aí eles estão ralados. Tem muitos que estão ralados mesmo, não criam porcos porque não querem sujar as mãos, não quer tratar um porco no domingo, porque domingo ele quer sentar, porque domingo tem que tratar dos porcos, isso e todos os dias, isso não tem feriado. Eu acho se não tivesse criação ficava doente, eu tenho que sair de casa tratar, ver como é que anda mesmo que não tenha muito, mas tem que ver. Acho que não é colono aquele que não tem, aquele que tem um pedacinho de terra e não tem porco não está certo, vai comprar porco para o gasto ou então passar fome porque não tem com que comprar." (0160)

Leite e porco em pequena escala é a base da diversificação tradicional, ela cobre aspectos importantes das demandas da casa, da cozinha e demandas outras, roupas etc.

O tempo "ocioso" pode ser usado para uma diversificação "capitalista". Este segundo caso implicam a produção de produtos cujo objeto é o lucro <sup>(6)</sup>, produção na qual o capital fixo utilizado (excluída a terra) supera o capital variável. Neste sentido o empreendimento supera as margens de ocupação do tempo "ocioso", isto é, supera as margens da pergunta principal que pode ser feita pelo produtor "tradicional": como posso neste pedaço de terra ocupar a maior quantidade de mão-de-obra? Desloca-se para uma outra pergunta na qual dadas certas condições (consumo, terra, financiamentos mão-de-obra etc.) qual é a melhor combinação que pode minimizar os riscos (maximizar a autonomia) num jogo no qual não atuam as regras.

Dependente do capital e do mercado a unidade de produção, na lavoura mecanizada, tem duas formas de reação; da forma "tradicional" minimizando sua dependência com o mercado enquanto que consumidora, adquire uma independência maior no que diz respeito à sua subsistência física do poder de compra obtido pelas lavouras comerciais. Sua dependência com o capital continua e deve sempre tirar o financiamento para realizar os ciclos da produção do binômio trigo-soja.

"E, é por isso que é importante a diversificação, né! porque já na monocultura se o colono se diversificar, tem de tudo, aí o colono se consegue manter mais fácil porque acontece que agricultores minifundiários vão no mercado comprar tudo aquilo

que eles podiam produzir ao redor de casa, vão comprar no mercado, até é vergonhoso. Mas quantos colonos nós temos por aí que nem uma rama de mandioca não tem, verdura não tem, planta o trigo até encostado no pátio, né! só falta mesmo chegar dentro de casa. Nem galinha não cria mais". (080)

A dependência com o mercado como consumidores por não utilização do tempo ocioso produz vergonha, faz perder a identidade de colono constituída numa tradição que salienta a autonomia da unidade de produção familiar como consumidora. Numa visão do mundo na qual o tempo "ocioso" não deve existir, deve ser ocupado numa produção útil às necessidades do grupo ou dos membros individuais do grupo. Nessa visão, se o colono não ocupa o tempo ocioso fica doente, ao nível da sanção individual; sente vergonha ao nível da sanção social. Do ponto de vista econômico o tempo aparece como "ocioso" frente à inexistência de alternativas de utilização que o determinam como tempo sem preço. Se de uma ótica ele não é escasso e portanto não vale, de outra ele é um "tempo" excedente " que é usado como valor de uso, mas que não possui um preço por não existir possibilidade de sua venda na região. (7)

Na diversificação "capitalista" a dependência com o capital aprofunda-se. Novos financiamentos fazem-se necessários mas cresce a independência com o mercado, não como consumidor, mas como produtor de um conjunto diversificado de produtos. Já não é só o ciclo trigo-soja, agora agregam-se leite, porco etc. Minimiza, ao mesmo tempo, as possíveis crises naturais e secundariamente, como benefício secundário, aumenta sua independência como consumidor.

Na lavoura mecanizada o esforço do trabalho na agricultura é avaliado entre "antes" e "hoje" como diferença entre a noite e o dia. O tempo de ócio é seu sintoma, tempo utilizável na agricultura ou em alternativas diferenciadas. Fora da agricultura a forma dominante de usar o tempo de ócio da unidade familiar é colocando os filhos no "estudo". O "estudo" aparece tendo um duplo efeito: se por um lado, ele tira força de trabalho sem possibilidade de ocupação na unidade familiar, diminuindo então o excedente de trabalho, por outro ele prepara para uma possível saída da agricultura, ante a impossibilidade de cada filho adquirir um pedaço de terra para ser trabalhado. Especificamente que filhos ficarão na agricultura e quais por meio do estudo sairão dela, isto é, quais são os mecanismos de seleção e avaliação que determinam esse processo, será explorado em capítulos posteriores.

Na lavoura não mecanizada, na qual domina a diversificação tradicional, o esforço do trabalho não aparece como quebra entre um "antes" e um "hoje". Não existe o tempo "ocioso" do trabalho na terra mecanizada.

"Dã prã viver mas não como devia ser, dã prã levar assim. Claro, se a terra fosse trabalhada com as técnicas modernas dava melhor. Mas como a terra está toda empedrada, tem muito pedra aí, se torna difícil". (0170)

"É não dã prã colocar maquinaria, esse é que é o problema, nê! Tem que fazer tudo a mão, aí é demais, o cara não aguenta". (020)

A não possibilidade de mecanização faz de um lado usar a força

de trabalho familiar em tempo integral. A não existência de tempo ocioso diminui as alternativas de utilização dele. O agricultor das terras não mecanizáveis, estabelece sua condição pela comparação com o agricultor das terras que o são. Nessas condições o "cara não aglenta".

A vantagem da maior fertilidade do solo não basta para compensar o esforço que o tipo de terra demanda. A não mecanização deste tipo de terra determinou que a diversificação tradicional, a policultura tradicional das regiões de colonização alemã, se mantivesse. Aqui a resposta ao desenvolvimento da técnica e da penetração do capital será a reafirmação da autonomia. A forma principal é a resistência ao endividamento para realizar o ciclo produtivo, isto é, procura-se realizar o ciclo produtivo com recursos próprios da unidade de produção familiar, ao mesmo tempo que a diversificação tradicional possibilita sua independência no mercado como consumidor. Mesmo que certos agricultores de terras pedregosas comecem a produzir uma diversificação capitalista, tal diversificação é favorecida pela ação dos técnicos agrícolas que operam no município, sobretudo na criação de porcos.

Em ambos os tipos de estruturas familiares a divisão do trabalho dentro da unidade de produção é por idade e sexo nas duas situações que o ciclo de trabalho agrícola apresenta: as de baixa e as do pico do trabalho agrícola. Existe um modelo que diferencia e opõe as tarefas da casa e as tarefas da roça correspondentes ao universo (no modelo) da mulher e do homem respectivamente. Apesar de ser quase nula a realização das tarefas da casa (comida, limpeza, criação de pequenos animais

para o consumo da "cozinha" etc) por parte dos homens é freqüente a realização das tarefas da roça (arar, semear, plantar, capinar, coletar, e até desmatar e cortar lenha) por parte das mulheres.

No momento do pico do trabalho agrícola as distinções de sexo e idade apagam-se, lenta ou rapidamente, de acordo com a urgência e o montante do esforço do trabalho demandado à unidade familiar pelo pico do ciclo de trabalho. Na representação, o apagamento da divisão do trabalho determinado por sexo e idade aparece como excepcional. Nas situações "excepcionais" as mulheres e as crianças participam das tarefas de semear, capinar e colher.

A organização do trabalho e, portanto, a centralização da produção e sua distribuição, é assumida pelo pai.

"Agora isso aqui é, a família que trabalha unida, junto, nê! Então se o filho nê! quer sair para um divertimento ou precisar de um dinheirinho, então o pai lhe dá um dinheiro prã ele, o tanto que ele precisar, nê! Talvez 200, 300 cruzeiros nê! Hoje nê! porque antigamente não era isso aí, era 10, 20 "pilas" nê! "E a grande maioria é assim. Quando o pai pega o chapéu e vai prã lavoura nê. Então os filhos também". (070)

A socialização nas tarefas agrícolas é gradativa desde os cinco ou seis anos até a idade de quinze ou dezesseis anos na qual já "adulto" pode realizar as diversas tarefas.

A centralização nas mãos do pai, o chefe da família, provoca

frente às expectativas dos jovens, conflitos que podem resolver-se com a separação do jovem da unidade familiar. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de conflito senão aquele que provoca a segregação de um membro da unidade familiar para fora dela.

"Eu também conheço famílias que os filhos não se acertam com os pais. Eles dizem que os pais não dão nada pra eles, eles não têm nem para se divertir um pouco e no fim sai da casa, enquanto o pai tinha uma área suficiente, onde eles podiam trabalhar e tudo, que não necessitava deles e os filhos saem da casa simplesmente porque eles não se acertam, que o pai não dá nada nem pra o divertimento deles". (070)

A estrutura centralizada na tomada de decisões e na distribuição dos "ganhos" da produção não se encontra livre de conflitos. O conflito, em sua fase aguda, leva à separação do membro que entrou em atrito com a cabeça da árvore da estrutura familiar que perde um de seus galhos.

Para que o funcionamento da organização do trabalho na unidade familiar aconteça é necessário que representações específicas a estruturem. Tudo é possível de funcionar na medida que uma forte distinção é marcada entre "filho" que trabalha na unidade e "empregado". Entre as obrigações e direitos de um laço de parentesco (se se quer, de uma relação adscrita) e as obrigações e direitos de uma relação de mercado, adquirida, pela compra ou venda de força de trabalho. (8)

"Então os pais dão dinheiro pro filho, pra ele sair, comprar uma

roupa... não trabalha para si porque aí os pais dão tudo, né! Tudo é por conta do pai. Ele está como o filho e não como empregado. Porque eu acho isso muito certo isso aí, porque o filho não pode ser dentro de uma família um empregado, deve ser como filho e como filho deve ajudar o pai a trabalhar. E o pai depois, né! se tem possibilidade ele ajuda também o filho, mais tarde né! Quando ele quer se casar, compra um terreno, faz uma casa né! Dão uma mão." (0.70)

Se do ponto de vista econômico o filho adulto é força de trabalho e seu trabalho não é pago de acordo com a normatividade de um mercado capitalista de trabalho, do ponto de vista da unidade de produção familiar - da representação da família no trabalho - ele não é empregado e portanto não pode ser pago. Seus deveres e direitos são de outro tipo.

Quando o filho é solteiro e adulto a relação com o pai é assimétrica. Do eixo do poder o fluxo vai do pai ao filho, do eixo do excedente vai do filho ao pai. Quando o filho é ainda não produtivo os dois fluxos deslocam-se do pai ao filho. Os filhos pequenos consomem os excedentes produzidos pelos pais e irmãos mais velhos; quando é força de trabalho plena produz um excedente que é redistribuído pelo pai. Quando "casar" apropriar-se-á de um excedente (terra-casa) que o pai centralizou e redistribuirá no momento oportuno.

Podemos pensar o processo como um ciclo, da perspectiva do filho, como de débito-crédito-liquidação de contas. Da perspectiva do pai como de crédito-débito-liquidação de contas, sendo a liquidação de contas, de signo invertido para cada um deles,

fechando o ciclo na igualação de créditos e débitos. Dada que a soma de débitos e créditos não é mensurada, possivelmente ela não é mensurável, depende das orientações dos atores, de suas valorações a partir de seus pontos de vistas respectivos, pensar que a liquidação das contas foi ou não igualitária. Depende portanto do que os outros fazem em situações similares, dado que o espaço de informações neste sentido na comunidade é aberto, o costume em relação com as características da situação são os que determinam a conformidade ou não conformidade com a liquidação de contas.

Se alguma das partes deixa de cumprir com o contrato familiar a separação é a resultante, salvo quando sejam fatores "objetivos", isto é, que apareçam valorados da mesma forma pelos atores, os que obstaculizam que o contrato, seja cumprido. Se o pai "pode", se não existem fatores adversos, ele deve. Quando um agricultor,

de sessenta anos, com filhos adultos, vende sua propriedade na região para deslocar-se a uma região de "fronteira" está no limite fazendo uma liquidação de contas no extremo.

Abandona sua relação com o meio social frente a impossibilidade na região de "comprar uma terra, fazer uma casa", para os filhos que querem casar e formar sua unidade independente. A liquidação de contas pode assumir outros caracteres: o investimento no estudo de alguns filhos é considerado num presente como liquidação de contas. Não se consegue dar terra, então se dá o estudo. A ajuda para comprar negócios, maquinárias, etc são formas alternativas de liquidação de contas onde o valor da terra excede a capacidade de acumulação, a tal efeito, das unidades de produção familiar.

## 5 Do crédito: antes/hoje

De um "antes" a um "hoje" os personagens, os motivos, as formas de pagamento e de solicitação do crédito monetário tem variado. No "antes" os motivos principais do crédito eram três:

- a. para compra de terras
- b. para subsistência inter-safra
- c. por problemas derivados de situações críticas na família, enfermidades, etc.

O primeiro dos motivos era o mais importante em termos do seu volume e por fixar um compromisso em prazo mediano. Os personagens dos créditos eram a família e os vizinhos. Ele emerge como necessidade quando se tem que constituir uma nova unidade de produção (um filho quer casar) ou quando pretende-se ampliar a superfície de terra para ocupar a mão-de-obra familiar, devido ao crescimento dos filhos que aumenta a capacidade de trabalho do grupo familiar. A unidade de produção tem que ir aumentando a extensão da terra trabalhada, da terra produtiva, na medida que aumenta sua capacidade de trabalho familiar por crescimento dos filhos, dadas certas condições técnicas. Mudanças nas condições técnicas podem atuar a favor ou contra a ocupação da mão-de-obra familiar. Assim a mecanização produz uma desocupação da mão-de-obra que, se se quer utilizar, deve-se aumentar a superfície da terra produtiva. Os cultivos intensivos ou a criação de porcos e gado leiteiro aumentam o uso da capacidade de trabalho familiar que aumenta com os filhos e sua idade crescente.

Família e vizinhos, como já foi salientado, constituem os prestatários do capital (dinheiro) para a compra da terra. Hoje a situação é visualizada como de descapitalização do agricultor, no sentido de ausência de dinheiro nas suas mãos. Tal situação determina que para comprar terra a própria unidade familiar deva produzir sua acumulação não contando com a possível acumulação em dinheiro de parentes ou vizinhos.

A respeito das necessidades de dinheiro para cobrir os motivos de "B" e "C", na atualidade, depende se o colono vende sua produção a comerciante ou à cooperativa. Os colonos das terras vermelhas, mecanizadas, operam predominantemente com as cooperativas às quais vendem sua produção e da qual obtêm os financiamentos necessários (repasse dos financiamentos fornecidos pelo Banco do Brasil). Em oposição muitos colonos das terras não mecanizáveis continuam ligados na venda de sua produção aos comerciantes e oferecem sólidas explicações sobre tal fato.

O agricultor das terras não mecanizáveis vivencia como um prejuízo sua relação com a cooperativa e como mais vantajosa a relação com o comerciante. Sua produção é diversificada de forma tradicional resultando seu produto do agregado de pequenas quantidades de produtos diversos.

"Aqui é pouquinho... cada um tem seu comerciante que ele mais prefere, esse comerciante ele é conhecido, o comerciante conhece o agricultor. Então se for o caso, a gente não tem nada para vender e não tem nem esse dinheiro em casa nesta hora vai ao comerciante, quero isso, isso e aquilo. Leva, pega e ele anota

lã e o dia que você tiver grande porco, grande soja aí desconta." (0180).

O comerciante aceita as pequenas quantidades, abre o crédito em mercadorias para o agricultor conhecido que passa por momentos de carência de dinheiro para efetuar suas compras; o comerciante fica na comunidade ou próximo. Isso determina que os deslocamentos do agricultor e seus produtos para a venda sejam menores que se operasse com a cooperativa. Outros fatores são colocados pelos agricultores: o comerciante não realiza descontos pela qualidade da produção recebida; não existem formulários nem promissórias - o comerciante anota o que o agricultor pega -; não exige conta aberta em cooperativas nem banco. Deslocamentos com seu custo, "papeladas" desnecessárias, não descontos, constituem a parte positiva do comerciante.

Os preços maiores que ele pode cobrar e os menores que pode pagar, são compensados pelos fatores salientados pelos agricultores.

Existe uma relação baseada na confiança mútua. O agricultor salienta que se o comerciante tem dinheiro ele não nega fazer um empréstimo para suprir as necessidades de dinheiro do agricultor. A imagem que os agricultores dão, é a de que os comerciantes "abrem" seus livros de contas aos agricultores. Este sabe quanto ele ganha pelo que o agricultor lhe vende. O agricultor conhece o preço de revenda do comerciante. Por outro lado, o agricultor também está a par do preço que a cooperativa está pagando, o que resulta de parte do agricultor considerar legítimo o ganho do comerciante. Se ele excede essa legitimidade

o agricultor muda de comerciante ou vende na cooperativa, recurso, este último, sempre em aberto.

"P. E você por exemplo, quando vende a produção, vende à cooperativa ou vende ao comerciante?

R. Não, eu vendo ao comerciante.

P. E qual é a forma de pagamento que tem os comerciantes? Como ele paga?

R. Eles pagam ali o que eles fazem o saco de soja da diferença de 6,7 cruzeiros menos, nê! do que a cooperativa, mas o comerciante não tem pureza, não tem isso, não umidade, não tem nada, nê! Assim, como eles pesaram a soja eles pagam, mas lá (na cooperativa) eles tem muito desconto ainda.

P. Eles pagam na hora?

R. Pagam na hora. (0160)

R. E, ele não fudia ninguém (o comerciante). O cara quando tá apertado pede dinheiro emprestado, se ele tem ele ajuda, ele não nega prã ninguém. Ali na cooperativa, quando o cara deve, algum problema ali, já tá tudo descontado, eles não querem saber de outra coisa assim... O comerciante aqui nosso, não dá prã se queixar, um comerciante normal, não rouba na balança nê! Nosso comerciante não ganha isso... eu já fui junto no frigorífico de Santa Rosa, ver aquilo. Então ele tem 30 centavos por quilo, nê! Que é frete deles, são obrigados a ter, e não é muito, eles ainda prã carregar o porco, o comerciante não tem grande coisa então... (020)

As necessidades de dinheiro dos agricultores das terras mecanizadas hoje são diferentes; custeio agrícola, financiamento de maquinárias etc. Neste ponto as figuras da cooperativa e dos

bancos fazem sua entrada. O agricultor das terras mecanizadas que produz o binômio trigo-soja depende do custeio agrícola. Este é um pacote que inclui a obrigação de comprar as sementes e o adubo (quantidade e tipo por hectare) que os organismos técnicos determinam. Sem custeio é difícil trabalhar dado que a acumulação interna não permite financiar os gastos da produção, que o nível da técnica da produção atual do trigo-soja demandam. Os financiamentos das maquinárias formam parte da mesma engrenagem. O financiamento obriga ao uso do tipo de semente e dos adubos ou fertilizantes necessários. Os corretivos para a recuperação das terras vermelhas também são financiados. O ciclo da produção nestas terras abre-se e fecha-se no financiamento. (9)

"Tem que comprar sim (as sementes) porque senão não dá o custeio. Eu sempre semeava o trigo por conta, mas eu vi que não dava, cada vez ia mais para baixo aí eu comecei comprar porque sou obrigado a comprar a semente.

Os agricultores são conscientes que o financiamento mudou a estrutura das unidades de produção, seu funcionamento. Expressam com clareza as vantagens e desvantagens derivadas do sistema nas terras mecanizadas.

"P. E tem vantagens, assim, comercializar, vender a produção na cooperativa?

R. Tem, e não tem, no momento, o que eu considero, a cooperativa é como o cachorro da corrente, acorrentado, que tá calmo, quieto. Se os preços estão na sua base aí ele não ladra, mas se não

existisse a cooperativa, então o comerciante ia entrar na exploração, em vez de pagar um preço, vamos dizer, de 250 por soja, eles iam se combinar, não isso aí é demais, nós vamos pagar só 200 que é o preço. Então essa é a minha idéia que todos nós temos que ficar na cooperativa, nem que nós de momento não temos um preço especial, mas estamos recebendo mais ou menos o preço que compete para o trigo, a soja, ou qualquer outro produto, o porco..." (030)

A cooperativa aparece na relação com a comercialização dos produtos agrícolas como um regulador do mercado. A cooperativa além dessa função reguladora facilita os repasses dos financiamentos bancários.

"Ah, a cooperativa facilita muito o repasse, por meio de repasses e cooperativa faz um empréstimo global ao Banco do Brasil e ela repassa então para o associado. Mas mesmo não sendo associado é muito fácil conseguir repasses ou empréstimos de bancos, particularmente, quer dizer, individualmente." (030)

As desvantagens das cooperativas colocam-se em vários planos, em princípio, os agricultores "devem ser" os "donos" das cooperativas em função da ideologia e normas de funcionamento que a inspiram. Eles estão consorciados e portanto espera-se sua participação na condução dos negócios públicos das cooperativas. O primeiro problema surge pela falta de controle, nas decisões que são adotadas pela direção da cooperativa, por parte dos associados. A direção da cooperativa passa a ser algo distante e incontrolável. Muito mais fácil é controlar o comerciante local em seus ganhos e decisões, pois frente a ele,

o agricultor tem o poder de deixá-lo sendo tal conduta quase impossível no caso da cooperativa.

"Lã o gerente, eles, então tire o funcionário, botem outro e não pergunte nem um sócio se, se esse cara é legal, não é legal. E a cooperativa pertence aos agricultores. Os agricultores que deviam ter direito de escolher os homens para trabalhar ali, homens justos, homens limpos, nê!" (0180)

Em segundo lugar visualiza o agricultor que a direção da cooperativa consegue extrair benefícios para ela mesma, extração dos cooperativados, que estes não podem controlar, dado que o sistema de funcionamento escapa a suas possibilidades cognitivas. A cooperativa tende a crescer e esse crescimento coloca-se cada vez mais fora do alcance do agricultor. A cooperativa cresce ela é forte mas seus associados ficam fracos. A cooperativa adquire independência, cresce e não é controlável, em definitivo, ela deixa de ser dos agricultores e passa a ser um mal necessário como a "corrente do cachorro".

"Então a meu ver o povo não conhece mais quem administra as coisas que são deles nê! o patrimônio deles... o ponto de vista desta cooperativa é se tornar uma grande potência, quando na realidade deveria defender o interesse de seus associados, mas dessa maneira não estão defendendo o interesse, porque eles estão tirando o dinheiro que seria dele... o que adianta ter uma cooperativa forte se os associados são fracos nê! Então é melhor ter os associados mais fortes e a cooperativa nessa proporção também..." (0180)

Estranho destino o das cooperativas que para serem fortes tem que "enfraquecer" os associados. Sem supor nenhuma hipótese de tipo "interesses ocultos", de formas de extorquir ao agricultor, ou de diretores que seguem seus próprios interesses, o desenvolvimento das cooperativas salienta uma contradição ou um efeito não desejável. Se a cooperativa quer subsistir ela tem que capitalizar-se sem recorrer à emissão permanente de novos valores entre seus associados, situação que acontecia na região com as cooperativas das comunidades, locais as quais tem desaparecido, fracassaram, e sobre as quais o agricultor podia exercer um maior controle. Para defender o pequeno agricultor ela tem que ser forte, isto é, ela tem que acumular. Para alcançar este objetivo, no contexto de um mercado competitivo, ela deve operar com economias de escala e uma organização eficiente num mercado competitivo no qual as proteções que goza, se bem que importantes, não constituem uma garantia total. Ao fazê-lo deste modo seu modus operandi escapa ao controle do pequeno agricultor, complica sua vida, transfere recursos do agricultor à cooperativa. De todo o processo resulta que com a intenção positiva de defender o agricultor a ação da cooperativa o enfraquece, distancia-se dele, converte-se num organismo ao qual o agricultor recorre porque o jogo determina-o a fazer e não porque ela represente a cristalização de seus interesses. Afirmamos, ainda que este tema não seja um ponto que interesse no marco deste trabalho, que a oposição atual entre cooperativas e associados resulta mais de um efeito não desejado que de uma ação de interesses explícitos ou ocultos. (10)

O agricultor para solucionar o problema pensa no retorno a um tipo de cooperativa anteriormente existente, aquela cooperativa

da comunidade, que era controlável mas que não tinha capacidade de controlar o mercado, que não tinha uma estrutura para organizar os repasses, estocar produção, transportar produção etc. Os mesmos agricultores salientam que quando a cooperativa quer ela levanta o preço dos produtos ainda no caso de não operar nesse ramo. (Ex. porco).

"É uma pequena cooperativa, como funcionava... o agricultor chegava lá e pedia informações pro gerente ou presidente e eles tinham obrigação de dar esses esclarecimento. . Ele por exemplo pedia como é que a cooperativa faz esse negócio, essa compra aí. E o gerente, o presidente dava, hoje não... Agora eu não conheço o gerente da cooperativa a qual nós pertencemos." (0200)

A cooperativa local era uma cooperativa de homens, de relações entre conhecidos. Hoje ela é uma relação anônima, é uma estrutura técnico burocrática da qual o agricultor nem pode controlar nem se sente parte.

Um terceiro fator, a realização de descontos, quebra a relação do agricultor com a cooperativa. Os descontos são feitos por umidade ou impureza nos produtos. O desconto é vivido pelo agricultor como uma extração de trabalho.

O desconto é freqüentemente explicado pelo tamanho da cooperativa ou pelos negócios que elas fazem. "Porque tem empregados demais e todos querem ganhar bem, então tem que tirar de algum lado, vai descontando aqui e ali... e assim eles exploram o colono, espremem mesmo, isso é verdade". (160)

"Eles descontam trinta por cento até setenta por cento e a metade do desconto sobre, isso eles criam gado e estão fazendo propaganda, diz que não custa nada para eles porque isso foi criado com os restos de soja e trigo. Mas de onde eles tem aqueles restos, e isso nunca aparece na sociedade na cooperativa, que aumentou tanto porque entrou tanto dinheiro dos bois e das vacas que foram criados, isso não aparece". (0160)

O quarto fator que trava a relação entre o agricultor e a cooperativa é determinado pelo modo de operação desta última. Operar com ela demandam deslocamentos e perdas de tempo.

"Nós vendemos por exemplo 10 sacos de trigo aqui na cooperativa é feito tudo na nota. E leva lá pra Santa Rosa (36 km. da sede do município) uns dias depois o pai pode ir lá na cooperativa a buscar a nota né! Então ele chega ao banco do Brasil em Santa Rosa, tá assim de gente, então eu tenho que voltar pra casa, perder esse dia né! Outro dia vai de novo fica lá na fila até de tardezinha né! pra ganhar poucas "pilas" que faltaram esses, esses poucos sacos de trigo né!

Se no "antes" existiram as pequenas cooperativas locais com uma longa experiência de fracassos e <sup>as</sup> eles eram controláveis, hoje <sup>x</sup> existe uma grande cooperativa forte com associados fracos. Hoje se dirigentes das cooperativas tomam decisões que escapam ao poder de controle do agricultor num sistema de relações impessoais elas se constituíram como alternativa ante os fracassos das pequenas cooperativas.

As desvantagens para o agricultor são as de um órgão cujo objetivo imediato é seu próprio crescimento, a acumulação capitalista na cooperativa, para a defesa do pequeno produtor como objetivo último. No processo surge um conjunto de efeitos não desejáveis que quebra a relação do agricultor com a cooperativa.

O agricultor, personagem sem voz, e portanto sem voto, fica frente à cooperativa como frente a um banco, a um comerciante, com a diferença que o "banco" e o "comerciante" não é deles, são de outros, no entanto a cooperativa é colocada como sendo deles. Se no plano do discurso a cooperativa é deles, no plano da prática os agricultores estão "espremidos" por e para a cooperativa como organismo estranho. Espremidos pela cooperativa enquanto que organismo que tira do agricultor ganhos que poderiam ficar na unidade de produção, espremidos para a cooperativa porque o único efeito da expropriação do ganho é o crescimento da cooperativa, crescimento do qual, não é visualizado quais são seus efeitos benéficos para o agricultor.

O controle de preços que a cooperativa realiza não é associado ao seu tamanho, a sua organização que o agricultor pensa como custosa, o mesmo acontecendo com os repasses. Financiamentos que caracterizam-se pela ambigüidade, se por um lado, eles arrastam benefícios positivos (menor esforço do trabalho, melhores condições de vida, etc) ao mesmo tempo trazem a quebra da autonomia da unidade familiar. Os agricultores separam-se de sua capacidade de dispor de sua unidade de produção como antigamente. Os endividamentos progressivos -, dos quais a cooperativa é uma polia de transmissão mas que ela não

determina - assim como fecham a autonomia, abrem novas possibilidades de condições de vida, de tempo ocioso, etc.

De qualquer modo é o Banco quem determina o que financiar e como financiar, é o governo. Na representação do agricultor é fácil obter financiamento para custeio agrícola, para maquinária, para carrões e caminhões, para fazer nova casa. O impossível, é obter financiamento para comprar terra.

A facilidade do financiamento aparece como responsável pela super-tratorização, que os agricultores denunciam e os efeitos que elas provocam de não utilização plena da maquinária e de deslocamento violento de mão-de-obra.

"Mas isso quando queria comprar um ferro tinha financiamento, mas se o agricultor ia pro Banco e pedia um financiamento pra comprar dois hectares de terra não tinha... Os financiamentos saem muito fácil pelo Banco eu acho que foi o mal, é bonito uma agricultura mecanizada mas nesses municípios de onde o pessoal tem muito pouquinha terra então deveria comprar em conjunto, de se reunir cinco agricultores, né! e comprar em sociedade, mas aí tem aquele negócio do acerto né!

Com o financiamento está a impossibilidade de fazer acerto para comprar maquinaria entre vários, mas este é outro tema que por hora não abordaremos.

#### DA DIFERENCIAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

6. Nos dias de hoje a diferenciação das unidades de produção

familiar é pensada pelos atores na dicotomia sintética de "pobres" e "abastados". Em termos de "nós" e "eles" desde a posição na qual o sujeito autodefine. "Abastado" e "pobre" é uma classificação sintética, seu significado deriva dos eixos que os atores usam para definir as diferenças.

A diferenciação à qual fazemos referência não é estática, isto é, não supõe um corte dado e consolidado nem uma oposição de interesses entre os estratos que compõem esta diferenciação.

A diferenciação não é definida a partir de um critério único do tipo proletário/capitalista ou rico/pobre. Ela é o resultado da aplicação de uma multiplicidade de critérios. A diferenciação acontece sobre um conjunto de eixos definíveis pelos atores. . Dado que partimos do suposto que a diferenciação entre as unidades de produção familiar não é estrutural ou determinante (como no caso de proletários e capitalistas), ela só tem sentido na medida que aparece nos discursos dos atores, na medida que faz parte de suas representações da realidade social. Se se quer, ela só é "para si". A diferenciação é múltipla, definindo-se em cada contexto, a encontramos portanto mais do lado da "fala" (de como ela é pensada e usada em contextos definidos) que do lado da língua (como sistema estático de posições).

Uma unidade de produção familiar ao invés de estar diferenciada, ela diferencia-se a partir de certos 'constraints' , de limitações impostas por parâmetros ecológicos, sociais e econômicos. Os parâmetros atuam como limitando os processos de diferenciação. Entre esses limites as alternativas e os modos

de diferenciação são variados.

A diferenciação pode ser lida sobre eixos qualitativos ou quantitativos. No mesmo eixo pode produzir-se uma diferenciação qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo. Dada as características de uma diferenciação em processo, não congelada, as unidades (ou indivíduos das unidades, ou grupo familiar, etc) portadores de determinadas características que as diferenciam podem variar, ser substituídas e o processo de diferenciação continuar.

Não é só a extensão dos fatores - terra, mão-de-obra, capital - que determina a diferenciação. Também o é, a específica combinação que deles se produz, no sentido clássico, a capacidade empresarial. (11) A eleição das alternativas, a capacidade de negociação e representação frente aos organismos que atuam no meio rural (bancos, organismos técnicos, cooperativas, etc) formam fatores importantes no processo de diferenciação das unidades de produção familiar.

2.7. Da diferenciação qualitativa: terra e capital, limite e processo.

A terra enquanto espaço produtivo aparece como um fator de diferenciação. Se no "antes" a diferenciação era o produto da oposição entre terras férteis e não férteis, isto é, da produtividade ou fertilidade natural da terra, no "hoje" a diferenciação da terra surge do estado das artes e das ciências, das possibilidades que o desenvolvimento técnico aportam aliadas às políticas de financiamento governamentais. Com isto não

queremos dizer que no "antes" a produtividade da terra era natural, que ela estava fora da sociedade, senão que na representação do ator a diferenciação no "antes" aparecia como diferença naturalmente produzida, no hoje, a diferença é produzida por uma intervenção técnica - que foi pensada para terras planas e mecanizáveis - aliada ao financiamento.

A "fertilidade natural": como a resultante da maior fertilidade - para um processo de trabalho sustentado no arado a boi e a enxada como instrumentos, os adubos naturais como fertilizantes e as sementes produzidas e selecionadas pela unidade de produção que as usa - deixou seu lugar a uma "fertilidade técnica" lograda com o trator e as coletadoras mecânicas como instrumentos, as sementes selecionadas e produzidas em lugares especificados pelos organismos técnicos e por eles selecionadas, aos fertilizantes químicos e aos corretivos.

No novo estado das artes e das ciências as terras "naturalmente" menos férteis, aquelas nas quais crescia a barba de bode e era o domínio das formigas, passaram a ser as terras mais produtivas e para as quais foram canalizados os recursos financeiros aliados às técnicas existentes. (12) Terras que converteram-se nas consumidoras dos recursos elaborados no setor industrial, terras que passaram a ter uma alta produtividade da mão-de-obra.

A mudança determinou um forte critério de classificação das unidades de produção. Hoje os agricultores identificam-se por pertencer a uma ou a outra terra. Pertencer ou não às terras mecanizáveis abre um leque de alternativas possíveis para a ação.

Os agricultores das terras mecanizáveis enfrentaram a possibilidade

de continuar com a agricultura tradicional ou aproveitar as oportunidades de financiamento abertas pelo governo em relação a um modo técnico de produzir. Mas esta possibilidade deve ser amarrada no tempo. O tempo é uma variável privilegiada na economia, ainda que não sô nela, os que primeiro tomaram a decisão de mecanizar, de recuperar o solo, etc. voltando-se para o ciclo trigo e soja capitalizaram-se rapidamente em maquinarias e no novo valor que sua terra produtiva adquiriu.

Sobre a matriz de terras mecanizáveis e não mecanizáveis atuou o tempo no qual a mecanização foi produzida. Muitos daqueles que o fizeram no início mecanizaram-se a níveis superiores aos necessários para trabalhar suas unidades familiares com tratores e automotrizas. Passaram-se assim a trabalhar na terra dos outros, a serem os "donos das maquinárias".

A diferenciação sobre a base quantitativa de terra e do gado ficou como uma forma de diferenciação logicamente anterior, ao processo de diferenciação que inicia-se com a mecanização e a recuperação das terras, nos anos sessenta. Logicamente anterior significa que pode hoje coexistir com os outros processos de diferenciação, e ainda, ser produzido por este último. Os donos das maquinarias podem hoje comprar terra para trabalhar com suas máquinas ou botar nelas gado. Podem arrendar terra por períodos prolongados, ou simplesmente por seis meses, para correr os riscos de plantar o trigo que aquele que não tem maquinaria não pode correr.

Na atualidade, para os agricultores de terras mecanizáveis ou não, aparecem novas oportunidades de diferenciação no marco de

reorientação da produção, da diversificação. A produção de proteínas de origem animal, com um nível técnico distinto e com fortes investimentos no momento, parece ser um determinante de um novo processo de diferenciação.

Se a mecanização no tempo oportuno foi uma causa do aumento da renda, de melhores condições de vida e de acumulação de capitais nas unidades de produção e diversificação "capitalista" em gado leiteiro, criação de porcos, etc., representa um novo processo de diversificação pela aplicação de capitais consideráveis.

A relação com os organismos financeiros foi fundamental, um dos pontos principais na diferenciação por meio de maquinárias e recuperação de terra, e hoje, volta a jogar o mesmo papel em relação à diversificação capitalista. A relação com os organismos financeiros da região não é uma relação absolutamente contratual, contrato que determina com clareza e precisão o conjunto dos papéis que serão desempenhados. Nessa relação existe lugar para os afetos, para os modos de ser e de apresentar-se, para as capacidades de "transar" entre as "pessoas". Nesses organismos existem indivíduos que se bem que decidam em função de critérios técnicos-burocráticos deixam um espaço amplo para as relações pessoais. (13)

A propriedade da terra qualificada e quantificada é um critério limite para a obtenção do crédito, mas em igualdade de condições de dois solicitantes, relações pessoais decidem em muitas oportunidades quando o gerente atende ao solicitante, a velocidade do processo, etc. Os critérios técnicos aparecem como igualitários, as relações pessoais produzem um efeito, que acreditamos não negligenciável, de desigualação. O tamanho das

terras vermelhas, as terras planas, possíveis de diferenciação formam o piso sobre o qual características do agricultor, entre elas o modo e tipo de relações que consegue estabelecer com os organismos técnicos financeiros, determina a diferenciação.

Em Godoi, em 1970, sō existia uma propriedade de mais de cem hectares e o grosso dos estabelecimentos (64.7%) encontravam-se na faixa de 10 a 100 hectares. É entre os proprietários deste grupo que a diferenciação se produz por acumulação capitalista em meios de produção (incluída agora a terra recuperada, enquanto terra produzida por um processo de incorporação de trabalho).

Nesse grupo não sō o tamanho da propriedade determina o empréstimo senão também algo que podemos denominar, para não sair da linha, "capacidade empresarial". Sob tal denominação encobre-se um conjunto de traços, um código social não explicitado, que fazem com que em condições de partida similares (similaridade que se caracteriza por uma variabilidade considerável) alguns obtenham o dinheiro dos financiamentos antes ou em conjunturas mais favoráveis, e o tempo "is money", isto é, passa a ser uma variável fundamental para compreender a diferenciação, saber em que momento os endividamentos progressivos começaram.

Uma surpresa do trabalho de campo é comparar a imagem que nós fazemos de nossos informantes com a imagem que deles tem o Gerente do Banco ou os técnicos do município. Não é de estranhar que aquele informante que nos brindou "boa" informação, com clareza, cuja presença e dignidade favoreceu a aproximação, cuja

informação é ampla e densa. Que conta além disso, com a capacidade de assumir pontos de vista diferentes com respeito ao mesmo assunto seja, o informante, também altamente considerado pelo Gerente do Banco, ainda no caso, de ser dono de uma pequena propriedade, habitualmente está fazendo uma trajetória ascendente. Saliento que não estou pensando em nenhum tipo ideal, senão em três ou quatro indivíduos que têm nome, do pequeno grupo com o qual trabalhei. Sujeitos de carne e osso com os quais, por fora das razões de pesquisa, sente-se a necessidade e a alegria de conversar com eles.

Em todo o processo das relações para o financiamento sente-se que estão em jogo valores humanos, não muito definidos, que atuam no processo como um fator não negligenciável de diferenciação.

Enlaçado com as relações com as pessoas dos organismos financeiros, outra relação, que incide no processo de diferenciação por acumulação e diversificação capitalista é a que os agricultores estabelecem com os técnicos dos organismos governamentais e da cooperativa. É indubitável que o objetivo das oficinas técnicas é promover o desenvolvimento agrícola, isto no código dos técnicos significa trabalhar na agricultura com os padrões que a aplicação da ciência e da técnica possibilitam. O problema do técnico é a "resistência" à inovação, a resistência ao novo. As dificuldades do diálogo com os agricultores advêm da freqüente impossibilidade de assumir cada um o ponto de vista do outro. O agricultor não compreende o horizonte de valores e fins que as colocações do técnico canalizam, o técnico por sua vez, lê o horizonte e os fins do

agricultor como "atraso", irracionalidade, carência de educação.

No processo de interação real, quando o técnico é procurado no escritório pelo tipo de agricultor acima esboçado, com o qual pode argumentar, pode ser compreendido, etc, seria desnecessário dizer que concentra nele todos seus esforços. Eles, com sua unidade de produção, passam a ser a amostra de seu trabalho, os elementos pelos quais sua avaliação é feita. Elaborará projetos para eles, fará os cálculos de financiamento, canalizará os projetos a serem financiados pelo banco. Não raro, falará com o gerente do banco, dará uma força especial a esses projetos e seus financiamentos correlatos. Salientamos que a descrição não tem o menor sentido crítico, até o técnico pode fazer o maior dos esforços com os agricultores não inovadores; fará com eles trabalhos experimentais. Mas o técnico sabe o que o agricultor diz: o melhor experimento é aquele que é feito pelo vizinho, enxergando nele o agricultor se decide. Neste caso o "tempo" volta a atuar, aqueles que começaram com o novo método e técnica levam vantagens que fundamentam a diferenciação. Os agricultores percebem a contradição que o processo envolve, os primeiros que começam correm os maiores riscos no caso de fracasso mas eles obtêm os melhores ganhos no caso de êxito, e partem com uma experiência maior para o próximo ciclo.

De uma perspectiva "macro" o processo de diferenciação por diversificação e acumulação capitalista é a resultante do processo mais geral da acumulação capitalista a nível global.

De uma perspectiva "micro" interessada na mudança social importam os "mecanismos", os pequenos processos, os microcosmos nos quais a mudança processa-se, o modo, e como, quem, por meio de que formas.

a acumulação processa-se nas unidades de produção familiar na agricultura. Os limites para o processo de diferenciação podem ser pensados desde uma perspectiva macro, mas as alternativas e os específicos sujeitos da diversificação, só podem ser apreendidos no mundo de observações que podem parecer banais. Junto às lógicas maiores do sistema, os atores criativos, fatores co-adjuvantes como a educação, efeitos perversos, contradições permitem operar na reconstrução teórica do processo.

Neste sentido, os códigos que comandam a interação fazem que alguns de nossos atores desenhem uma trajetória ascendente de diferenciação e outros uma trajetória descendente. (14)

Nesse processo, a educação parece desempenhar um papel coadjuvante, nem único e frequentemente nem dominante. Afirmo a intuição que certos atores apropriam-se de códigos sociais que possibilitam seu ascenso - neste contexto uma trajetória ascendente por diferenciação na acumulação capitalista - entre esses códigos o domínio da comunicação, a capacidade de colocar-se em pontos de vista distintos e até opostos, um código do corpo, podem ser determinantes. Tais códigos não eliminam a capacidade de assumir riscos, etc. A educação aparece como uma probabilidade maior de adquirir esses códigos.

"Olha para dizer a verdade, eu ir a escola era a maior dificuldade, eu nem terminei o quarto primário, porque eu não podia terminar, era difícil ir a escola, era longe e eu não podia terminar, tinha doze, treze anos e já fiquei para trabalhar. Nós trabalhamos ficamos naquilo, tem gente, dois companheiros da mesma idade andando juntos no primário, depois eles foram

para Santos. Os pais deles eram mais animados... hoje eles estão perdendo para mim... eles têm um serviço mais aliviado, mais assim prá eles se arrumar não vi nenhum que serve... eu digo como é que você está, eu sei bem como ele está, a situação, o capital, o capital que ele tem... hoje ele não está bem..." (0160)

Para a diferenciação pelo capital a educação não é garantia na representação do ator, é uma alternativa. Ele fala desde uma trajetória ascendente de diferenciação por acumulação de maquinaria e terra recuperada, e dessa perspectiva são outras as razões que especificam o êxito. Aqueles que não alcançam êxito na agricultura é porque:

"Porque eles não arriscam, eles têm medo de fazer algum compromisso, eles não faziam naquele tempo que dava pra fazer compromissos. Depois que eles viram os outros dar uma cabeçada eles não arriscaram mais, cada vez mais ariscos, já ariscos eles não arriscam mais ficaram naquela, trabalhando naquela colônia prá viver nem a herança do pai eles conseguiram comprar, se eles tinham metade eles não compravam, porque eles tinham medo, que iam recaindo as coisas... Então quando eles tinham a metade do dinheiro tã, o ano que vem eles queriam comprar, faltava mais que a metade e ficava com aquilo... Gente boa esse não vão ao jogo, esses não sabem o que é jogo, eu conheço mais que eles..." (0160).

Não é só questão de assumir riscos, eles devem ser assumidos no momento oportuno. Para aqueles que não têm terra ou têm muito pouco (menos de 10 ha) o processo de diferenciação, de aproveitar

as situações não é colocado, nestes casos sō as providências do governo podem solucionar a coisa.

"Depois o Banco geralmente ele gosta de financiar dar dinheiro pro cara que tem... E o pessoal que foi aproveitando isso ali um pouquinho, eles foram bem e outros que tinham medo eles não aproveitaram e ficaram naquele passo, ou indo prã trás..." (010)

"Claro que eles tinham medo... teve gente que aproveitou o que o Governo estā oferecendo, os financiamentos pelo Bando do Brasil" (0110)

O dinheiro dos financiamentos é dado aos que têm algo. Destes tem alguns que souberam aproveitar e cresceram ainda mais, os que caíram, têm alguns que até venderam sua terra.

## CAPÍTULO II

NOTA I. A noção de "fertilidade natural" base da primeira forma de renda diferencial (fertilidade diferencial) envolve não poucas complicações. O que nos interessa destacar neste ponto é que a "fertilidade", enquanto que, conceito químico-biológico a-histórico não existe; "La fertilidad aunque constituya una cualidad objetiva de la tierra, económicamente implica siempre, pues, una relación: dice siempre relación al estado concreto del desarrollo químico y mecánico de la agricultura a um momento dado y varia, portanto a tono co este desarrollo" (Marx, 1978 T.III p.606). Se a fertilidade da terra, desde a posição do sujeito, num momento do desenvolvimento das ciências e das técnicas "aparece" como natural, tal forma natural de aparecer é resultado do desenvolvimento alcançado. "Todas estas influências que actúan sobre a fertilidad diferencial de distintas tierras se traduce en el hecho de que, por lo que se refiere a fertilidad económica, el estado de la productividad del trabajo, que aqui equivale a la capacidad de la agricultura para explorar inmediatamente, la fertilidad natural de la tierra - capacidad diferente según las diversas fases del desarrollo, pesa tanto en la llamada fertilidad natural de la tierra como su composición química y sus otras cualidades naturales" (Marx, 1978 T III, p. 606).

A "Fertilidade natural" aparece em Marx como a resultante de propriedade - químicas, biológicas, etc - da terra na apropriação que o modo de desenvolvimento do trabalho produz.

"Justamente porque la sustancia natural tiene leyes que le son

próprias, y no apesar de ello, se pueden realizar fines humanos por medio de procesos naturales. Además los contenidos de estos fines son no sólo histórico-sociales sino también están condicionados por la estrutura de la materia misma. Depende siempre del nivel alcanzado por las fuerzas productivas materiales e intelectuales, cuáles posibilidades inmanentes a la materia, y en que proporción pueden realizar-se? Además la estrutura de la materia no está estabelecida de ninguna manera de uma vez para siempre" (SCHMIDT, 1976, 71)

#### NOTA 2

De acordo com os dados de 1970, Rio Grande do Sul contava com aproximadamente 25% do total de tratores existentes no país (=156 500). Em termos de produtividade por ha a soja é um dos poucos produtos que o Brasil pode competir internacionalmente (Neto, 1979, p. 78). A "modernização" no caso do trigo-soja escaparia ao mercado de autocontrole da modernização agrícola (Paiva, 1976 ) pela sua relação com o mercado internacional "Aos preços atuais essas culturas se mostram muito vantajosas e a área plantada tem crescido grandemente... Não há propriamente limitação de mercado já que existe um esquema oficial em favor do aumento da produção de trigo e que as perspectivas da soja são de crescente aumento de consumo no mercado mundial. A restrição do aumento dessas culturas poderá advir de outras atividades que com eles compitam em termos de rentabilidade..." (Paiva et alli, 1976m p. 323)

#### NOTA 3

A adoção da tecnologia do arado a boi para trabalhar a terra,

sofreu fortes "resistências", nos termos dos historiadores, no Brasil. Buarque de Holanda salienta a "regressão" técnica no caso das colônias alemãs no Rio Grande do Sul. Na região sob estudo tais resistências parecem haver sido superadas e a tendência é a diminuir o "esforço" do trabalho da terra, como já salientava B.H. ( 1956 p. 78). Um tema que escapou a nossa pesquisa por ser percebido a posteriori - ainda que algumas pistas sejam colocadas - é a representação que os atores tem de "esforço", isto é, não existe esforço como um modelo universal de "economização" no gasto da energia humana. Assim para uma "cultura" pode ser de maior "esforço" trabalhar com uma pã que com uma enxada, no extremo pode requerer maior "esforço" arar com arado a boi que trabalhar a terra a enxada.

Na aquisição de um trator podem pesar razões tais como prestígio, fazer um bom negócio, ter um meio de locomoção etc., mas, mais, que a diminuição do esforço físico na unidade de produção que o uso do trator impõe.

#### NOTA 4

"L'une des découvertes de Chayanov parmi les plus importantes relative à ce mode de production est celle qui concerne le prix de la terre... Chayanov constate qu'ici le prix de la terre n'est pas l'équivalent de la capitalisation de la rente (qui n'existe pas), mais du travail nécessaire pour satisfaire les besoins de la famille... Chayanov constate en effet que la rente foncière est forte lorsque les terres sont pauvres et les densités rurales fortes, ce qui s'explique aisément dans la logique de son système ou le paysan-qui n'est pas un entrepreneur

capitaliste - accepte des lors des rémunérations encore plus faibles de son travail" (Amin, 1974, 41-43). Em nosso caso três tendências determinam a valorização da terra sem que possamos estimar o peso de cada uma delas. Um processo geral de valorização da terra (fixação de "capital" na terra que será pago não por uma rentabilidade ou uma estimativa de aplicação das taxas de juros vigentes no mercado - senão pela "valorização da terra", a terra não só mantém ou conserva o capital nela imobilizado, como também rende anos pōs anos, acrēscimos de valor, do capital imobilizado, por valorização.) Em segundo lugar um processo de pressão sobre a terra na região. Em terceiro lugar, e como característica diferencial das terras vermelhas, a possibilidade de ser trabalhada - apōs a recuperação - com menor esforço do trabalho familiar.

#### NOTA 5

O qual não significa que a unidade não visa ao lucro. Este é realizado com o binômio trigo e soja, predominantemente com o segundo. Lucro não é uma categoria que permita distinguir entre economia capitalista e não capitalista estricto sensus. Lucro é um critério de orientação do ator, anterior ao capitalismo que serve para explicar porque certas condutas se dão, mas não como se dão. O "impulso para o ganho", a "ânsia do lucro", do lucro monetário o mais alto possível, não tem nada a ver em si com o capitalismo. Esse impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzador, jogadores e mendigos - ou seja em toda espécie e condições de pessoas, em todos as épocas de todos os países da terra, onde quer que, de alguma

forma, se apresentou, ou se apresenta, uma possibilidade objetiva para isso" (Weber, 1967, p.4). Não é capitalista qualquer conduta que visa ao lucro senão aquela na qual: a) o produtor encontra-se separado dos meios de produção; b) a força de trabalho é uma mercadoria; c) as formas de extração da mais valia são econômicas; d) a distribuição da mais valia social é realizada de acordo com a composição orgânica do capital.

A escola estruturalista a partir de uma caracterização de uma estrutura agrária dual formada por latifundiários e campesinado de subsistência pensou que a produção agrícola não respondia a estímulos de elevação de preços, sob o suporte de sua "irracionalidade". Pesquisas recentes relativas à racionalidade dos agricultores e sua resposta positiva à, e na utilização, dos meios com os quais contam para maximizar lucro, o qual, voltamos a insistir, dada nossa perspectiva, não significa que sejam capitalistas por operar na lógica do ato econômico da economia neoclássica. Com respeito às questões levantadas (Pastore, 1973).

#### NOTA 6

Ainda aqui e sendo objetivo o lucro o modo de visar ao lucro não é estritamente capitalista (o produtor não está separado dos meios de produção, etc.) A falta de termo melhor e para enfatizar o processo de acumulação usamos o termo capitalista. Talvez um termo como de unidades de produção capitalizadas (Borj, 1979) ou "postcampesina" (Archetti e Stölén, 1975) seja mais adequado.

Usar "capitalista" tem um sentido ideológico, opõe-se a uma visão simplicadora do processo de acumulação na agricultura que pensa o processo como de formação de duas classes antagônicas no campo - proletarização dos camponeses e aburguesamento dos latifundiários. Ao mesmo tempo que coloca parêntese, às interpretações das "subsunção formal" do "agricultor" ao capital como determinante de transferência de excedentes sistemáticas que inibem processos de acumulação nas unidades de produção familiar na agricultura.

#### NOTA 7

Na região não é freqüente o deslocamento temporário para a venda da força de trabalho nas frentes de trabalho que se abrem com freqüência. Tal deslocamento e venda é freqüente em regiões do Nordeste, deslocamento e venda de trabalho complementado pelo trabalho no próprio roçado para prover-se da "subsistência".

#### NOTA 8

Resulta claro que se existe algum tipo de apropriação de trabalho do filho pelo pai, ou recíproco, este é o produto de uma "coação" extra-econômica, se se quer, familiar. Os filhos não são "empregados" do pai da mesma forma que o servo da gleba não é um "empregado" do senhor feudal. É a representação das relações de parentesco na unidade familiar, a que organiza o processo de trabalho e as formas de redistribuição do produto.

#### NOTA 9

Financiamento que é comandado desde a agroindústria, produtora

dos insumos para o processo produtivo e que utiliza os produtos para elaborações posteriores. Salientamos anteriormente as curvas de preços não paralela, a dos insumos provenientes da agroindústria - máquinas, fertilizantes, adubos, diferentes inseticidas, etc - e a dos produtos agrícolas. Tais curvas determinam uma transferência de valor e para que as unidades de produção possam adquirir os produtos é necessário rebaixar seu preço. As condições ou financiamentos a juros negativos (superior em alguns casos a - 25%) é a maneira dominante de rebaixa de preços dos insumos. (Silva, 1979). Os financiamentos são os principais responsáveis: a) pela modernização parcial da agricultura brasileira; b) pela acentuação das diferenças regionais (o centro sul absorve a maioria dos financiamentos em técnicas modernas); c) pela acentuada liberação de mão-de-obra. Acreditamos que um fator não negligenciável para o futuro da agricultura brasileira é o deslocamento dos agricultores da região sul para novas regiões de fronteira, ., que realiza-se com uma bagagem diferente à apresentada pelos protagonistas "clássicos" dos deslocamentos. Um exemplo dos últimos pode achar-se no "Tatu Bolinha" de Dorival Caymi.

#### NOTA 10

A ação da cooperativa, na procura de "eficácia" na alocação e captação de recursos, provoca o efeito "não desejado" de separação entre os produtores e a cooperativa. Sua ação está presa na representação de "acumulação vs distribuição" como binômio que impõe uma eleição necessária de algum dos termos na lógica de uma suma nula; os ganhos da cooperativa são as perdas dos agricultores. Se se quer, poderíamos noutra linguagem dizer

que gera uma contradição. Com a intenção de proteger ao agricultor "deve" (no território sempre da representação) crescer e acumular, na medida que o faz "suga" recursos dos agricultores e estes passam a reagir frente à cooperativa: reação leve, por meio da recusa a vender-lhe, e por outro lado, a nível do discurso sobre a orientação da cooperativa.

#### NOTA 11

Um dos elementos prioritários na "análise da capacidade empresarial", no contexto neoclássico da Teoria do Capital Humano, é o nível educativo dos empresários, neste caso, dos responsáveis pelas unidades familiares de produção. Contador chega à conclusão que "o efeito educação aparenta estar de acordo com a teoria do capital humano. Estabelecimentos gerenciados por alfabetizados estão geralmente associados com taxas de retorno mais elevadas do que os gerenciados por analfabetos e existem algumas indicações de que os gerenciados por responsáveis com educação primária completa são mais rentáveis do que aqueles gerenciados por alfabetizados apenas. As evidências para os responsáveis com educação secundária são mais modestos, e não demonstram um efeito superior ao obtido com os responsáveis com educação primária". (Contador, 1974, p.69). Coelho, estudando uma amostra de agricultores da região de Campinas chega a conclusões similares no que diz respeito aos níveis superiores de qualificação, sua amostra contém pessoas de nível elevado (6 com nível primário, 9 com curso secundário e 16 com nível superior). "Entretanto não foi possível estabelecer relações entre o nível de instrução, de um lado, e de outro as categorias de produtividade; outras qualidades

individuais, que não o nível de instrução, parecem influenciar a esta, isto é, parecem influenciar a organização da empresa". Coelho (1972, p. 235).

No caso de nossos entrevistados não nos encontramos com analfabetos, se entendemos por tal os que não tem domínio passivo da escrita. Definindo em forma positiva, nossos entrevistados de menor nível de instrução eram alfabetizados porque: a) assinavam seu nome e escreviam palavras isoladas e números; b) liam impressos, jornais etc. Em nosso caso o corte maior de distinção salientado por Contador analfabetos/alfabetizados não tem validade. Os outros níveis de instrução não parecem associar-se à organização, produtividade ou retorno nas unidades de produção familiar.

#### NOTA 12

Nos últimos anos a leitura da inovação técnica feita por Hayami e Ruttan adquiriu prestígio nos meios acadêmicos. Sinteticamente, ela expressa-se na afirmação de que a inovação técnica na agricultura estaria determinada ou induzida pelas relações entre os preços dos fatores e produtividades marginais. Assim, uma economia escassa em mão-de-obra e abundante em terras seria induzida a inovações mecânicas. O exemplo clássico seria E.E.U.U. No extremo, uma economia carente de terra e com abundância de mão-de-obra seria induzida a inovações biológicas e químicas. O exemplo não menos clássico seria o Japão. O caso brasileiro aparece - a nível da nação - como singular frente aos dois exemplos ou modelos. O Brasil caracteriza-se pela abundância dos fatores terra e mão-de-obra: <sup>N</sup>a lógica do modelo

o "Atraso" ou "tradicionalismo" da agricultura brasileira poderia ser economicamente justificado por preços dos fatores pouco estimulante à inovação tecnológica.

No caso de Godoi o modelo não tem fácil aplicação. Em princípio, a inovação tecnológica adota inicialmente o modelo da mecanização quando o fator mão-de-obra é abundante.

Com a mecanização realiza-se a recuperação das terras possíveis de serem mecanizadas. Aos fatores de pressão que elevam o preço da terra "soma-se" a valorização da terra produzida por trabalho. Posteriormente a terra passa a ser escassa, seu indicador é a elevação de preços, neste ponto aparecem tendências para a reversão a um modelo biológico-químico, tendências comprometidas e refreadas pelas inversões que o modelo da mecanização demandou.

#### NOTA 13

Talvez um dos fatores que definam a "capacidade empresarial" seja o potencial diferencial de cada indivíduo para atuar como pessoa no campo das relações interpessoais. É uma imagem simples demais pensar que as possibilidades de financiamento só existem para os que já têm, que as possibilidades de ser "capitalista" só existem para quem já é "capitalista". O sistema capta (dentro de certos limites estruturais) os melhores "empresários" ainda que estes não tenham capital. Marx já tinha percebido o problema quando nos diz: "Aun en aquellos casos en que un hombre carente de medios obtiene créditos como industrial o comerciante se le concede la confianza de que actuará como capitalista, es

decir, de que empleará el dinero prestado en apropiarse de trabajo no retribuido. Se le concede crédito como capitalista potencial... Una clase dominante es tanto más fuerte y más peligrosa en su dominación cuanto más capaz es de asimilarse a los hombres más importantes de las clases dominadas" (marx, t.111,562-563).

NOTA 14

Diferenciação sempre "intra-classe", no conjunto das unidades familiares de produção da forma que foram definidas.

### CAPÍTULO III - Aprender na vida e aprender na escola

#### 1. Da terminologia do ator: educação, escola, estudo.

1.1. Para muitos autores a história da educação reproduz o processo da história das sociedades. A história das sociedades aparece como um processo de diferenciação crescente de estruturas ou instituições sociais adaptadas às novas necessidades ou funções. A história da educação passa a ser lida na especialização crescente do organismo social, na diversificação das funções das instituições, na diversificação e especialização dos papéis dos atores que se engajam, simultaneamente, em instituições diferenciadas<sup>(1)</sup>.

Nesta linha, se em toda sociedade se dá um processo de socialização, que forma as novas gerações nos padrões, valores e orientações culturais específicos de cada sociedade, na medida em que a sociedade "avança", isto é, diferencia-se, a educação passa a ser objeto de diversas instituições.

Instituições "tradicionais", como a família, compartilham com as novas instituições seu papel de socializar e selecionar os indivíduos para o modo de funcionamento e as posições ocupacionais, de poder, de hierarquia, etc. que a sociedade possui.

A primeira diferenciação, e ainda a maior, que se produz reside na formação de instituições "monofuncionais" que têm por objeto educar. Elas se opõem, na sua complementaridade àquelas instituições como família e igreja que, se bem

educam, dado que comportam processos de significação, não têm como finalidade única nem exclusiva a educação. Família, igreja, trabalho, rua, etc. socializam, educam, nas significações geradas nos processos de interação e por meio das representações que, como modelos das situações e modelos para atuar nas situações, elas comportam<sup>(2)</sup>.

Assim, a primeira e maior diferenciação importante acontece entre aquilo que se aprende na "vida", lugares não especializados em educar e aquilo que se aprende na "escola", lugares preparados aos efeitos de educar.

A distinção revela-se importante, porque aparece no discurso dos atores entrevistados na pesquisa. Assim, a família, o trabalho agrícola, a religião, etc. operam como "instituições" que educam na vida, em oposição a instituições que o fazem na "escola", no "estudo"<sup>(3)</sup>.

No discurso dos atores a oposição aparece com uma terminologia particular: ser educado, ter escola, ter estudo. Numa primeira aproximação a oposição traduz os termos do que se aprende na vida / o que se aprende na escola. Mas algumas diferenças acontecem.

Pode-se ter estudo e não ser educado, pode-se ser educado e não ter ido à escola. Estas relações conformam as alternativas extremas por meio das quais pode-se pensar as relações entre educação/escola-estudo. São extremos lógicos porque na realidade a frequência maior é dos que são educados e têm escola. Alguém pode não ter escola mas ser educado.

Portanto, pode-se relacionar, interatuar com seus semelhantes. A carência absoluta que inscreve ao indivíduo fora do universo da interação social é a de não ter escola nem ser educado<sup>(4)</sup>.

"Olha aí, a educação é o problema que está em primeiro lugar, deve estar. O Sr. vê, se o Sr. chega na casa de uma pessoa aqui que é mal educado, o que o Sr. vai dizer dele né? o sr. vai estranhar" (02.0)

Encontrar alguém mal educado produz estranheza, é encontrar algo ou alguém fora de lugar, em nosso caso específico, a estranheza de encontrar alguém fora do lugar social. O lugar social exige a educação como um código das boas maneiras, das formas corporais de relação com o outro, do uso da linguagem etc.

Esse código é aprendido em casa e é por isso que os que se criam na rua frequentemente são mal educados, não têm educação. Não ter educação é não possuir o código de valores que orientam o agricultor na sua relação com a família, os vizinhos, o trabalho a religião, etc. Isto é, ser a-social.

"Porque a gente pode notar um filho de malandro, assim é difícil de sair de uma família boa, muito difícil, alguma vez que acontece, é muito difícil. A maioria é daqueles que não tem responsabilidade nenhuma, que pouco se interessa pelas coisas" (06.0)

Para viver no mundo da casa (em oposição ao mundo da rua), no mundo ampliado da casa ( a comunidade, em oposição ao mundo

de fora, a cidade), a educação é condição necessária e suficiente. Para viver no mundo de fora, da cidade, na relação com as instituições que transcendem a comunidade etc. a escola e o estudo passam a ser dominantes. Para ser agricultor ser educado é suficiente.

P. - Como foi que você chegou aqui na colônia, como... ?

R - Olha, em primeiro lugar eu tenho que dizer, o pai não tinha condições de mandar os filhos dele estudar nem existia dinheiro, nem existia o estudo tanto como existe hoje, a realidade hoje se o cara, um rapaz quer estudar, claro, ter a profissão fora de agricultor, ele tem as condições não? No próprio município, e meu pai não tinha isso aí. (02.0)

A saída da agricultura, da profissão de agricultor para uma profissão urbana, requer estudo. Nossos entrevistados não têm, salvo duas exceções, esse tipo de experiência. A experiência de saída dominante e marcante é a participação no serviço militar.

"Supor, um rapaz ali se cria sem estudo, sem nada, vem a hora dele servir, atender o compromisso militar e se ele não tem estudo nenhum como é que ele chega lá?. Eu passei aquilo, por mim não, eu tinha pouco estudo, mas o estudo pra atender o serviço militar eu tinha. Mas tinha gente que não entendia o português... Se nós criamos as nossas crianças dessa maneira aqui, nós vamos passar vergonha junto com eles não? (02.2)

Se a casa é a ordem privada em oposição com a rua, (ou sede do município/distrito) domínio da ordem pública, a comunidade

continua a ser ordem privada na sua oposição com a cidade ou as instituições estaduais e federais que formam a ordem pública. No contexto de cada oposição, para a ordem privada a educação é dominante, para a ordem pública a escola-estudo passa a ser dominante<sup>(5)</sup>.

No caso dos atores de Godoi o domínio da língua portuguesa parece um bom lugar para pensar o que dissemos, se bem que constitua um exemplo particularmente limite, ele aclara o que queremos dizer. No caso dos filhos dos colonos de ascendência alemã (situação mais débil no caso dos filhos de ascendência italiana) o domínio do português aparece como um código da ordem pública, cujo domínio faz-se difícil na educação da ordem privada. Na casa, na comunidade, fala-se, socializa-se em alemão. O código da língua portuguesa pertence à esfera da escola-estudo. Aos organismos públicos da cidade próxima.

Se não estiver educado, não possuir os valores da comunidade - supostamente os da sociedade - produz estranheza da coisa fora do lugar social, quase não se é indivíduo, formando parte com os outros indivíduos do universo social.

Não ter estudo produz vergonha, isto é, um sentimento social. Não estar educado é ser a-social, não ter domínio dos códigos públicos produz vergonha porque ele rebaixa aos papéis menos prestigiados da hierarquia social. Em outros termos não ser educado é não ser "indivíduo social", não ter estudo é como não ser "pessoa social". Não ser ou ser educado ou indivíduo é um tipo de categorização dicotômica da sociedade. Não ter

estudo ou ter mais ou menos estudo remete ao universo das pessoas, ao escalonamento. A vergonha frente a quem tem o que eu não tenho, a capacidade de assinar em lugar de entintar o polegar, ler ou não ler o jornal, ter ou não ter o ginásio, ter ou não ter faculdade. Voltaremos a estas questões depois de fazer um rodeio.

1.2. Na terminologia de nossos entrevistados além das distinções salientadas entre educação, por um lado e escola-estudo por outro, "escola-estudo" é novamente diferenciada como binômio de significações específicas.

O universo da escola aponta na direção de um duplo nível de significação. Por um lado, "escola" remete à forma de organizar o ciclo da educação formal. "Escola" é identificada com a parte do curriculum escolar, que o antigo primário representa. Em outro nível, "escola" corresponde à parte do espaço social que a comunidade delimita; a "escola" pertence à comunidade, ir à "escola" é ficar nos limites da comunidade.

O universo do "estudo" associa-se ao antigo ginásio. Estudar significa, nas condições presente das comunidades nas quais desenvolvemos o trabalho de campo, um deslocamento espacial não só físico, senão um deslocamento da comunidade para a sede do município, de outros municípios ou de sedes de distritos<sup>(6)</sup>.

Ir a escola significa permanecer na comunidade, ao menos não necessariamente uma saída, "ter-estudo" ou "ir estudar" - significa um processo de aquisição de meios para num futuro

próximo sair da comunidade.

Na região da colonização alemã a escola é um produto do esforço coletivo da comunidade, é interior a ela, emerge de seu trabalho e do conjunto das representações sobre o "dever ser" dos sujeitos sociais. Um mínimo de leitura, escrita e cálculo faz parte do acervo que todo membro da comunidade deve ter. Entre a educação e o estudo, a escola aparece como um mediador.

"Os colonos se juntavam, construíram uma escola e contratavam um professor que era pago por uma caixa central da comunidade, todos então pagavam para aquela caixa e da caixa era pago o professor, e se tinha um reparo a fazer na escola era a convite da diretoria, convidando os associados todos a comparecerem unanimemente, todos apareciam lá para fazer os reparos ou construir outra coisa, por exemplo, a casa de moradia para outro professor, um segundo professor"(030)

Durante muitos anos, até a época de Getúlio Vargas, nas escolas ensinava-se em alemão, marcando a proximidade com o grupo familiar. Durante seu governo surge a proibição do ensino em línguas estrangeiras fazendo-se obrigatório ministrar aulas em português.

"No meu tempo lá em Cerro Largo, o meu professor ele também não sabia falar português, ele era de origem alemã, então nós aprendíamos tudo em alemão... Até uma certa época era proibido aos alunos no tempo de aula falarem o alemão. Mas voltando para casa era o alemão".

Hoje no entanto a escola continua a ser um requisito para a existência do indivíduo social. O estudo o é para a pessoa social. Esclarecemos este ponto que parece em contradição com as observações feitas anteriormente. Quando operamos com a oposição: educado/ter ido a escola - (ter estudado) a primeira é a que determina o ser social ou indivíduo social. Quando nos deslocamos daquela primeira oposição para a oposição ter ido a escola/ter estudo, é o primeiro termo desta segunda oposição o que conforma ao indivíduo social, enquanto que conjunto dos que têm iguais direitos e obrigações, tornando-se parte do conjunto dos intercambiáveis. A segunda dimensão da oposição "ter estudo", relaciona-se com a formação da pessoa social, com um mundo de posições hierarquizadas não intercambiáveis. Podemos precisar o que estamos salientando com os termos de indivíduo, indivíduo social e pessoa social. Entendemos por indivíduo uma noção pré-sociológica e que não estamos interessados em definir. Indivíduo social é uma noção da representação que denomina, numa concepção igualitária da sociedade, aos que têm os mesmos direitos e deveres para participar, a nível da representação, do jogo social. Para participar é necessário ser indivíduo social, mas a forma, o lugar, o como participamos do jogo é o resultado da pessoa social, numa sociedade na qual as propriedades da pessoa social (capital, renda, poder, educação, prestígio, etc) são as que determinam a participação.

Do ponto de vista da comunidade, sendo educado se é indivíduo social, pode-se ter oportunidades de participação na unidade de produção familiar e na comunidade por tal caráter. Um educado analfabeto, que na unidade de produção familiar e na

comunidade é indivíduo social e pode participar, ainda que a forma de sua participação seja diferencial como produto de ser analfabeto, isto é, desde sua pessoa social. Do ponto de vista da sociedade política brasileira, como indivíduo social ele não existe. A legislação implica que para ser eleitor é necessário poder assinar o nome<sup>(7)</sup>. Neste sentido ele não é indivíduo social.

Na comunidade, um domínio mais apurado das técnicas de escrita, cálculo e leitura, introduz a pessoa social na hierarquia das formas diversas de participar do jogo social. Esse mesmo domínio em relação à sociedade global simplesmente abre a possibilidade da participação e não de sua forma e conteúdo.

As propriedades, que na representação formam o indivíduo social, são aquelas que determinam a possibilidade de participação, no contexto para o qual a representação é válida (comunidade-unidade de produção familiar-sociedade política, etc.). As propriedades da pessoa social são as que determinam a forma e o conteúdo da participação. Ser indivíduo social é uma condição para a participação, ser pessoa social estabelece o modo da participação.

O "estudo" é fortemente relacionado com a formação de uma pessoa social, com propriedades definidas para poder participar na vida, fora das comunidades e das unidades de produção familiar, de forma vantajosa. Com a "escola" pode-se sair da comunidade. Mas tal saída, nessas condições, não garante uma participação vantajosa no jogo social, comparada com os benefícios da participação que derivam da inserção

numa unidade de produção familiar.

Nossos entrevistados comparam sua situação na unidade de produção familiar com a situação que poderiam obter nas cidades. A situação de proletário não qualificado é pensada como uma queda. Queda material na diminuição do acesso aos bens de subsistência, queda como pessoa social na perda da autonomia do agricultor que trabalha (ainda que como possibilidade não realizada) quando quer e como quer, sem ter patrão ou mandante.

## 2. Da história escolar

A história escolar de nossos entrevistados é monocórdia? Todos fizeram alguns anos da escola, a metade completou o antigo primário, os restantes abandonaram com dois ou três anos de estudo.

As razões das quais valem-se para explicar o abandono da escola são de dois tipos: por um lado a estrutura deficiente do sistema educativo da época na qual cursaram seus estudos (a escola), por outro, razões que derivam do funcionamento das unidades de produção. Neste sentido é fundamental o lugar que ocupavam entre os irmãos. Os primeiros filhos sempre são mais demandados pelo ciclo do trabalho familiar, sua incorporação plena ao esforço do grupo familiar é anterior às dos irmãos menores. Acompanham a este tipo de razões as de tipo individual (físicas ou psíquicas).

A estrutura deficiente do sistema educativo salientada aparece como produto de distribuição espacial. As escolas ficavam

distante, consumiam um tempo considerável para o deslocamento até elas. As distâncias eram excessivas. "Olha, eu prá fazer o primário eu tinha que fazer dois quase três quilômetros. Anos, anos a pé, depois eu fiz mais um. Estudei um ano a noite" (090).

A nível das unidades de produção, são as demandas da atividade para a produção agrícola as que distanciam os irmãos mais velhos da escola. Na atualidade ainda os primeiros filhos varões, uma vez concluída a "escola", não continuam estudando.

As razões de tipo individual, físicas ou psíquicas, formam um conjunto particular. As razões de tipo físicas são excludentes do sistema escolar. As doenças de visão ocupam um lugar central na tematização do abandono da escola por razões individuais de tipo físicos.

"E deu um sarampo tão forte, quando eu tinha 2 anos de aula, né? Aí eu não enxerguei mais nada, tinha que ficar em casa, não tinha mais condições. Hoje não, hoje temos os médicos que atestam óculos ali para o cara, que ele pode continuar estudando, eu, naquela época não tinha nada disso aí. Antigamente não era como hoje, hoje as professoras são pagas ali pelo município, outras pelo estado... naquela época era por sociedade, né? Então nem se falava de estudar" (020)

As razões psíquicas apontam para a capacidade do sujeito, para o desempenho no sistema escolar. O desempenho no sistema escolar salienta a capacidade do sujeito. Assim, como existem

terras férteis, existem sujeitos capazes para um bom desempenho escolar e outros não. A prova é a carreira escolar.

"Tinha passado todas as classes, não "rodou" nem um ano, aí foi prá o ginásio".

A trajetória escolar dos filhos é pensada pelos entrevistados, na relação entre sua capacidade (demonstrada no desempenho escolar) e sua posição na estrutura familiar como força de trabalho. Assim o irmão mais velho ainda tenho uma "boa cabeça" se o trabalho da unidade de produção familiar demanda sua presença, ele deverá abandonar o estudo. Entre os filhos menores, não requeridos pelo trabalho da unidade de produção, será sua cabeça e vontade, a que decidirá a continuação ou não do estudo, no marco dos recursos existentes.

"Sim, todos foram pro primário. Agora não são parelhó, um pegou melhor, outro pegou mais manha e assim vai indo"(0.11.0)

Hoje as razões de distância continuam sendo salientadas só no caso de fazer um "estudo", (de fazer o ginásio, ou estudos "mais altos"), no necessário deslocamento para a sede do município ou para outros municípios. O sistema educativo "hoje" é pensado com grandes melhoras, comparado ao sistema do "antes". O deslocamento "hoje" é um problema, na medida em que tem papel dominante nas decisões sobre a continuação do estudo dos filhos. A reivindicação de transporte gratuito é central.

As razões para ir à escola e estudar são pensadas desde

perspectivas diversas. Duas são centrais, uma quando nossos entrevistados pensam a educação (escola-estudo) de seus filhos desde as unidades de produção familiar, outra quando pensam a escola-estudo desde fora da unidade de produção familiar, isto é, a escola-estudo, como alternativa ao trabalho na agricultura e forma de participação na sociedade, dominando a participação no mercado de trabalho no setor terciário.

### 3. Escola/estudo desde a unidade de produção na agricultura

#### 3.1. Escola/estudo desde a unidade de produção familiar na agricultura "antes".

A escola e o estudo podem ser pensados desde a unidade de produção familiar na agricultura, conservando a distinção entre um "antes" e um "hoje". O antes representa aquele tempo que precedeu a recuperação das terras, da mecanização e do crescente emprego da técnica na agricultura.

Naquele tempo, quando ainda não se tinham produzido as mudanças que foram descritas no capítulo 2 a escola/estudo não tinha significação relevante sob o ponto de vista do funcionamento e da organização do processo produtivo na unidade de produção familiar. A produção efetuava-se a partir dos insumos locais, Sementes e adubos eram o bem do produtor, o bem produzido por um vizinho. A comercialização era efetuada em forma direta e as transações eram da mercadoria pelo papel moeda ou no crédito aberto no comerciante local. A participação dos bancos e das unidades financeiras eram limitadas e com relações baseadas na confiança pessoal. O tipo de produção

estava norteado pelo costume, pela experiência acumulada e controlada pelo passo das gerações na agricultura. Nossos entrevistados resumem essa perspectiva de melhor forma:

"Olha, para o agricultor a escola mais importante é o tempo nê? A chuva, se tem chuva, tem sol então tudo dá. Isto é a técnica maior que o fulano precisa".

Naqueles tempo com possibilidade de acesso à terra, isto é, com possibilidades de reproduzir as unidades de produção familiar em função do número de filhos, nenhuma lógica interna da produção, comercialização e financiamento impunha a necessidade da escola ou do estudo.

### 3.2. De "de fora" da unidade de produção. "Antes".

A participação no ciclo escolar e posteriormente no estudo é explicada por orientações da conduta do ator, que excedem às derivadas das necessidades funcionais das unidades de produção. Ir à escola e posteriormente estudar, naqueles momentos significava cursar o seminário.

Depende mais de possíveis cursos alternativos a nível dos atores que de lógicas compulsivas que se desprendem do funcionamento das unidades de produção e de sua inserção no mercado.

Na primeira época da colonização a construção de escolas por parte dos colonos, de igrejas e de locais das sociedades,

aparece como a persistência de um traço cultural. Os colonos alemães conservaram o valor da escola, sobretudo no que diz respeito à leitura, a leitura da Bíblia e dos jornais. Durante um tempo prolongado a escola pode ser pensada nesse marco.

Numa etapa posterior com a incorporação das colônias, isto é, dos colonos às atividades nacionais como servir exército, participar da política, a leitura, escrita, na língua portuguesa, passa a ser uma forma de mediação, de incorporação à sociedade nacional. São frequentes as afirmações sobre as "desgraças" de participar do serviço militar sem o domínio da língua portuguesa:

"E porque quando eu fui pro quartel pra servir exército não sabia pedir um copo de água, na própria língua, da própria pátria. Passei vergonha. Ai eu enxerguei que os filhos não devem ficar tão atrasados como eu fiquei".

A escola passa a ser concorrida não pelo domínio de suas artes clássicas, senão como mediação para a integração de uma minoria lingüística na maioria. O sentimento social por não dominar o código da língua portuguesa é a "vergonha" como sentimento liminar colocando o ator no umbral da sociedade.

A política por outro lado, implica a comunidade da língua. Sendo em seu primeiro contato discurso. Num segundo momento ela implica assinar: domínio requerido para ser cidadão. Ser cidadão é ser indivíduo social. O domínio da língua e da assinatura aparece como uma condição para ser indivíduo social, na sociedade exterior à comunidade de origem. O título de

eleitor passa a ser o símbolo do reconhecimento social de tal proposta.

"No início era título que a gente dava muito valor, todo mundo dava muito valor. Hoje não é mais de grande valor. Ele se sentia uma pessoa forte, uma pessoa forte que podia chegar e votar pra quem ele queria né? Hoje não, hoje eles votam pra quem eles deixam votar. Hoje não é mais como antigamente, e o certo era isso aí". (0202).

Em condições diferentes do jogo político o título de eleitor marca a distância entre o indivíduo social e a pessoa social. Quando o poder desloca-se na representação para o lado dos "fracos", o indivíduo passa a ser pessoa social. Participa do jogo político não já como cidadão, simples marca do indivíduo social, da possibilidade de participar, sendo como pessoa que votando para quem queria, afirma sua capacidade de jogar.

A "escola/estudo" no "antes" vem de fora da unidade de produção familiar. É a clássica esfera do passaporte social, dos símbolos para circular livremente pelo território e espaços sociais, e a participação política a que chama a escolarização; formação do indivíduo social.

## CAPÍTULO III

- (1) - É um lugar comum salientar que lemos a história como processo de diferenciação de "instâncias", econômicas, religiosas, políticas, etc. e de diferenciação dentro de cada uma delas. Ainda no caso de estudo pensamentos ou representações, tal critério impõe-se com força de axioma. "Progresso significa diferenciação. Assim, primitivo significa indiferenciado, moderno significa diferenciado. Os avanços na tecnologia envolvem diferenciações em toda esfera, em técnicos e materiais, em papéis produtivos e políticos". (Douglas, 1966 p.97-98)
- (2) - "entretanto, o termo "modelo" tem dois sentidos: um sentido "de" e um sentido "para" - e, embora estes sejam dois aspectos de um mesmo conceito básico, vale a pena diferenciá-los para propósitos analíticos. No primeiro caso o que se enfatiza é a manipulação das estruturas simbólicas de forma a colocá-las mais ou menos próximas num paralelo com o sistema não-simbólico pre-estabelecido... ... No segundo caso, o que se enfatiza é a manipulação dos sistemas não simbólicos, em termos de relações expressas no simbólico" (Geertz, 1978, 109).
- (3) - "Educa-se na vida", "educa-se na escola" remete a uma representação poderosa de nosso mundo ocidental, as duas valoradas num esquema de compensações recíprocas. Sua força excede ao discurso não-teórico. No campo teórico faz parte de uma das distinções principais da teoria do capital humano. A teoria diz - em termos neoclássicos - o que os atores pensam como modelo de sua realidade social. A desvantagem é que a teoria tem menos recursos.
- (4) - Implícitaria uma carência social absoluta não aprender da vida nem da escola.
- (5) - Partimos do princípio que as oposições só podem ser lidas no contexto, o problema teórico aparece na definição ou delimitação da noção do "contexto". "Contexto" em nosso

caso, é discursivo e extradiscursivo, o segundo só pode ser tomado para a explanação quando com suas "marcas" aparecem no primeiro

- (6) - "É, realmente, a oposição entre rua e casa é básica, podendo servir como instrumento poderoso na análise do mundo social brasileiro, sobretudo quando se deseja estudar sua ritualização.

De fato, a categoria rua indica o mundo, com seus imprevisíveis acidentes e paixões, ao passo que casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão em seus devidos lugares... E mais, na rua se trabalha, em casa discursa-se". (DA MATTA, 1978, p.70). Compartindo o critério do autor da importância das oposições das categorias casa/rua algumas mudanças são necessárias no caso das representações nas unidades de produção familiar. Neste caso a rua não é o lugar do trabalho, a oposição casa/rua, correspondente a discurso/trabalho, opõe-se em conjunto a rua. "Rua" como lugar de trabalho implica a quebra da unidade doméstica de produção na comunidade e implica diferenciações na esfera da produção ainda não processadas. A distinção casa/rua vem mais do lado dos universos de circulação públicos, o trabalho na rua implica a urbanização e a quebra da relação direta do produtor com suas condições de produção. As oposições são matizadas ou deslocam-se, num contexto casa - como privado - opõe-se à comunidade - como público - . Num outro contexto quando a comunidade opõe-se a "rua", como sede do município, a primeira passa a ser ordem privada, ficando a segunda como representante da ordem pública.

- (7) - A legislação em vigor regulamenta que para ser eleitor isto é, cidadão, é necessário saber ler e escrever. Na prática, saber assinar é o critério operativo para obter o título de eleitor.

## CAPÍTULO IV - Unidade de Produção Familiar e Educação

1. ESCOLA, ESTUDO E UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Num primeiro movimento intentaremos pensar a representação dos atores no hoje, na atualidade, desde a unidade de produção familiar. Analiticamente distinguimos no processo da unidade um momento produtivo de um momento comercial financeiro. A hipótese que orienta essa distinção, salienta a existência de específicas demandas da "escola-estudo" desde o processo produtivo e desde o processo comercial financeiro. O momento produtivo implica a relação com os recursos para produzir, "internos" à unidade, sua administração para alcançar os fins a que os atores se propõem. No estoque dos recursos, colocamos as técnicas para o trabalho nas unidades existentes na região. O processo, ou momento, comercial financeiro indica as relações com insumos e produtos (enquanto que mercadorias), os primeiros frequentemente não produzidos na unidade, os segundos — se bem que nelas produzidos — dedicam-se para a captação de novos insumos.

Desde a produção duas lógicas se desprendem com respeito a "escola-estudo". Existe um pano de fundo comum a ambas as lógicas que, nos apressamos em assinalar, toma forma no reconhecimento dos atores de que um domínio da leitura e do cálculo é necessário para o produtor, para a cabeça da unidade familiar. Isto é um ponto pacífico sobre o qual existe acordo total por parte de nossos entrevistados. Sobre este pano de fundo, comumente aceito, as lógicas, isto é, as relações estabelecidas

no extremo, racionalizações. Nos dois modos de pensar, ainda que variando a direção do vetor da determinação, representações e processo são pensados como colocados, entre eles não se colocando mediações e se algo as separa é um vazio carente de significado.

A comparação das condições de produção (mecanização e emprego de técnicas modernas) das unidades familiares com as lógicas opostas em relação a "escola-estudo" conduziu-nos a rejeitar a hipótese da existência de uma correlação entre processo educativo e representações, qualquer que fosse a direção da causalidade. Na realidade rejeitamos a noção de uma causalidade ainda que pudessemos manter uma associação relativa entre ambos os níveis. Isto é, entre o processo produtivo e as representações que concebiam obrigação da "escola-estudo" com aquele processo, existem relações, o que não existe é um vazio carente de significados entre elas. Pelo contrário, as relações entre representações de "escola-estudo" e processo produtivo estão cheias de significações. Representações e processo produtivo estão "distanciados" e "colados" pela existência de um tecido de significações. Analiticamente procuraremos pensar as dimensões de significado que fazem a esse tecido.

## 2. . TRABALHAR NA TÉCNICA

Existem terras que são para ser trabalhadas "na técnica". Como já temos visto, elas tem duas propriedades: primeiro elas são mecanizáveis, segundo é necessário trabalhar nelas com corretivos, adubos e sementes adequadas ao tipo de solo reconstituível.

entre "escola-estudo" e o processo produtivo na unidade familiar bifurcam-se, divergem.

Num extremo da divergência estão os que afirmam que a "escola" e o "estudo", principalmente o segundo, não são necessários para dirigir, controlar, fazer funcionar a unidade de produção. No extremo contrário os que salientam que escola e estudo são importantes, necessários e decisivos para o momento da produção das unidades familiares.

Tais atitudes polares com respeito a escola-estudo suscitavam uma explicação. Ter uma ou outra representação com respeito às relações da produção com a "escola-estudo" pode orientar as condutas dos atores em sua relação com a produção, com a escolaridade e o estudo do grupo familiar.

Em princípio pensamos que as formas opostas de pensar a relação podia ser o resultado direto do grau de mecanização e o emprego de técnicas "modernas", por parte dos entrevistados. A forma do processo produtivo orientando as representações dos atores em relação à "escola-estudo". É claro que a direção do processo explicativo pode inverter-se e pensar o processo produtivo como resultados das orientações dos atores em relação a "escola-estudo", isto é, a ideologia comandando o processo produtivo em lugar deste comandar a ideologia. Num caso, pensa-se a relação das representações com a conduta no processo produtivo como sendo as primeiras determinantes, orientadoras do processo. No outro, quando as representações aparecem com resultado do processo produtivo elas seriam secundárias, simples demandas daquele,

Existem terras que não são mecanizáveis, terras que são mais férteis e que requerem um menor trabalho de reconstituição de um trabalho maior, em termos de esforço físico, para fazê-las produzir.

Temos também salientado que essa tipologia das terras em relação à produção produz uma diferenciação entre as unidades de produção. Nos tipos de unidades de produção distinguidos pela diferenciação, que propriedades da terra ao interagir com o desenvolvimento técnico provocam, existem as duas representações divergentes com respeito à relação escola-estudo com o processo produtivo, como entrevistados que levantam a independência existente entre ambas dimensões. Vejamos alguns exemplos:

"P - Você acha que o agricultor precisa assim da escola?

O homem do campo?

R - Naquele tempo o agricultor não precisava ir à escola, hoje ele precisa, naquele tempo não precisava, hoje sim, hoje o agricultor precisa ir à escola porque tudo está moderno, até no jeito de plantar um pé de milho é moderno. E criar um pinto é moderno. Tudo é moderno. Tudo é diferente do sistema antigo que eu fui criado, não vai mais, não se via falar de dar injeção num porco, vacina, se você via falar dava risada, dar injeção numa vaca, dava risada, é verdade. E hoje não se cria nada sem remédio tem que se conhecer o benefício do remédio, a medicina também chegou aqui. A vida de pobre vou lhe dizer, ela vai apertar, vai apertar, vai braba." (0130)

O informante possui terras em pequena quantidade, menos de cinco

hectares não mecanizáveis num terreno pedregoso. Salienta claramente a importância da escola em relação ao "moderno", em oposição a um "antes", no qual não se via falar dessas coisas. O ponto que queremos destacar é que no depoimento o "moderno" não é pensado em relação à mecanização, o entrevistado não faz alusão à utilização de máquinas na agricultura. O "moderno" é pensado na utilização de uma nova normatividade de produção, normatividade assentada na utilização de insumos químicos e biológicos. A metáfora possível de construir é o tratamento do corpo humano. Vegetais e animais, passam a ser tratados numa normatividade de tipo médico. Neste contexto o conhecimento, a escola, aparecem como um meio para tratar animais e plantas no modelo médico. Os conhecimentos aos fins salientados são aprendidos na escola. A lógica salienta assim a importância da escola-estudo no processo produtivo.

"P - Você acha que a escola é importante para o agricultor?

R - Olha, o agricultor, a escola mais importante é o tempo.

A chuva, se tem chuva, tem sol então tudo dá. Isto é a técnica maior que o fulano precisa. E tempo bom né. Prá nossa terra aqui não dá (a técnica) Porque a terra não dá prá fazer técnica." (0150).

Nosso segundo depoimento provém de um agricultor que possui algo mais de quinze hectares em terreno pedregoso e não mecanizável, terreno com um aclive pronunciado. Neste caso a técnica é interpretada no modelo da mecanização, da substituição, portanto, de mão de obra por maquinaria. A lógica salienta a importância dos fatores naturais, rejeitando a necessidade da escola para o processo produtivo.

A distância entre o primeiro e o segundo depoimento é considerável. No primeiro caso a identificação do moderno com a utilização de insumos biológicos e químicos associa-se a uma avaliação positiva da escola-estudo no processo produtivo. O segundo caso coloca-se no extremo de divergência. Aqui a identificação da técnica com a mecanização - no quadro de terras não mecanizáveis - conduz a uma avaliação negativa da relação entre escola-estudo e processo produtivo na agricultura.

Vejamos um terceiro caso que introduz uma variação entre o primeiro e o segundo:

"P - Você acha que se precisa escola, estudo para trabalhar na roça?

R - Não, de estudo não, a gente tem que ter conhecimento, estudo não precisa, conhecimento.

Em que seja necessário, de como preparar o solo, como plantar em tempo próprio, tudo não? Como tratar as terras e as plantas inseticidas e tudo isso, não. A gente precisa ter conhecimento. Também na colheita, como é melhor para colher o tempo próprio pra colher, a gente tem que ter conhecimento, estudo não precisa, agora sim pra quem tem estudo, o conhecimento apanha mais fácil, claro porque já tem estudo, apanha mais fácil o conhecimento, isso é certo. Quem não tem estudo pensa mais pra apanhar o conhecimento, né!" (0110)

Nosso terceiro depoimento também é dado por um agricultor das terras pedregosas, não mecanizáveis. Ele aparece como mediador entre a aceitação e a rejeição de uma relação positiva entre escola-estudo e processo produtivo na agricultura. Interessa-nos

o caráter de tal mediação, de porque ela se produz, se se quer, da classificação que a faz possível.

Salientamos em primeiro lugar que nosso entrevistado produz explicitamente uma separação entre o conhecimento para produzir na agricultura e o estudo. O conhecimento para produzir na agricultura está relacionado com as técnicas de plantio, preparação do solo, colheita, uso de insumos químicos. Não existe neste caso referência à mecanização que suas terras, por outra parte, não possibilitam. Teremos então uma identificação da técnica distinta à técnica como mecanização-aliada a uma separação entre o conhecimento e o estudo. O estudo pode facilitar "apanhar os conhecimentos", isto é, ele pode ser um instrumento para a colheita do conhecimento, mas não é o conhecimento. Acreditamos que o termo que o entrevistado usa: "apanhar" é revelador do sentido. Apanhar implica esforço, um traço da humanidade é desenvolver instrumentos para diminuir o esforço. A escola aparece como esse instrumento em relação ao processo produtivo na agricultura. O conhecimento está na vida, a escola facilita que o agricultor o apanhe. A "escola-estudo" é um catalizador, acelera processos "naturais".

Sintetizando, o traço comum do primeiro e segundo depoimento é uma identificação entre conhecimento e estudo-escola. No primeiro a identificação aliada a pensar a técnica num modelo químico-biológico conduz à valorização do "estudo-escola" no processo produtivo. No segundo a identificação aliada a pensar a técnica como mecanização leva a uma rejeição geral do papel da escola-estudo no processo produtivo. O importante aqui, são os

fatores naturais para a produção. No terceiro caso, temos uma separação entre conhecimento e escola-estudo. O conhecimento está por fora da escola-estudo, este é um dispositivo que facilita apanhá-lo. Salientamos mais uma vez, que os três casos encontram-se com pequenas propriedades em terras não mecanizáveis.

O terceiro caso é interessante porque possibilita mais uma leitura. Nele a escola-estudo tem um sentido mais "tradicional".

O que a escola-estudo dá é um conjunto de "formas" gerais que permitem apanhar melhor o conhecimento. Num sentido mais "moderno" diria-se que a "escola-estudo" dá uma listagem de habilidades e conhecimentos específicos. No sentido "tradicional", é um conjunto de formas não especificadas.

Em outros termos, diria que os atores reproduzem em suas representações diferenciais discussões que são conhecidas dos pedagogos e políticos da educação. A educação só pode ser definida como "formas" ou em termos de "conteúdos específicos", isto é, especializados.

Nossos dois primeiros depoimentos parecem pensar a educação no segundo dos sentidos salientados, como especialização, necessária num caso e não necessária no outro. Especialização que, no primeiro depoimento, tem a ver com a forma de pensar a realidade da técnica que o processo produtivo hoje demanda (modelo químico-biológico), no segundo, especialização que não tem a ver com a realidade da técnica (pensada como mecanização) pela sua inaplicabilidade.

Conhecimento, estudo-escola=conteúdos específicos=técnica como modelo biológico químico=avaliação positiva da escola-estudo. Conhecimento=estudo-escola=conteúdos específicos=técnica como modelo da mecanização/avaliação negativa da escola-estudo por inaplicabilidade.

Conhecimento/estudo-escola=formas gerais=técnica como modelo químico biológico=estudo escola como facilitando apanhar o conhecimento (o)

Vejamos agora o que acontece com os agricultores que tem suas terras mecanizadas, terras recuperadas e trabalhadas com maquinárias.

"P - Você acha que para o colono que trabalha na terra, para o agricultor, é importante o estudo ou não?

R - Prã mim não achava importante, prã mim ninguém precisava ter mais estudo do que eu tive. Saber escrever o nome, não se perder nas contas, isso eu já não me perdia, sempre as minhas contas eu sabia fazer. Assim entendi alguma coisa, eu entendia mais do que quem tinha estudo, pòr mim mesmo eu sabia que um outro que tinha ginásio e eu tinha primário sô. Eu sei mais do que ele.

P. Você acha que uma pessoa que faz ginásio pode trabalhar melhor a terra que uma pessoa que não tem ginásio?

(o) = Identificação ou positivo

/ Separação ou negativo

∟ Meio termo

R. Olha por exemplo, assim a coisa é facilissima, é melhor para ele porque quando se tem que comprar um adubo, fazer um financiamento, uma coisa, ele já entende mais a forma do que precisa mais, então ele já entende mais um pouco, para ele é mais fácil. A gente assim como eu, então eu trabalhava mas aí eu observava aos que se davam bem, de forma que lá ia bem, então eu pensei, vou plantar daquele jeito que ele planta, assim eu pegava dos outros, vi como não se queimou eu também não tenho como me queimar" (0160)

Nosso quarto depoimento é feito por um agricultor que teve um êxito considerável na sua vida. Em resumo começou trabalhando como diarista, comprou uma pequena propriedade (1/2 colônia), foi recuperando terras e acumulando em maquinárias e terras. Hoje tem aproximadamente mais de sessenta hectares, quase todos mecanizados.

Sobre o fundo comum já salientado do saber ler e fazer cálculos aparecem as diferenças. Como no terceiro caso, aqui também se produz uma distinção entre conhecimento e escola-estudo, entre saber (eu sabia, eu sei, etc) e estudo. Aqui são as habilidades do indivíduo esperto, inteligente, capaz de enxergar, de experimentar, de observar os outros que determinam os cursos da produção. O ginásio é importante não do ponto de vista da produção, mas do ponto de vista da circulação e financiamento, adquirir adubos, sacar um financiamento, etc. O êxito na produção é logrado na distribuição dos meios em função das habilidades individuais, se se quer, é o êxito ao estilo "Malasarte" ao invés do êxito do profissional.

Neste caso parece que o estudo não é compreendido como um conjunto específico de conteúdos para serem utilizados numa realidade. Ele parece-nos que é entendido como um conjunto de formas gerais que facilitam desde a compra de um adubo a um financiamento. Não é entendido como um guia codificado para a ação, senão como um conjunto de formas gerais que possibilitem aprender mais facilmente os códigos da ação. Vejamos um quinto exemplo: é de um jovem filho de um agricultor de terras mecanizadas o qual além do ginásio havia feito um curso de seis meses de especialização agrícola.

"Eu posso ir desenvolvendo por mim mesmo, mas mesmo com 10ha eu teria condições de trabalhar e bem em 10ha... Se eu não tivesse o ginásio, não tivesse aquele curso de formação lá (especialização agrícola) e não tivesse o segundo grau, aí tranquilamente que eu não saberia, não conseguiria me sustentar nessa terra, isso aí eu tenho certeza" (0180)

Neste quinto depoimento a escola-estudo aparece ligada ao aumento da produtividade do fator "escasso" na região: a terra. Como nosso primeiro depoimento do agricultor das terras não mecanizáveis, neste quinto depoimento a escola estudo coloca-se em relação com a técnica enquanto fator capaz de substituir a escassez da terra, de uma terra de pequenas dimensões (10 ha.) pode-se viver se se tem estudo, mais ainda com um estudo especializado. A educação neste contexto é pensada como conteúdos especializados.

"Assim o colono também precisa estar formado no seu ramo, ele tem que ser um especialista né! prá saber atender direito e

produzir mais, tratar a terra como deve ser, por exemplo, agora um problema que está surgindo, é a gente vê nê, é por falta de conhecimento, porque o pessoal também é esse uso de inseticidas. O cara, o agricultor chega na "bolicheira", a "bolicheira" tem um estoque daquele veneno lá que na realidade não presta, mata, o bichareiro mas mata também o agricultor, vai poluindo o ar todo, e o ambiente nê! ... Daqui a uns tempos tá tudo acabado, porque ele não conhece nê, se ele tivesse estudo certas fórmulas químicas ou entendesse direito as instruções dos agrônomos e desse pessoal aí, ele não faria isso nê!" (0180)

O recorrido até aqui feito permite-nos salientar a independência das condições de produção com o valor outorgado à educação. O valor positivo ou negativo da relação entre escola-estudo e processo produtivo é determinado pela concepção da escola-estudo como separada aos conhecimentos ou ligadas. Se os conhecimentos provêm da vida e da capacidade do sujeito de relacionar-se com eles, a escola-estudo é avaliada como facilitando o processo de aquisição de conhecimentos mas não como sendo ela a geradora dos saberes que o processo produtivo demanda.

Em terceiro lugar, a relação entre a concepção de escola estudo e a concepção, ou representação, da técnica aparece como central na avaliação do valor da escola-estudo em relação ao processo produtivo. Se a técnica é pensada como a aplicação de conhecimentos químicos e biológicos (mais como função substitutiva de terra que de mão de obra) ao mesmo tempo que se concebe a educação (escola-estudo) como um conhecimento especializado, se produz uma valoração positiva da educação (escola-estudo) na sua relação com o processo produtivo. Fazemos

notar que no último caso a técnica é pensada como substituindo o fator terra principalmente.

Quando escola-estudo aparecem como formas gerais, separando-se do conhecimento, e não é uma lista de conteúdos específicos para ação - ainda no caso de condições opostas de produção -, a escola-estudo aparece como um catalizador, como facilitando a apreensão dos conhecimentos necessários para realizar a produção em padrões modernos.

### 3. ESCOLA-ESTUDO: da circulação e os financiamentos

Neste ponto procuraremos pensar os significados atribuídos à escola-estudo desde a perspectiva da circulação e os financiamentos. Empiricamente consideramos a relação entre a unidade de produção familiar e um conjunto de fluxo de entradas e saídas. Tais fluxos conformam a esfera da circulação e dos financiamentos e os elementos dos fluxos são denominados sinteticamente como dinheiro, mercadorias e indivíduos.

A origem dos fluxos e os elementos que o compõem permitem diferenciar modos de funcionamento das unidades de produção. Denominamos funcionamento tradicional aquele que se origina num fluxo de saída de mercadorias das unidades de produção, determinando o circuito M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria).(1)

A unidade produz um conjunto de mercadorias - sem importar a este nível de análise o significado do montante de mercadorias no total da produção que são trocadas por dinheiro no mercado - com o qual adquire-se novas mercadorias com o objetivo de reiniciar o ciclo produtivo (sementes, adubos, corretivos, instrumentos; venenos etc) ou de mercadorias para o consumo da unidade familiar (alimentos, combustíveis, roupas, educação, saúde, etc.)

Além deste modo tradicional de funcionamento, achamos outro sistema de fluxos que começa não pela venda de mercadorias mas pela captação no mercado financeiro de um montante de dinheiro. O ciclo inaugura-se não numa saída, como no primeiro caso, mas numa entrada de dinheiro em lugar de mercadorias.(2)

Com o dinheiro tomado emprestado no mercado inicia-se o ciclo produtivo trocando-se o dinheiro por sementes, fertilizantes, adubos e instrumentos, etc. Serão produzidas mercadorias que serão trocadas em dinheiro. Nosso segundo tipo de funcionamento da unidade de produção é da forma  $D''-M-M-D''$ .

O primeiro caso aponta a relação tradicional das unidades de produção familiar, enquanto que fornecedoras de mercadorias a partir de recursos internos da unidade de produção em cada ciclo agrícola (forma que continha vigente na região estudada coexistindo com o segundo tipo). No segundo tipo as unidades funcionam a partir de empréstimos realizados no mercado de capitais, o dinheiro obtido é quem inaugura o ciclo de funcionamento da unidade de produção.

A produção do binômio trigo soja nas terras mecanizadas é o caso típico da segunda forma salientada. O dinheiro, que significa a obtenção do custeio agrícola para a produção, inaugura o ciclo. Com esse dinheiro o agricultor inicia o processo transformando-o em sementes, adubos, corretivos, aluguel de maquinaria, compra de mão de obra, etc. É interessante aclarar o significado de "compra de mão de obra": o custeio inclui entre suas estimativas um montante de dinheiro que deve ser gasto em mão de obra, sendo que as unidades de produção empregam só o trabalho familiar.

Dominantemente o gasto em mão de obra fica como retribuição do grupo familiar. O custeio agrícola  $D_1$  permite comprar as mercadorias necessárias para produzir um novo montante de mercadorias que serão transformadas em  $D_2$ . Para que o processo

produtivo continue se faz necessário que  $D_2$  seja superior ou ao menos igual a  $D_1$  (incluído neste, os juros do financiamento).

Este esquema não supõe um ganho necessário, isto é,  $D_2$  maior que  $D_1$ , no qual refletiria-se uma taxa de ganho médio, ou mais concretamente, não se supõe que  $D_2$  deva ser igual a  $D_1$  mais os juros correspondentes às taxas vigentes no mercado financeiro "livre".  $D_1$  é em princípio um empréstimo atado, isto é, ele não pode ser usado de forma alternativa pelo qual o raciocínio de obter com ele um ganho no nível que os juros dão não se cumpre. Em segundo lugar, e no limite, o ganho obtido com o financiamento - com as mercadorias produzidas com ele - pode ser simplesmente o montante destinado à mão de obra (em torno de 7% do empréstimo total no caso do trigo). De qualquer forma, em muitas oportunidades esse montante de dinheiro poupado em mão de obra - poupado porque não é pago e de todas formas o grupo familiar tem que viver num contexto que não ofereça alternativas de alocação da mão de obra familiar<sup>(3)</sup> - é superior (trabalhando nos padrões técnicos que o empréstimo faz forçoso) ao que poderia obter-se trabalhando com recursos próprios escassos; sem adubação da terra e não usando corretivos. Digamos que a primeira forma (M-D-M) é a forma tradicional existente hoje com dominância nas unidades de produção não mecanizadas. A segunda das formas, (D"-M-M-D") é a dominante na agricultura mecanizada.

A primeira das formas não envolve para o agricultor problemas com normas burocráticas administrativas, nem cálculos financeiros. As normas burocráticas exigindo um conjunto de

formulários, fichas, apresentação de comprovantes de pagamento de taxas, impostos etc são habituais na segunda das formas. Assim a esfera da circulação apela a um conjunto de habilidades, na dominância da segunda das formas, que não existem como requisitos ou demandas na primeira.

Voltemos ao nosso primeiro ponto. Salientávamos que os elementos dos fluxos podiam ser mercadorias, dinheiro e indivíduos. Entre as saídas das unidades de produção familiares encontram-se os indivíduos, a circulação e também a circulação dos membros das unidades familiares. Assim, como a sociedade estabelece normas para a circulação do dinheiro e das mercadorias, também as estabelece para a circulação dos indivíduos.

Para circular, os indivíduos requerem um conjunto de passaportes: título de eleitor, carteira de identidade, de trabalho, CPF, comprovantes de contribuições impositivas e previdenciais etc. Para a circulação das mercadorias, formulários ligados aos passaportes individuais são requeridos. Para os financiamentos, isto é, para uma forma importante de circulação do dinheiro, são requeridos os papéis que controlam a circulação dos indivíduos e das mercadorias e preencher com um amplo conjunto de papéis específicos.

Para os agricultores, tais demandas, produto da "modernidade", aparecem como um arsenal de elementos que controlam e organizam o processo, e dos quais freqüentemente ignora-se sua função e necessidade. No concreto, os obrigam a exercer um conjunto limitado de rituais para os quais habitualmente não estão capacitados. Os intermediários, escritórios-despachantes,

apareciam nos tempos passados como apropriando-se de seu dinheiro na realização dos rituais. Na atualidade, organismos como sindicato, EMATER etc, realizam os rituais pelo agricultor. Hoje, se a unidade opera sob a forma M-D-M ou D-M-M-D implica diferenças nos controles aos quais devem submeter-se. Ainda se opera sob a primeira das formas e no caso em que a maior parte da produção seja auto-consumida, eles igualmente requerem os passaportes para a circulação das mercadorias e dos indivíduos.

De um ponto de vista histórico o primeiro passaporte dos indivíduos que é visualizado pelos agricultores, como relevante, é o título de eleitor. Tal passaporte significou a primeira forma de integração e circulação dos indivíduos no mundo de fora das unidades de produção e as comunidades, na sociedade global. O título define os integrantes das unidades de produção como indivíduos políticos e portanto os habilita para participar em forma diferencial (pela dimensão de pessoa) nos mecanismos de redistribuição que a política nacional supõe.

A partir da década dos anos sessenta as formas de organização e controle dos processos de circulação modificam-se em paralelo aos processos de transformação na produção. Novos elementos para o controle da circulação de indivíduos, mercadorias e dinheiro aparecem. Emergem novos personagens com seus conjuntos normativos que demandam ao agricultor novos rituais; centralmente bancos e cooperativas, secundariamente os órgãos técnicos.

O primeiro passaporte, o título de eleitor, será substituído/ complementado por outros elementos.

"Hoje algumas vezes é usado, já não é tão importante... (o título de eleitor) pedem carteira de identidade. Mas antigamente quando eu comecei a trabalhar no Banco do Brasil, o primeiro documento era o título de eleitor. No banco tinha que ser o título de eleitor. Hoje é CPF e identidade". (0200)

Em resumo a circulação impõe uma lógica monolítica no papel da escola estudo. Salientando-se a positividade da escola estudo no processo de circulação.

Do ponto de vista da forma M-D-M os elementos centrais salientados são; a venda e compra das mercadorias e os processos de circulação dos indivíduos. No primeiro caso fazer os cálculos que o processo de venda e compra de mercadorias demanda. No segundo obter os passaportes necessários para poder circular por fora da unidade de produção e da comunidade.

"Se ele não tem estudo nenhum ele, se ele vende alguma coisa, como é que ele vai saber o que vale isso, como fazer a conta em casa, né. Isso deve existir, se não ele está "nublado" de tudo quanto é canto né".

"Ter estudo? bom, o agricultor não precisa muito estudo, mas hoje em dia também ele precisa ter um pouco de aula. Porque ele, nem os seus documentos ele não pode mais ter quando não tem um pouco de aula, é". (0280)

A escola-identificada com o antigo primário-ainda que inconclusa, um pouco de aula, quando forma a competência de assinar, ler e calcular determina o nível mínimo para operar na esfera da

circulação das mercadorias e dos indivíduos. O estudo dá as condições para a relação com os financiamentos na aplicação de fórmulas para cálculos de taxas de juros, na compreensão das indicações dos produtos agrícolas etc.

A unidade de produção familiar é formada por indivíduos. O capital da escola-estudo, visto da ótica da circulação de mercadorias e dinheiro necessários ao funcionamento da unidade, não tem porque ser propriedade de todos os membros da unidade. Acontece que um dos membros pode alcançar o domínio dos códigos que a escola-estudo fornece, necessários à circulação de mercadorias e dinheiro, surgindo algo assim como um administrador no seio da unidade de produção familiar. A não obrigatoriedade de todos os membros adquirir os códigos da escola-estudo que o processo de circulação demanda conduz a uma restrição nos alcances do processo educativo na unidade de produção familiar. Instala-se uma caricatura da divisão entre trabalho manual e intelectual na unidade de produção.

Assinar continua sendo uma das demandas básicas no território da circulação dos indivíduos.

## 4. TERRA: Escola-estudo.

Na região a terra caracteriza-se pela sua "escassez". Os agricultores pensam a "escassez" da terra com dois indicadores: por um lado, a oferta dos que vendem é baixa, quase excepcional; por outro, o preço da terra é alto demais para os níveis de acumulação das unidades de produção familiar. As unidades produzem mais em termos físicos, mas a curva de preços dos produtos que fundamentam a acumulação nas unidades: porco, soja, gado é visualizada pelos agricultores como não acompanhando a curva crescente do preço da terra.

O elevado preço da terra aparece como o resultante da ação conjunta da valorização produzida pela demanda, necessária para a reprodução das unidades familiares, e da incorporação de trabalho na recuperação das terras a partir da década dos anos sessenta.

O alto preço da terra relativo às possibilidades de acumulação das unidades familiares leva-os a se defrontar com uma "crise" sempre presente, a "crise" de sua reprodução e a inserção dos filhos na esfera da produção agrícola.

Como já temos salientado a mecanização na região agudiza a crise, na medida em que libera considerável mão de obra das unidades familiares que deve ser ocupada. A capitalização via mecanização aumenta, dominantemente, a capacidade produtiva da mão de obra não existindo na região possibilidades de ser ocupada fora das órbitas das unidades de produção familiar. Nestas aparece um excedente de força de trabalho. Os filhos crescem e seu futuro

é incerto. A possibilidade de comprar terras é remota, maciçamente, ela não é realizável. Frente à crise de reprodução as estratégias formuladas pelos atores são múltiplas, dependendo da história da unidade familiar, de como as relações dos distintos membros foram estabelecidas no processo de trabalho, principalmente, se os filhos inseriram-se no processo de trabalho da unidade ou permaneceram por fora dele na esfera da escola-estudo.

As estratégias deslocam-se entre dois extremos, estratégias que procuram uma solução global para o conjunto de membros da unidade familiar e estratégias que dissolvem a "crise" num conjunto de táticas diferenciadas. A primeira estratégia admite uma só solução: a venda da terra, acompanhada de uma migração rural/rural, para comprar terra numa região de menor preço que possibilite a participação no processo de trabalho agrícola de todos os membros da unidade familiar -, terra suficiente como para permitir que os filhos, que estão na idade adequada, casem e formem suas unidades independentes -. No outro extremo, e como quebra de qualquer estratégia formulada pelo ator, isto é, como imposição, encontramos a proletarianização dos filhos, ao menos, da maioria destes - exceção do que ficou com a terra do pai - proletarianização que pode significar até a não inclusão no mercado de trabalho formal. (4)

Entre as duas alternativas - a primeira estratégia e a dissolução de qualquer estratégia no submetimento a leis atuantes - existem táticas diferenciadas para colocar os filhos no mercado de trabalho em condições mais vantajosas. Entre elas, as que tem relação com a escola-estudo são as dominantes.

O deslocamento na procura de terras é uma antiga e sempre renovada tradição entre os colonos do R.G.S. Foi a conduta seguida por muitos dos ascendentes de nossos entrevistados e por alguns dos mais velhos destes. As "colônias novas" foram formadas a partir da migração dos colonos das "colônias velhas". Assim, primeiro colonizaram R.G.S., subiram para Santa Catarina e Paraná. Hoje é Mato Grosso, Paraguai, Amazonas. A tradição continua em sua plena vigência.

"E a maior é, justamente isso foi o motivo de muita família como não tinha mais terras disponíveis aqui que pudesse comprar p'ros filhos, então o pai de família resolveu, vamos vender tudo e toda a família vai pra lá. Vendia aqui e por esse dinheiro chegava a comprar 5,6, até 8 vezes mais terra das que tinha aqui. Então lá os filhos tinham maior possibilidade de se colocar" (030)

"Tem uns que começam a repartir um pouco das terras ainda que dispõe, outros saem, vão lá pra fora, vão lá pro Paraguai porque não tem condições de ficar aqui, agora em diante na terra não tem mais, aquele que deu para dividir já tá dividido aí não tem mais alguém que tenha mais de vinte e cinco hectares na propriedade". (0190)

A migração atual na procura de terra para reproduzir as condições das unidades de trabalho familiar para os filhos tem duas formas: existe a migração dos "pobres" e existe a migração dos "abastados". Os pobres são os agricultores instalados nas terras pedregosas e altas, cujo capital está formado pela terra e os animais. Os migrantes tendem, neste caso, a procurar uma terra em quantidade suficiente para as necessidades dos membros das

unidades (na formação de novas unidades ainda que sem divisão legal da terra) ao mesmo tempo que a destinar uma parte do capital obtido pela venda da terra à compra de maquinárias para trabalhar nas regiões de destino. Cumprir com as duas condições não é sempre o possível: fica na dependência, por um lado, de arranjar glebas de terras de tamanho suficiente e com condições de preços e financiamentos que não absorva a parte do capital, que quer se destinar à maquinaria, obtido com a venda da terra e os animais. A venda limita, por outro lado, a realização do projeto. O comprador pode ser um vizinho, um agricultor que está em condições similares às do vendedor, isto é, seu capital está reduzido à terra, os animais e os produtos que possa contar no fim do ciclo agrícola. Nestas condições o vendedor deve adequar o financiamento às possibilidades do comprador o que reduz suas margens de manobra.

Neste tipo de unidade de produção, com sua diversificação tradicional, sua terra não mecanizável, quando não consegue vender sua terra para migrar por alguns dos fatores acima mencionados ou por não querer enfrentar os custos que tal projeto demanda, enfrenta sem recursos o alto preço da terra. A unidade produz um excesso de mão de obra, geralmente não qualificada, cuja única opção restante é a migração para a cidade na procura de emprego. Ela se "proletariza" na medida que se urbaniza, passa a vender sua força de trabalho ou engaja-se nos serviços autônomos, na esfera dos biscates, na instalação de pequenos comércios, etc.

Nas terras pedregosas os membros das pequenas unidades de produção formadas, em geral, por famílias numerosas são os que enfrentam a

proletarização ou a urbanização em sentido estrito. A história do trabalho nas unidades familiares é circular, nestes casos. Os primeiros filhos são sacrificados ao trabalho na unidade familiar, trabalho a enxada e boi, que demanda o esforço coletivo. Regularmente o pai divide a terra com o primeiro e segundo filho para que formem sua unidade "independente", seu próprio grupo familiar. Os filhos restantes dispersam-se na procura de empregos fora da agricultura, (a capacidade de absorção de mão de obra empregada nas unidades de produção familiar da região não chega a 1% da mão de obra ocupada) sua escolaridade não passa de haver freqüentado, no ritmo que o trabalho agrícola permite, alguns anos da escola. Quando orientando-se por uma representação dominante da educação, como modo de alcançar melhores posições na sociedade, procuram o ginásio, são conduzidos ao fracasso escolar. Salvo no caso, dos excepcionais positivos.

As razões de seu fracasso são múltiplas e dependentes, surgem da interação de seu "passado" (escolar, de trabalho e de oportunidades nas unidades de produção nas terras pedregosas) com o processo que no ginásio se dá. Do lado do passado, na unidade de produção familiar, temos desde alimentação inadequada, falta de meios literários e de comunicação, distâncias consideráveis das escolas, assistência irregular à escola, até professores de baixo nível de competência (não sendo este caso geral). O conjunto forma um "back ground" negativo, uma desigualdade inicial <sup>de longo</sup> que se fará manifesta na sua trajetória no ginásio, - quando os fatores econômicos sociais de seleção não tiveram a força suficiente para provocar sua desistência.

Salientamos que estamos falando daqueles filhos que uma vez

concluído o antigo primário continuam os estudos. No caminho ficaram aqueles que: a) por exigência do trabalho agrícola não continuaram os estudos, geralmente os filhos mais velhos; b) que por razões da "economia" das unidades de produção não tem condições físicas nem intelectuais de estudar; c) aqueles que pelo custo do transporte até a sede do município não continuam estudando; d) aqueles que por lógicas elaboradas na representação dos agricultores acham que o estudo não é necessário para a produção nas suas unidades, "que não adiante estudar", e portanto não mandam seus filhos estudar.

No ginásio o filho do pequeno agricultor das terras pedregosas encontra-se com os outros que nele participam: os filhos dos agricultores das terras vermelhas que trabalham na técnica e cujas lavouras estão mecanizadas, os que contam com algumas oportunidades a mais no seu passado. Desde melhor alimentação até contatos sociais mais diversificados, com técnicos, com representantes de entidades, com uma comunidade no geral mais rica, que desenvolve atividades variadas, passando por menores exigências de trabalho, assistência mais regular às aulas, meios de comunicação (frequente T.V.) fatos que conformam um código lingüístico e uma memória de informações superior. A competência do sistema escolar faz patentes desigualdades de origem ainda que elas sejam próximas.

Na medida que o ginásio se democratiza, sua concorrência aumenta. O nível de qualificação dos professores é melhor, o ginásio passa a ser mais estrito, começam a atuar mecanismos de seleção em relação aos quais o "back ground" positivo dos filhos dos agricultores das terras vermelhas impõe-se, os filhos dos

agricultores das terras pedregosas escrevem sua história de fracasso e abandono.

Tal efeito não é procurado nem desejado pelo sistema escolar, ele impõe-se. É o resultado de: a) a carga negativa de contatos e "massagens" dos filhos dos agricultores das pequenas unidades de produção das terras pedregosas b) a co-presença com os filhos dos agricultores das terras vermelhas com melhores condições de consumo, "culturais" e técnicas; c) do melhor nível dos professores que atua como uma força entrópica de seleção. O conjunto dos fatores determina um efeito de exigência escolar, forma que assume a "seletividade" reafirmada numa ideologia do "bom saber", moldadas no saber dominante.

Os agricultores das terras vermelhas, mecanizadas, também migram na procura de terras mais extensas, frente a impossibilidade de comprar novas terras na região. Quando o fazem, fato que não é de alta frequência, mas que constitui o motivo de venda de terra dominante, suas condições de partida são diferentes das dos agricultores das terras pedregosas. Em princípio dispõem de um capital (sob a forma de maquinarias-tratores, instrumentos e até, em alguns casos, automotrizas para a colheita) considerável, em segundo lugar, suas terras tem um preço de três a cinco vezes superior ao preço das terras pedregosas.

Suas condições de partida permitem que negociem terras a partir de uma situação vantajosa. Eles são candidatos perfeitos para os planos de colonização que pretendem formar empresas agrícolas de porte médio, capitalizadas -via maquinária e fundamentadas no trabalho familiar. Encaixam-se nos projetos privados e das

cooperativas orientados por tais princípios. (5) Por outro lado, a venda de sua terra recuperada é mais fácil que a venda das terras pedregosas. Existem capitais orientando-se em tal direção, pela qual, as condições de financiamento da venda de sua terra não são "atadas" ao círculo estrito da vizinhança. Ainda que no caso da igualdade de condições, o vizinho tenha a preferência, o mercado comprador excede a vizinhança.

O preço da terra na região aparece nestes casos como um limite à incorporação dos filhos ao trabalho agrícola constituindo novas unidades. Se bem que este seja um fator de peso na decisão de migrar destes agricultores, outro fator é a possibilidade que estes agricultores têm de crescer como agricultores capitalizados. Adquirir por venda, migração e compra, glebas de tamanhos de cinco a dez vezes superiores às que possuem, abre a possibilidade de constituir uma empresa agrícola sobre a base do trabalho familiar e do nível de acumulação logrado. Esse tipo de agricultor compra a terra na região de menor valor e condições ecológicas positivas à agricultura para desenvolver uma empresa agrícola capitalista sobre a base da empresa familiar; no futuro deverá realizar esta estratégia, operar com quantidade de trabalho alugado não desprezível. Um terceiro fator que impulsa o deslocamento resulta das decisões adotadas sobre a acumulação capitalista via maquinária - recuperar no momento a autonomia como unidade produtora, ao mesmo tempo que aumentar o processo de ocupação de mão de obra familiar - significa produzir uma diversificação capitalista, revertendo o processo técnico até o momento sustentado na substituição de mão de obra. Nesta reversão os investimentos em maquinária

perdem grande parte de seu valor; como sucata, eles representam uma diminuição do capital. Eleições feitas com anterioridade condicionam o caminho presente, o leque das possíveis alternativas. A diversificação, via novos endividamentos, usando intensivamente técnicas químicas e biológicas, deixa o capital em maquinária sub-utilizado, e até não utilizado, pelo qual a alternativa de migração na procura de uso da mesma técnica (mecanização) em extensões maiores aparece como resultado lógico. Nestes casos a migração na procura de uma gleba de terra maior significa a ocupação da mão de obra familiar, por um lado, e continuar no caminho da capitalização baseada na maquinária, por outro. Nesta linha os agricultores das terras vermelhas que possuem maquinarias podem começar a trabalhar glebas na ordem dos 200 hectares, formando uma empresa agrícola de porte médio. Sua experiência na recuperação de terras, na relação com os organismos técnicos e financeiros, o domínio do uso da maquinária, o nível educativo alcançado pelo grupo familiar, favorecem este tipo de trajetória. Mesmo que a eleição desta trajetória não seja dominante na região isso não significa que ela não seja importante na conformação de um empresariado agrícola de porte médio.

Mas nem todos os agricultores das terras vermelhas, nem sequer a maioria, adotam a estratégia de migração para engajar seus filhos no processo produtivo. Hoje a escola-estudo aparece como uma solução dominante, em termos quantitativos, de "boa saída" do meio rural ante a impossibilidade de comprar terras para que os filhos conformem novas unidades de produção.

Aqui abrem-se vários tipos de alternativas possíveis para os

agricultores sobre a base dos recursos com os quais contam e o número de filhos. Num extremo achamos agricultores com poucos filhos (três no máximo), nos quais, a trajetória realizada permite-lhes dar terra para seus filhos. Tal possibilidade não exclui que os filhos participem do processo escola-estudo.

Neste caso a alternativa escola-estudo não aparece como meio para enfrentar a escassez das terras. Ela remete a outra representação da escola estudo, à qual aproximaremos-nos no próximo ponto.

"Como agora as duas gurias, sabe, elas tem terras, comprada tudo para elas, mas elas querem estudar, tem aquela vontade de estudar, mas vai sair caro este estudo, tem que mandar mais longe porque aqui não dá pra mandar. Porque aqui me sai barato mas o estudo é muito fraco" (0160).

Poder mandar os filhos longe apesar de caro é feito porque "aqui o estudo é muito fraco". Neste caso a marca da escassez gerando as alternativas está ausente, o estudo é feito porque está na vontade. Mas família - de tamanho reduzido - na terra mecanizada de unidades de produção que tiveram uma clara trajetória ascendente, o estudo aparece relacionado com aspirações e orientações globais da sociedade, não por uma forma específica de apropriação de uma camada social que tem sua especificidade.

O caso de maior frequência é o da unidade de produção na qual os investimentos na educação dos filhos (investimentos diretos e indiretos) aparece como alternativa a outros investimentos e antecipando, na solução procurada, a crise da terra.

Neste caso, recursos das unidades de produção que poderiam ser usados, de outra forma em função da representação clara da impossibilidade de dar terra para os filhos, são usados para garantir no estudo dos filhos. A representação da impossibilidade de comprar terra na região liga-se à insegurança para migrar. A escola-estudo é neste caso a única probabilidade de engajamento no mercado de trabalho em condições mais favoráveis.

Condições mais favoráveis de engajamento no mercado de trabalho urbano não significa, no caso dos agricultores, uma valorização do modo de vida urbano na sua oposição ao modo de vida na colônia. Condições mais favoráveis significa a integração no mercado de trabalho do setor serviços/empregados de bancos, professores, etc), trabalho que é pensado como mais leve que o trabalho na agricultura, ao mesmo tempo, que com menor autonomia, liberdade, e com menor probabilidade de acumulação. O trabalho no setor serviço é preferido, não pela sua oposição com o trabalho na agricultura, mas sim pela sua oposição com o trabalho operário -, com o trabalho do operariado - não qualificado no setor industrial.

"E porque mandou todos os filhos estudar?

Porque eu enxerguei que eu não posso ajudar com dinheiro pra comprar terras para eles, e isso vem hoje um pouco, vem amanhã.

Depois se eles podem-se sustentar é com aula. Eu enxerguei já anos que não chego na altura, que não sobra tanto que possa ajudar os filhos poder ser agricultores. Porque a terra cada vez subiu e menos sobrou". (0180)

No caso do depoimento, a estratégia adotada aparece como uma

alternativa pura. Todos os filhos estudaram, nenhum deles ficou sacrificado pelo trabalho na unidade familiar ao ponto de não conseguir estudar. Mas acontece com frequência relevante que alguns dos filhos, geralmente o primeiro ou os dois primeiros, na estratégia de estudo, sacrifica-se pela unidade familiar, no momento que com irmãos pequenos sua força de trabalho é incorporada precocemente fazendo com que não consiga estudar. Neste caso pode ser privilegiado no acesso à terra, na partilha familiar da terra. O pai pode escriturar terra em seu nome tirando-a da possível partilha no momento da herança. O depoimento a seguir é de um agricultor com quatro filhos, o primeiro abandonou o estudo demandado pelo processo de trabalho na unidade familiar.

"É. Tenho o mais velho dos rapazes que tinha cabeça muito boa pra estudar. mas é que nós não tinha condições de mandar ele estudar ... Ele ficou trabalhando. Então ele é o único que da pra dizer que ele tem a terra dele aqui, porque os outros não. Ficam mais dois ainda. Eu vou procurar mandar pra o ginásio, estudar pra advogado, ou qualquer coisa melhor, arrumar uma vida um pouco mais fácil ... Ah tá certo isso aí, o filho mais velho é quem tem preferência na herança, primeiro que sai um pedaço de terra para ele. No caso dele tá específico, né. Ele já falou que ele já tem um pedacinho de terra e os outros teria que ver ainda. Nê..

Agora ele ajuda a trabalhar, eu tenho pelo menos um forte em casa. Talvez um dois mais novos tenha vontade pra estudar, tenha cabeça que serve pra isso. Pra ele já é tarde agora, e tarde e também vamos experimentar agora os outros". (0200)

O salientado pelo nosso entrevistado parece em contradição com a tendência ao minorato na herança, isto é, ao filho mais novo ficar cuidando dos pais e habitualmente com a terra, por meio de compra às partes dos irmãos. Acreditamos não existir contradição.

O filho que sacrificou-se pela unidade recebe terra geralmente comprada pelo pai. A terra é escriturada em seu nome e não entra na herança. Se o filho mais novo ficou "cuidando" dos pais recebe a terra que ainda está no nome do pai... A terra do irmão mais velho pode ser produto de compra ou de subdivisão de unidade nos casos que o tamanho permite a subdivisão legal. Neste esquema parece existir na prática algo assim como a combinação de um direito do mais velho e o direito do mais novo. A legalidade vigente é transposta pela escrituração e os arranjos entre os membros da unidade familiar.

Nas unidades de produção que enfrentam a "crise" da terra, no sentido já salientado, a escola-estudo é visualizada como a alternativa válida e realizável para superar a crise da terra. Nas unidades mais abastadas, as que lograram a capitalização em terras e maquinárias, o estudo aparece como a resultante da vontade dos filhos de um modo de vida urbano mais fácil que permita no dizer local ficar na sombra; em oposição ao trabalho na agricultura que exige ficar ao sol. Neste segundo caso, a orientação do ator é forjada na matriz geral das representações sobre a educação na sociedade global.

O anterior não significa que, para os agricultores das terras vermelhas e mecanizadas que possuem uma propriedade próxima ao tamanho de uma colônia (25 hectares), a representação do modo de

vida - que o estudo faz provável - seja superior ao modo de vida nas colônias que as condições atuais fazem possíveis (fogão a gás, eletricidade, TV, geladeira, carro, etc). O agricultor é consciente da acumulação lograda a partir das transformações dos anos sessenta na colônia, as quais, são contrapostas às condições na cidade. Nesta, tudo deve ser comprado, a autonomia no processo de trabalho é inexistente na cidade. A perda de autonomia do colono acontece no processo produtivo, isto é, o que produzir, e porque meios, é ditado pelas políticas governamentais e a ação dos complexos agroindustriais. Mas o processo de trabalho como distribuição dos tempos e os esforços, ainda é controlada pelo agricultor, ao menos, ao nível da representação. No trabalho na cidade o grau de autonomia do trabalho da colônia perde-se.

Na diferenciação que se produz no município pela recuperação das terras e a mecanização, a vida para os agricultores das terras pedregosas "vai ficar brava". Ainda no caso dos agricultores encontrarem-se em condições superiores às de seus pais, estas condições aparecem como custosas e difíceis de serem alcançadas em comparação com o esforço de trabalho nas terras vermelhas. Nestas, uma maior produtividade do trabalho, na equalização de um preço meio dos produtos agrícolas, acirra as desvantagens do agricultor das terras pedregosas.

Para os filhos destes agricultores quando as condições permitem seu ingresso no ginásio enfremtam desigualdades de sua história de vida na relação com a história de vida dos outros, no contexto de uma maior seletividade do sistema escolar formal. Entre as causas da seletividade colocamos o melhor nível dos professores. Os filhos dos agricultores das terras pedregosas escrevem com redundância uma história de fracasso escolar e um futuro operário,

que em muitas oportunidades, não os favorece nem com a inserção no mercado formal de trabalho.

A relação dos filhos dos agricultores das terras pedregosas, enquanto que camada social, como a escola-estudo pode ser generalizada. Com a democratização do ensino camadas menos favorecidas na distribuição do ingresso e do capital cultural ingressam em distintos níveis do sistema escolar. Antes da democratização, mecanismos sociais de controle produziam a seleção. Após a democratização do ensino os mecanismos interiorizam-se nas instituições que formam os distintos níveis escolares, com particularidades próprias de cada instituição. Devemos colocar no tempo o processo de democratização do ensino. Num primeiro momento do processo faz-se necessária a incorporação (por ampliação) de docentes de baixa qualificação para o nível de escolaridade no qual ministra.

Neste primeiro momento o baixo nível relativo aos professores debilita os "mecanismos seletivos" e portanto a qualidade geral dos egressos dos distintos níveis educativos. A sociedade no conjunto reage ante tal fato. No caso do Brasil, os programas de pós-graduação e formação docente constituem as formas dessa reação. No primário exige-se cada vez mais a habilitação e os professores leigos começam a ser deslocados. Neste segundo momento eleva-se a qualidade dos professores e os mecanismos de seleção começam a operar nas instituições educativas. Dado que a qualificação do corpo docente parece ter uma direção de cima para baixo, dos últimos para os primeiros níveis educativos, as críticas aos baixos níveis dos alunos são feitas do nível universitário para baixo. O primeiro ponto deficiente é o nível dos alunos do vestibular, etc. O processo vai deslocando-se na

direção a níveis inferiores.

No caso da região, o corpo docente do ginásio modificou-se nos últimos anos, com uma melhor qualificação do pessoal. Os mecanismos de seleção deslocam os agricultores das terras pedregosas, salvo exceções.

Os parâmetros sob os quais a seleção é realizada parece-nos que principalmente são: a) o código lingüístico; b) o arquivo de informações gerais; c) formas de interação socialmente instituídas. Os três códigos pertencem ao armazém dos códigos socialmente dominantes na sociedade e o uso dos códigos define a competência social dos atores.

Se as unidades de produção familiar na agricultura constituem um "exército de reserva" para o desenvolvimento do setor industrial, setor que não assume - nos países que passam por um processo similar ao do Brasil - os custos de produção dos novos contingentes de mão de obra (os quais são produzidos e deslocados do meio agrícola para o setor industrial e de serviços) os mecanismos de seleção econômicos-sociais e escolares farão com que os filhos de agricultores que conseguem alcançar os últimos degraus da escolaridade sejam a "nata" dos membros das unidades de produção. Num último golpe de um efeito não desejado, os melhores, isto é, os que adequam-se melhor aos códigos que definem a competência social dos atores-códigos que valorizam a inteligência, a perseverância, a capacidade de adaptação, a criatividade, sem que importe muito o significado operativo que tais termos comportam-os melhores saem das unidades de produção familiar pelo caminho da escola-estudo (sobre o pano de fundo da escassez de terras), assim as unidades produzem não só a mão de obra do exército de reserva,

esvaziando-se, senão que também perdem os melhores de seus atores.

"É a tal coisa nê, talvez o sr. não seja do meio rural então é melhor a minha sugestão, mais isso é fácil de entender... o que acontece, se o pessoal da colônia sai pra cidade a estudar nê, esse justamente esses eram os mais inteligentes, esses que sabiam ir, esses que aĩ e vão estudar, eles não voltavam prã colônia.

Então, o que da prã ver isso. A "nata" sai da colônia e o "leite qualhada" fica, nê.

Então o quer dizer que sempre o melhor sai e praticamente o que não presta fica". (0180).

## NOTAS DO CATÍTULO IV

(1) "Es cierto que antes de pasar a la forma D-M-D (dinero-mercancia-dinero) Marx estudia la forma M-D-M (mercancia-dinero-mercancia) pero la estudia como forma transitoria pertinente a um modo de producci3n hipot3tico en el cual la sociedad est3 compuest solamente por trabajadores - 'produtores independientes, y donde no existe ninguna relaci3n econ3mica entre los hombres a excepci3n de la que existe entre los poseedores de mercancías, una relaci3n en la que 3stos s3lo pueden apropiarse del producto ajeno al enajenar los del suyo propio' (Marxk,D). Se trata pues de uma construcci3n l3gica en la que se hace abstracci3n del trabajo asalariado y del capital. Ahora bien, si existen relaciones mercantiles simples tanto en la sociedad feudal cuanto en la sociedad capitalista (e incluso en la sociedad esclavista greco-romana), hist3ricamente no existe ning3n modo de producci3n basado exclusivamente en estas relaciones y caracterizado por ellas". . (Emmanuel, 1978,41).

(2) É de salientar que neste caso n3o contamos com uma separaç3o entre trabalho assalariado e capital. A l3gica do capital sobredetermina o funcionamento da unidade de produç3o sob condiç3es que a n3o separaç3o entre capital e trabalho determinam. Assim, a 3nica forma que a unidade de produç3o pode apropriar-se de um maior valor, ou o "capital" do "mais valor" gerado na unidade de produç3o, e no interc3mbio de produtos gerados na unidade, com os produtos, gerados fora da unidade de produç3o. O controle da esfera da circulaç3o, do ponto de vista da unidade de produç3o, excede em import3ncia ao controle da mesma produç3o. A exploraç3o

da unidade de produção familiar (por outros modos de produção - se a ótica e a formação econômico-social como articulação de modos de produção - ou por outros setores - se a ótica é o sistema econômico como relação entre setores -) só pode ser efetivada no plano do comércio. A disparidade entre a evolução dos preços dos produtos industriais - produzidos habitualmente no modo capitalista da formação econômico social ou no setor industrial do sistema econômico - e os dos preços dos produtos produzidos na unidade são junto com o acesso à terra, os pontos de fricção das unidades de produção com o sistema global.

(3) A não alternatividade do uso da mão de obra, venda, etc. conduz a um uso "caseiro" da mão de obra cuja função não é aumentar as receitas mas sim diminuir as despesas. Quando as mulheres fazem as roupas em vez de comprá-las feitas ou quando se fazem móveis que poderiam comprar-se no mercado etc... a mão de obra não utilizada na produção agrícola, produz uma "economia", (no contexto de não uso alternativo) ainda quando o "valor" do produto por ela produzido seja maior que o "valor" de um produto parecido gerado no setor industrial. O alfaiate não pinta sua casa, mas se tem tempo sobrando provavelmente o fará.

(4) A destinação de um mercado de trabalho formal e um mercado informal aponta a uma representação dos atores tanto no meio urbano como no rural. O mercado formal caracteriza-se por relações legais estabelecidas e uma relação patrão-empregado formalizada ao nível das funções diferenciais dos termos. No mercado não formal, estão integrados dois subconjuntos: um setor caracteriza-se pela inexistência de relações legais e pela

existência de relações não formalizadas patrão-empregado que implica um jogo pessoal na relação, outro setor, do mercado não formal caracteriza-se pela existência de relações legais estabelecidas e pela existência de relação não formalizadas patrão-empregado. O diarista no meio rural faria parte do primeiro setor do mercado não formal, o empregado permanente do segundo (as relações com o dono são pessoais e não formalizadas). (Machado, 1974), (Dauster - Maranhão et alli, 1979).

(5) Cf Projeto da COTRIJUI na Amazônia, a venda feita por estes agricultores possibilita o aumento das propriedade que ficam.

## CAPÍTULO V - MOBRAL NO MUNICÍPIO

### 1. Algumas informações preliminares

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970 a população - de cinco e mais anos de idade - do município distribuía-se de acordo com os anos de estudo como o quadro I, a seguir mostra:

QUADRO I - Anos de estudo das pessoas de 5 anos e mais por sexo

C.Godoi

|   | A N O S D E E S T U D O |      |             |      |          |      |          |      |          |      |           |     |              |   |
|---|-------------------------|------|-------------|------|----------|------|----------|------|----------|------|-----------|-----|--------------|---|
|   | T O T A L               |      | S/INSTRUÇÃO |      | 1/2 ANOS |      | 3/4 ANOS |      | 5/8 ANOS |      | 9/12 ANOS |     | 13 a 17 ANOS |   |
|   | H                       | M    | H           | M    | H        | M    | H        | M    | H        | M    | H         | M   | H            | M |
|   | 3297                    | 3193 | 666         | 682  | 538      | 467  | 979      | 1049 | 1044     | 972  | 70        | 23  | -            | - |
| % |                         |      | 20,2        | 21,4 | 16,3     | 14,6 | 29,7     | 32,9 | 31,7     | 30,4 | 2,1       | 0,7 |              |   |

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1970

Do quadro depreende-se, pela comparação, com os dados nacionais ( 35 % de analfabetos em 1970) uma situação relativamente satisfatória com aproximadamente 20% de analfabetismo sobre o total da população de cinco e mais anos de idade.

Se compararmos os dados do município com os dados do Estado (quadro II) podemos tirar as seguintes conclusões.

QUADRO II - ANOS DE ESTUDO

| TOTAL     |           | S/INSTRUÇÃO |         | 1/2 ANOS |         | 3/4 ANOS |         | 5/8 ANOS |         | 9/12 ANOS |         | 13/17 ANOS |        | SEM DECLARAÇÃO |       |
|-----------|-----------|-------------|---------|----------|---------|----------|---------|----------|---------|-----------|---------|------------|--------|----------------|-------|
| H         | M         | H           | M       | H        | M       | H        | M       | H        | M       | H         | M       | H          | M      | H              | M     |
| 2.880.128 | 2.925.912 | 737.414     | 798.092 | 548.003  | 528.727 | 711.042  | 706.732 | 652.748  | 674.788 | 173.860   | 188.040 | 52.508     | 27.927 | 4.553          | 2.506 |
|           |           | 25,6        | 27,0    | 19,0     | 18,1    | 24,7     | 24,2    | 22,7     | 23,1    | 6,0       | 6,4     | 1,8        | 0,9    | 0,2            | 0,1   |

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 1970

- a) as porcentagens de analfabetos no município são menores (-5% aproximadamente) que a respectiva participação dos analfabetos no total do estado.
- b) A concentração da população do município nas faixas de 3 a 8 anos de estudo é significativamente maior que a do estado.
- c) As porcentagens de população do município com 1 ou 2 anos de estudo são inferiores às do estado.
- d) As porcentagens nas faixas de maior estudo (9-12 e 13-17 anos) são superiores, no caso do estado, à participação da população do município nas mesmas faixas.

A leitura conjunta dos dados salienta uma educação básica ampla no município, comparada com a estrutura dos dados no estado. Na atualidade, a rede escolar parece alcançar com satisfação os objetivos da educação básica no município, isto é, ela não é a causa, por ineficácia, de uma "reprodução" do analfabetismo. Queremos com isto salientar que, se no município existe reprodução do analfabetismo, este não é produto principal de deficiência na rede do ensino formal em suas dimensões funcionais.

QUADRO III

| PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS QUE SABEM LER E ESCREVER |                     |       |              |                     |       |              |                     |       |              |                     |       |           |                     |       |
|---------------------------------------------------|---------------------|-------|--------------|---------------------|-------|--------------|---------------------|-------|--------------|---------------------|-------|-----------|---------------------|-------|
| 5 a 9 ANOS                                        |                     |       | 10 a 14 ANOS |                     |       | 15 a 29 ANOS |                     |       | 30 a 49 ANOS |                     |       | 50 a MAIS |                     |       |
| TOTAL                                             | S/LER E<br>ESCREVER | %     | TOTAL        | S/LER E<br>ESCREVER | %     | TOTAL        | S/LER E<br>ESCREVER | %     | TOTAL        | S/LER E<br>ESCREVER | %     | TOTAL     | S/LER E<br>ESCREVER | %     |
| 1.209                                             | 553                 | 45,74 | 1.119        | 1.071               | 95,71 | 3.050        | 2.827               | 92,69 | 1.414        | 1.228               | 86,85 | 715       | 532                 | 74,40 |

Fonte: IBGE; Censo Demográfico 1970

O agrupamento por faixa etária das pessoas de cinco e mais anos de idade, que sabem ler e escrever, (quadro III) permite salientar a melhora do ensino formal. Assim, se em 1970, das pessoas de mais de 50 anos de idade, 74,4% eram alfabetizadas, (sabiam ler e escrever), entre as pessoas de 10 a 14 anos de idade esta porcentagem era de 95,7%. A alfabetização está claramente correlacionada negativamente com a idade. Neste sentido falamos de um setor de educação formal não colaborando com a reprodução do analfabetismo.

Os que não sabiam ler nem escrever no momento do Censo de 1970 distribuía-se da seguinte forma por faixa etária:

| NÃO SABEM LER NEM ESCREVER |      |           |                              |
|----------------------------|------|-----------|------------------------------|
| ANOS                       | Nº   | % S/TOTAL | % S/POP. TOTAL DE S/F.ETÁRIA |
| 5-10                       | 656  | 52,8      | 44,3                         |
| 10-14                      | 48   | 3,8       | 4,3                          |
| 15-29                      | 170  | 13,7      | 8,2                          |
| 30-49                      | 186  | 14,9      | 13,2                         |
| 50 ou +                    | 183  | 14,8      | 25,6                         |
| TOTAL                      | 1243 | 100,0     |                              |

Fonte: IBGE Censo Demográfico 1970

As altas porcentagens sobre o total de analfabetos, e sobre o total da própria faixa etária, de pessoas de 5 a 10 anos é produzido pela participação dos que ainda não entraram na escola. O panorama muda notavelmente para a faixa de 10 a 14 anos.

Do total de analfabetos existentes no município (1243) no ano de 1970 sô 539 (43.6%) estavam em condições de ingressar no MOBRAL\*, quando este iniciava suas atividades no município, no ano de 1971 com seu Programa de Alfabetização Funcional.

---

(\*) - Podem participar do MOBRAL as pessoas maiores de 14 anos de idade.

QUADRO IV - Alunos do PAF Conveniados e Aprovados, produtividade 1971/78

Cândido Godoi

| ANO           | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 |
|---------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Conveniados   | 352  | 50   | 35   | 65   | 50   | -    | -    | -    | -    |
| Produtividade | ,70  | ,60  | ,39  | ,55  | ,56  | ,62  | -    | -    | -    |
| Alfabetizados | 245  | 30   | 33   | 36   | 28   | 30   | 25   | 35   |      |

Dados Estimados

Os dados do quadro salientam uma das formas que nos atrevemos a denominar "típica" da ação do MOBREAL. No primeiro ano do convênio uma quantidade elevada de pessoas inscreveu-se no programa. São conveniadas 352 pessoas, isto é, algo mais de 65% dos analfabetos existentes no município e em condições de concorrer ao MOBREAL. Logrou-se no ano de 1971 uma alta produtividade (0.70) - relação entre os aprovados e os conveniados - com o resultado de uma quantidade importante de alfabetizados, 245, que representam 45% do total dos analfabetos em idade de concorrer ao MOBREAL. Nos anos posteriores (1972-78) alfabetizou-se 174 alunos, isto é, uma quantidade inferior à do primeiro ano, 32% de analfabetos de 1970.

A forma "típica" que denominamos caracteriza-se pelo forte desempenho do programa, nos termos referidos do conveniamento e alfabetização, no momento de sua implementação. Uma brusca queda no segundo ano e uma paulatina estabilização. Tal forma "típica" da ação de alfabetização pode ser explicada por um conjunto de fatores. No primeiro ano, a campanha desenvolve-se nos pontos geográficos de maior concentração de analfabetos, a concentração determina o conveniamento e matrícula inicial e permite alcançar a cifra de alunos por curso que o pagamento fixo do alfabetizador faz necessário, ou a quantidade de alunos suficientes no pagamento por aluno - programa que "recompense" ao alfabetizador<sup>(\*)</sup>. Num segundo momento a dispersão, isto é, a

---

(\*) - O MOBREAL opera com duas formas de pagamento aos alfabetizadores: pagamento por aluno programa e pagamento fixo. Na primeira das formas (pagando um montante pelo aluno que completa o programa) não existe exigência de número mínimo de alunos por sala de aula. Tais formas estão determinadas por: a) o orçamento limitado da instituição, b) por critérios técnicos de custo da alfabetização por aluno alfabetizado.

distância em relação ao ponto da sala de aula passa a ser um fator para não matricular-se como aluno, ao mesmo tempo, que determina o abandono daqueles que tinham feito matrícula. Salientamos que nossos entrevistados declararam que a distância é um dos motivos mais frequentes para não concorrência e abandono da escola.

No momento de iniciar suas atividades o MOBREAL abre uma alternativa educativa para os analfabetos em idade adulta. Os que estão motivados a alcançar algum grau de domínio nos códigos de escrita (assinar, ler, escrever e registrar cálculos) concorrem de início às salas de aula. Num segundo momento "luta-se" com a dificuldade de unidades de produção familiar na agricultura e as representações dos atores sobre o significado da escola-estudo em relação ao trabalho na agricultura. O conjunto dos significados outorgados pelos atores à escola-estudo foram colocados nos capítulos precedentes.

No caso de Godoi os cursos de alfabetização, nos anos posteriores no início, passaram a trabalhar com "resíduos" de analfabetos provocados por problemas "físicos psíquicos" ou situações excepcionais nas unidades de produção familiar. Os fatores "psíquico físicos" envolvem as razões enumeradas pelos atores tais como, alimentação, de doenças, não enxergar, não ouvir, não ter "cabeça" etc. Situações "excepcionais" nas unidades de produção familiar são as que fazem na atualidade retirar as crianças da escola para trabalhar, com um ou dois anos de escolaridade, produzindo a necessidade quando adulto de refazer cursos de alfabetização.

## 2. UM CURSO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

Em 1978/79 sô funcionou um posto de Alfabetização Funcional no município de Cândido Godoi na sede do município. Os alunos(25) eram uns oitenta por cento não agricultores, isto é, sua forma de engajar-se no mercado de trabalho era "fora" da agricultura. As ocupações dos alunos eram trabalho na construção (pedreiros), empregados nos poucos comércios (açougues, supermercados, posto de gasolina, etc) biscateiros e agricultores. Sô a metade dos alunos tinham emprego fixo. Os alunos que trabalhavam na agricultura faziam-no nas unidades de produção de suas famílias.

Para o grupo as obras públicas e privadas de construção conforma o mercado de trabalho existente no município fora da agricultura. Sua trajetória de vida é pensada como de expulsão da agricultura.

O grupo estava constituído fundamentalmente por homens menores de trinta anos, sô contava com um homem de idade maior (65 anos)

A maioria dos alunos tinham experiência escolar de um ou dois anos. Os que não eram agricultores moravam na sede ou próximo do município.

## 3. ESCOLA ESTUDO E OS ALUNOS DO MOBRL

A primeira questão que pode ser levantada a nível do grupo é a existência de uma escolaridade anterior. Procedentemente, informamos que os membros do grupo tinham um ou dois anos de experiência escolar.

A questão levantada no grupo foi respondida de forma unânime. O curso de Alfabetização do MOBRL aparecia como uma oportunidade de lembrar-se, de reaprender conhecimentos esquecidos.

Este ponto é de vital importância não só em termos da eficiência educativa do MOBRL como em termos de todo o sistema escolar. O fato de que os indivíduos com experiência escolar - de até mais de três anos devam fazer cursos de alfabetização, aponta na direção do sistema escolar como um todo, mas não só. Existem poucas pesquisas centradas na direção de levantar dados como para poder precisar a interconexão de fatores que determinam a "regressão" aos níveis salientados.

Numa pesquisa (1) amostral a distribuição dos alunos do MOBRL por escolaridade anterior é a seguinte:

| Escolaridade<br>anos | Nordeste |       | Sudeste |       |
|----------------------|----------|-------|---------|-------|
|                      | f        | %     | f       | %     |
| menos de 1           | 625      | 22,5  | 84      | 18,0  |
| de 1 até 2           | 177      | 6,4   | 53      | 11,4  |
| 2 até 3              | 59       | 2,2   | 29      | 6,2   |
| 3 ou mais            | 32       | 1,1   | 24      | 5,1   |
| Sem resposta         | 25       | 0,9   | 5       | 1,1   |
| Subtotal             | 918      | 33,1  | 195     | 41,8  |
| Total Amostral       | 2777     | 100,0 | 467     | 100,0 |

(1) - C/wiggers (1977/79)

O quadro confirma os dados levantados na pesquisa. A importância do conjunto dos alunos do curso do MOBREAL com escolaridade prévia é significativa.

A pergunta que futuras pesquisas deverão equacionar é a de qual é o conjunto dos fatores que determinam esta situação. Três fatores parecem estar relacionados: em primeiro lugar estímulos sociais para o processo de aprendizagem, em segundo lugar, condições econômicas e sociais que podem incidir sobre a participação nos cursos e as condições psico-físicas dos atores<sup>(2)</sup>, em terceiro lugar, os modos de funcionamento do sistema escolar.

Mas se o conjunto dos fatores, ainda sem conhecer sua relação, atuam para o conjunto da população com a que o MOBREAL atua, a pergunta que emerge é sobre quais são as condições objetivas (isto é externas à organização) que possibilitam que o programa do Mobral seja eficiente?.

O grupo dos alunos de PAF em Godoi possui os documentos legais existentes. Neste caso o MOBREAL não aparece como sendo um meio para adquirir passaportes sociais para a circulação dos indivíduos. O curso aparece na representação como um modo de recuperar algo que foi aprendido e posteriormente perdido.

A reaprendizagem das técnicas básicas da leitura, escrita e cálculo aparecem como um instrumento que remete mais ao futuro e suas possibilidades que os modos de inserção, no presente, no

---

(2) - C/Dauter (1976)

mercado de trabalho. O curso aparece como ritual de passagem. Na medida que está sendo feito ele estigmatiza a marca na identidade do analfabeto. É o reconhecimento da carência. Uma vez feito o fato passa a ser lido como reabilitação cujo ponto forte de dramatização é a entrega do diploma pelas autoridades municipais.

Um campo de aplicação deste tipo de exercício pode encontrar-se nas piadas populares (e até nos meios de comunicação) sobre o Mobral. Sua análise poderia sugerir um interessante campo de significados.

Em Godoi os cursos de Educação Integrada têm uma presença maior que o curso de Alfabetização funcional, com duas salas de aula funcionando.

Seus participantes homens e mulheres jovens pertencem às unidades de produção das terras pedregosas. Todos eles cursaram anos de escola, alguns até o antigo primário em forma integral.

As razões de sua participação são similares às formuladas pelos alunos do PAF: recuperação de conhecimentos esquecidos. Mas aqui agrega-se uma razão adicional. Um conjunto importante quase a metade - declarou que faz Mobral para continuar estudando

A primeira das respostas está articulada em torno dos significados da "escola", a segunda abre as portas para as representações e significados estruturados em torno do termo "estudo". Nas respostas dos alunos as representações levantadas no plano de "indivíduo-pessoa" e "escola-estudo" aparecem com força. Seus alcances foram explorados nas páginas precedentes.

## CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

## I

No discurso dos atores aparecem as marcas da particular forma de articulação da sociedade brasileira. Articulação que se processa sobre dois eixos que pareceriam, na dimensão lógica, opostos e irreconciliáveis; o eixo igualitário - eixo dos indivíduos - e o eixo da hierarquia - o eixo das pessoas -. Se tanto um como outro salientam formas típicas ideais de organização social, e portanto, são inexistentes na sua pureza típica (não existem sociedades absolutamente igualitárias nem absolutamente hierarquizadas), a forma particular de articulação (de dosagem, sínteses, composição, etc.) que assumem em cada formação social concreta constituem um dos modos para definir sua especificidade, nem único nem exclusivo, mas não menos importante.

No caso brasileiro sua particular forma de articulação deveria ser definida com maior propriedade. Tal definição supõe um trabalho mais geral, no qual os eixos e suas relações devem ser historizados, trabalho que excede de forma absoluta as margens destas páginas e de nossa capacidade. São pretendemos portanto despregar alguns traços da articulação que aparecem em torno dos termos usados pelos atores de "educação", "escola", "estudo". Os três termos salientam de forma contextualizada relações entre o eixo igualitário - dos indivíduos - e o eixo da hierarquia - das pessoas -.

A "educação", como conjunto de comportamentos socialmente aceitos, define o indivíduo enquanto ser social. Tal conjunto de comportamentos são adquiridos no contexto do grupo familiar, e por extensão, na comunidade enquanto que na representação opõe-se à cidade.

Quem não tem "educação" encontra-se de alguma forma fora da sociedade. Não é necessariamente um anti-social ou um marginal, no sentido jornalístico - policial dos termos. Ele é um a - social, alguém que está por fora da sociedade e pode vir delinquente, mas isso está por fora de nosso tema. Para viver na sociedade é suficiente ser "educado" quando pensamos a família ou a unidade de produção e a comunidade, como os lugares sociais. Metonimicamente, a definição pode expandir-se sobre o eixo igualitário de lugares parte (família-comunidade) ao todo; cidade, país, mundo.

Para estar neles é necessário ser "educado". Como estar neles, em que condições, nos envia ao eixo das hierarquias, ao universo das formas diferenciais de participação.

A "educação" como condição necessária para estar na sociedade remete ao eixo igualitário, mas ele não é suficiente para estar no eixo da hierarquia, do poder, do prestígio, da economia, dos documentos, do "Você sabe com quem está falando?", da pessoa.

A "escola" aparece como porto para lograr aquelas definições em sua menor expressão, num grau mínimo. A passagem pela "escola" pode ser, nos lugares da família e da comunidade, uma condição

de diferenciação, introduz no eixo da hierarquia e permite atuar como pessoa. A "escola" no plano da política, do mercado de trabalho urbano, etc. aparece só como uma condição necessária, colocando-se - no último contexto - no eixo do indivíduo. Suficiente na comunidade aparece como necessária na cidade, tomando a forma de um mediador entre a condição necessária para a formação do indivíduo e a condição suficiente para a formação da pessoa. A primeira no plano da sociedade global, a segunda no plano da família e da comunidade. Com a "escola" se é indivíduo político, mas dificilmente - não existindo outras condições como poder econômico, por exemplo, - pode-se ser pessoa política, isto é, participar de forma diferencial na arena da distribuição dos bens sociais. Na esfera do trabalho rural ela é uma condição suficiente, na esfera do trabalho urbano ela só é necessária.

O "estudo" aparece na dimensão da hierarquia, da formação da pessoa, na esfera da política, e nos lugares urbanos. O "estudo" significa formas diferenciais de participação, ele também significa, para a ótica das unidades de produção, a saída dos melhores. A saída da "nata" enquanto a "coalhada fica", na medida que os mecanismos de seleção sociais e escolares o impõem. O "estudo" aparece como solução aos limites que a terra determina à reprodução das unidades familiares. Neste sentido o "estudo" é ambíguo: se por um lado ele significa uma forma de solução do ponto de vista dos atores individuais, por outro, é uma descapitalização dos melhores talentos, para as unidades de produção individuais e para o conjunto delas.

Se o "estudo" aparece como solução à difícil reprodução das

unidades a médio prazo, no dia a dia, ela significa diminuir a capacidade (por se estreitar) de acumulação nas unidades. Na subtração de força de trabalho ao processo de trabalho e na subtração dos recursos que a educação demanda aos investimentos na unidade de produção. Fazer crescer - capitalizar - as unidades ou dar "estudo" aos filhos aparecem como alternativas que não se resolvem só num cálculo racional de possibilidades econômicas. Das resoluções por uma ou outra alternativa participa um corpo de significados que deverá ser desvendado.

Nesse corpo, o estudo como veículo para formar a pessoa, como veio de possibilidades diferenciais de participação, volta a ser colocado em xeque quando a participação diferencial é pensada - semantizada - a partir da ótica do econômico na alternativa estudo/capitalização. Questiona-se aqui a possibilidade de ser o "estudo" a melhor via para o êxito econômico. Outros fatores são responsáveis do êxito de acumulação nas unidades familiares. Emerge aqui um modelo do empresário, até anterior ao capitalismo, astuto, empreendedor, assumindo riscos, observador, sagaz, etc. Mais do lado de um Malasartes que de um empresário racional.

A representação parece-nos que está ancorada no processo real da região, no desenvolvimento de um capitalismo sem operários, mas com tratores, adubos químicos, herbicidas, inseticidas etc. De um capitalismo de modernização agrícola que, em poucos anos, transformou a região possibilitando que alguns subissem na dimensão econômica adquirindo uma pessoa que não tinham - ainda que no âmbito estrito da comunidade -.

Neste contexto o estudo não aparece como a única, e frequentemente nem a melhor, via para colocar-se na hierarquia da dimensão econômica. Mas, se uns sobem outros descem, ainda que sô seja em termos relativos. Para estes o "estudo" segue sendo uma via válida, muitas vezes não realizada pelas condições que atuam em contrário.

A partir da ótica do trabalho, o "estudo" opõe o trabalho no sol, como símbolo do trabalho agrícola e o trabalho na sombra como o do trabalho urbano. Trabalho mais leve e que implica uma forma diferencial de participação. Forma que de uma ótica econômica não se liga necessariamente a ganhos maiores, e se estes existem, são compensados pelas condições da vida urbana na qual tudo deve se comprar.

## II

Desde as unidades de produção e desde a esfera da produção várias lógicas desprendem-se sobre o papel da escola-estudo. Devemos salientar em princípio o reconhecimento geral da leitura e o cálculo para as unidades de produção. Tal reconhecimento não se baseia nas específicas necessidades da esfera da produção. Está amplamente compartida desde a esfera da circulação de indivíduos, mercadorias e dinheiro.

Feita a ressalva resumamos brevemente as dimensões e as lógicas do papel da educação desde a esfera da produção. As representações estruturam-se a partir da particular combinação de três dimensões:

A) as características das unidades de produção

- 1) tipo de solo
- 2) tipo de produção (capitalista-tradicional)
- 3) tipo de diversificação

B) O significado de trabalhar na técnica

- 1) técnica como mecanização
- 2) técnica como modelo químico-biológico

C) O significado da educação (escola-estudo)

- 1) a educação como forma ou plano expressivo da educação
- 2) a educação como listagem de conteúdos ou plano instrumental da educação

Nas unidades de produção familiar existentes nas terras pedregosas e não mecanizáveis, habitualmente com um tipo de produção e de diversificação tradicional, identificamos vários tipos de lógicas ou combinações particulares entre as dimensões e os significados que sobre elas se estabelecem.

Um primeiro caso salienta o papel positivo da escola-estudo no processo produtivo, opera combinando os seguintes significados:

- \* a unidade de produção não é mecanizável
- \* a técnica é representada na matriz de um modelo biológico-químico
- \* a educação é representada como conjunto de conteúdos ou no plano instrumental

Um segundo caso formulava a lógica oposta sobre a articulação dos seguintes significados:

- \* uma terra não mecanizável
- \* uma representação da técnica como mecanização
- \* a educação era representada como conjunto de conteúdos ou no plano instrumental

O terceiro caso aparecia como uma importância particular dado que por seu intermédio conseguimos distinguir dois significados na representação da educação:

- \* uma terra não mecanizável
- \* representação da técnica como modelo biológico-químico
- \* educação como forma ou educação expressiva

No terceiro caso no qual a educação não é pensada - como nos dois anteriores - como listagem de conteúdos, ou no plano instrumental, senão como forma ou no plano expressivo, a educação desempenhava um papel particular. Não era relacionada em forma positiva e direta, nem negativamente e direta com a esfera da produção agrícola nas unidades familiares. A educação, na combinação específica do caso nº 3, desempenhava o papel de um catalizador. O plano expressivo da educação aparece como um instrumento que facilita apanhar os conhecimentos que estão na vida.

Nos dois primeiros depoimentos aparecia uma identificação entre escola-estudo e trabalhar na técnica. No primeiro trabalhar na técnica era representado por um modelo biológico-químico, produzindo uma sinapse entre escola-estudo e trabalhar

na técnica. No segundo trabalhar na técnica era representado como mecanização. No contexto de terras não mecanizáveis, a possível relação quebra-se, dando lugar a uma avaliação negativa do papel da escola-estudo.

O terceiro caso estabelecia uma mediação na não identificação escola estudo com listagem de conteúdos ou plano instrumental. A escola estudo aparece como forma ou plano expressivo. O conhecimento enquanto conjunto de conteúdos ou instrumentos apanha-se na vida. A escola-estudo, como formal e expressiva, aparece facilitando apanhar os conhecimentos como um catalizador, que como tal, independe de uma avaliação positiva ou negativa realizada de forma direta.

Nosso quarto caso aparecia nas terras vermelhas e mecanizadas:

- \* terras mecanizadas
- \* trabalhar na técnica como mecanização
- \* educação como conjunto de formas gerais ou plano expressivo

Neste depoimento as duas primeiras dimensões invertem-se com respeito ao terceiro depoimento. O ponto comum é o papel formal expressivo com o qual a educação é representada. Aqui também a combinação produz uma imagem da educação - desde a esfera da produção - como catalizador, como instrumentos de um tipo particular (formais-expressivos) que permitem alcançar outros instrumentos (listagem de conteúdos-instrumentais).

Nosso quinto caso caracterizava-se por:

- \* terras mecanizadas
- \* trabalhar na terra no modelo biológico/químico
- \* educação como conjunto de conteúdos ou plano instrumental

As sinapses entre trabalhar na terra e a representação da educação se produz de forma análoga à de nosso primeiro caso. A diferente terra não aparece interferindo na elaboração de uma lógica comum.

Um primeiro ponto que deve ser levantado é a independência do tipo de terra como elemento isolado de análise para determinar o papel da educação. O papel apareceria na articulação particular do "tipo de terra" como as representações de trabalhar na técnica e da educação.

Se a educação é pensada como conjunto de formas expressiva seja o modelo de trabalhar na técnica biológico/químico ou de mecanização, a educação é pensada como catalizador, como instrumento que acelera a compreensão (apanhar) de outros "instrumentos", ambos encontram-se no território dos símbolos.

Se a educação é pensada como lista de conteúdos ou instrumentos quando a representação da técnica é o modelo biológico químico o papel da educação será positivo do ponto de vista da produção independentemente do tipo de terra. Se ao contrário a educação como instrumento liga-se a uma representação de trabalhar na técnica com o modelo da mecanização o "tipo de terra" passa a ter um

valor estratégico na representação do papel da educação. Neste caso a educação não tem papel positivo a cumprir do ponto de vista da esfera da produção. Neste campo, nas terras não mecanizáveis, se produz uma rejeição de seu valor e necessidade e nas terras mecanizáveis o reconhecimento de seu valor e necessidade.

### III

Desde a esfera da circulação de mercadorias, dinheiro e indivíduos a lógica sobre o papel da educação é monolítica ou apresenta poucas variações no campo da representação. A circulação das mercadorias é das mais clássicas. A educação aparece neste contexto relacionada com o controle dos preços no intercâmbio, ainda no caso de ser analfabeto os atores sabem fazer suas contas até um determinado nível.

A circulação do dinheiro na órbita atual do sistema financeiro, não já no tradicional empréstimo entre vizinhos e parentes, demanda níveis superiores de domínio das técnicas da escrita, leitura e cálculo. Desde o modo de funcionamento, até as avaliações que ele supõe, o financeiro chama à escola. A força de sua demanda pode ser diminuída pela presença, (para a unidade familiar em seu conjunto), de mecanismos de apoio a nível do sindicato que substitui a função desempenhada pelos despachantes. A nível dos indivíduos ela é reduzida pela possível divisão de trabalho na unidade familiar. Certos membros da

família podem especializar-se nas operações e contatos que o sistema financeiro-técnico demanda.

Para uma relação com os organismos financeiros e técnicos realmente independentes, o estudo, na representação dos atores, se faz necessário.

A escassez da terra aparece como um elemento impulsionando para o ciclo escola-estudo, como meio de saída das unidades de produção familiar. A trajetória dos indivíduos para realizar o ciclo escola-estudo aparece condicionada pelas características das unidades de produção familiar às quais pertencem. Existem conjuntos de oportunidades diferenciadas para aquelas que fazem parte de unidades mecanizadas, capitalizadas, etc. e aqueles que fazem parte das unidades tradicionais. Os efeitos sobre a carreira escolar e o futuro no mercado de trabalho já foram salientados.

Que o êxito escolar determine a saída dos melhores é um processo, portanto, de descapitalização intelectual - paralelo à descapitalização via transferência de excedente e mão-de-obra meio rural para o meio urbano. É um efeito não desejável. Efeito este que na produção capitalista parece ser insuperável.

As possibilidades das unidades de produção familiar na região estudada estão em estreita relação com o processo global da agricultura na sociedade brasileira. Processo que se caracteriza no momento por três traços principais: a) o desenvolvimento da

agroindústria; b) a modernização relativa da agricultura brasileira; c) o fechamento gradual da fronteira.

O desenvolvimento da agroindústria coloca o pequeno produtor da região como elo de uma cadeia. De um lado, a agroindústria produz os meios para que o pequeno produtor realize sua produção em padrões técnicos modernos. Por outro lado, ela absorve sua produção. Os meios para a produção que a agroindústria fornece ao pequeno produtor (não só a este por suposto), às unidades de produção familiar (adubos, fertilizantes, inseticidas, produtos químicos e biológicos, máquinas, ferramentas, etc) são produzidos num mercado de concorrência oligopólica, com as lógicas conseqüências, que ao nível dos preços, tal tipo de concorrência determina. Do outro lado, a agroindústria absorve sua produção num mercado de tipo oligopsônico, que impõe sobre o produtor, padrões de tipificação dos produtos.

O desenvolvimento da agroindústria afeta de forma diferencial as unidades de produção "tradicionais" e as unidades "capitalistas" ou "capitalizadas". As primeiras continuam a produzir um excedente (seja formado por trabalho necessário ou trabalho excedente) sejam quais sejam os preços dos produtos que compõem o excedente. Sua diversificação tradicional garante, frequentemente no limite, a subsistência do grupo familiar e atua como freio à crise no preço e às crises naturais do binômio trigo-soja. Para os segundos ligados à agroindústria pelos insumos e os produtos, o preço tem que compensar os financiamentos levantados para realizar a produção. Necessitam de um preço garantido que de alguma forma permita o reinício permanente do

ciclo D-M-M-D. A aquisição dos insumos se faz possível pelo financiamento a juros negativos, pela política geral de subsídios, os quais possibilitam a capitalização do produtor e principalmente o desenvolvimento da agroindústria. A crise natural (notável no caso do trigo) no caso das unidades de produção capitalistas ou capitalizadas, é respondida com a diversificação tradicional ou capitalista. A primeira diversificação estabelece uma espécie particular de unidade de produção fundada na articulação de uma produção não comercial (sem capital) e uma produção comercial (com capitais). A segunda diversificação é feita com a capitalização (novos empréstimos) e uma relação mais estreita com a agroindústria.

Na sombra da agroindústria e das políticas governamentais de apoio à agricultura, a elas enlaçadas, um processo de diferenciação econômico social processou-se entre as unidades de produção familiar da região. Sobre a base da recuperação das terras existentes uma reversão ou inversão do espaço econômico e social aconteceu na região, na correlação de propriedades do solo interagindo com técnicas e conhecimentos existentes.

O termo descritivo de modernização aponta esse processo. As terras de fertilidade "natural" opõem-se com desvantagens às terras de fertilidade "produzida", as terras recuperadas. O trabalho a enxada e boi foi substituído nas segundas pelo trator e as automotrizes. Enquanto as unidades tradicionais continuam ocupando a força de trabalho familiar, nas unidades capitalistas se produz uma forte liberação de mão-de-obra. Supomos que estas oposições não são radicais nem constituem uma diferenciação de dois termos.

Entre as terras totalmente mecanizadas e as terras sem nenhuma mecanização, estão os que têm algum grau de mecanização. Sobre estas condições de acessos diferenciais ao conforto, à educação e à saúde constroem-se dando lugar aos abastados e os pobres.

Um dos resultados principais da modernização, entendida como mecanização, uso de herbicidas, etc, como substituição de mão-de-obra por capital, é a formação de um excedente populacional — ou excedente de mão-de-obra — que não tem possibilidades, na região, de inserir-se no mercado de trabalho. População que deve migrar na procura de novas terras ou de empregos nas frentes de trabalho, mercado urbano, etc.

O problema agudiza-se com o paulatino fechamento das fronteiras, tradicional escoadouro do excedente populacional. As terras sem donos e as terras de preços "baixos" — adequadas ao nível de acumulação das unidades familiares — vão paulatinamente desaparecendo. A fronteira hoje é o lugar da luta pela propriedade da terra, hoje é lugar de conflito e não de solução de conflito.

Mas o relativo fechamento da fronteira não atua da mesma forma sobre a reprodução das unidades familiares que passaram, de forma diferente, pelo processo dos anos sessenta. Não atua da mesma forma sobre as unidades que compõem a estrutura econômico-social diferenciada da região. Os colonos das terras pedregosas, não mecanizadas, têm cada vez menos possibilidades de vender sua terra. No caso de logrã-lo, os valores obtidos não são suficientes para alcançar os custos que a compra de terra e maquinária demandam

para um deslocamento de novo tipo, um deslocamento com capitais para formar empresas familiares de tamanho médio. Os colonos abastados, mecanizados, etc, tem maiores possibilidades de vender sua terra, ainda que a seus pares, possuindo a maquinária e, estando o grupo familiar disposto a enfrentar os custos da migração, pode participar em projetos diversos de formação de empresas agrícolas de tamanho médio.

Possivelmente a diferenciação continue na região, podendo emergir, ao mesmo tempo, um agricultor com as — sonhadas por muitos — características do tipo "farmer". Ao mesmo tempo, que o processo gera uma proletarianização e a permanência de unidades familiares que descrevemos como tradicionais.

Tal diversificação do processo não depende da ação de cegas e predeterminadas forças econômicas. Elas existem como contornos da ação dos atores que pode redefinir o processo.

Provavelmente na região, se continuar acontecendo saídas para outras regiões, as unidades de produção mais capitalizadas tendam a crescer em terra e capital, redefinindo-se lenta ou rapidamente a estrutura fundiária. As unidades de produção tradicionais continuarão existindo na medida que não apareçam cultivos alternativos e inovações técnicas que a façam "interessantes" para o capital. Cultivos e técnicas que produz uma revalorização dessas terras. As unidades tradicionais continuarão gerando um excedente de mão-de-obra que engrossará as cidades ou as fileiras do trabalho volante, semi-ocupado, que se desloca pelo território.

Uma política governamental que apoie de forma violenta uma

diversificação da produção familiar sem liberação de mão-de-obra, isto é, política que não substitua mão-de-obra por maquinária poderá solucionar parte do excedente populacional, com a ocupação plena do grupo familiar. Tal política, de todo modo, não poderá solucionar o problema da reprodução das unidades de produção familiar. Como os entrevistados salientam, o que tinha para distribuir já foi distribuído. De qualquer forma, uma modernização orientada para a ocupação plena da mão-de-obra familiar não é desprezível se consegue diminuir a expulsão e dar melhores condições de vida aos membros das unidades familiares.

Para a realização desse processo os organismos da classe (sindicato, cooperativas) e os organismos governamentais (financeiros e técnicos) têm que desempenhar um papel relevante. Cabe salientar que o papel a desempenhar pelos organismos de classe é um produto das "forças" da classe que estão na sua direção. O papel dos organismos governamentais depende do modelo econômico social que um processo democrático permita gerar na sociedade brasileira.

# B I B L I O G R A F I A

- AMIR, S; (1974) "Le Capitalisme et la Rente Foncière" in "La Question Paysan et le capitalismo". Ed.; ANTROPOS , IDEP, PARIS.
- ARCHETTI, E.P. e Stolem Fristi Aune; (1975) "Explotación Familiar, Acumulación de Capital en el Campo Argentino Ed.; SJGLO XXI S/A, Buenos Aires
- BALAN, J; (1974) "Las Historias de Vide en Ciências Sociais" Nueva Visión, Buenos Aires.
- BENNET, N.; (1975) "Education pour le developement rural - les essais de nombreux pays. Discussion sur L'Alphabetizations, Tehēran, I.I.M.A.A.; 6(3): 25-50, automne
- BETTEL-HEIN, Ch, (1972) "Cálculo Económico y formas de propiedad" SXXI Ed Buenos Aires
- BLAUNG, M; (1968) "Economics of Education" Midaleset - Penquim
- BOUDON, R; (1973) "L'Inégalité des chances" - Arman Colin, Paris.
- BOUDON, R; (1979) "Efeitos Perversos e Ordem Social" R.Janeiro, Ed. ZAHAR
- BORJ, B.; (1979) "Estado, Agroindustria e Formação de Classes sociais na agricultura brasileira" Mímemo, M.Gerais.
- BOURDIEU, P.; (1974) "A Economia das Trocas Simbolicas" Editora Perpetiva.
- BOURDIEU, P. - PASSERON I.C; (1975) - "A Reprodução Elementos para uma teoria do sistema do ensino" Editora Francisco Alves.

- BRANT, V.C.; "Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana - Estudos CEBRAP, Nº 19
- BRANT, V.C.; (1975) - "Desenvolvimento Agrícola e Excedentes Populacionais na América Latina (notas teoricas) Estudos CEBRAP - 14 - out./nov./dez./1979
- CARVALHO, J.C.; (1978) "Camponeses no Brasil" - Petrópolis, Vozes.
- CHAI, Hon-Cha,; "Planejamento Educacional para uma Sociedade Plural - Cadernos de Pesquisa nº 19.
- COELHO, C.C.P.C.; (1975) "Produtores rurais da região de Campinas: tentativa de caracterização de um comportamento empresarial." Cadernos CERU, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, (8): 201-63, out. 75
- CONTADOR, C.R.; (1975) "Tecnologia e Rentabilidade na Agricultura Brasileira - IPEA, RJ. nº 28
- CONTADOR, C.R.; (1975) "Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola" IPEA, RJ.
- CONTADOR, C.R.; (1974) "Dualismo Tecnológico na Agricultura novos comentários" - Pesq. Plan. Econ. R.J. 4(1) 119 a 130 fev. 1974
- CORREA, A.L.; (1965) "Economia de Educação" Rio de Janeiro, IPEA/CHRN 1965
- CERON A.O e DINIZ J.A.F.; "Tipologia da Agricultura, cuestiones Metodológicas e problemas de aplicação - Rev. Brasileira de Geografia Nº 3 Ano 32.
- CURY, C.R.J.; (1979) "Categorias possíveis para uma aproximação do fenômeno educativo. Educação e Sociedade, São Paulo, Centro de Estudos Educação e Sociedade. 1(2): 121-7, jan. 1979.

- DA MATTA, R.; (1978) "O Ofício de Etnólogo, ou como ter ANTHROPOLOGICAL BLUES" - Boletim Museu Nacional, R.J.; Maio 1978
- DA MATTA, R.; (1979) "Carnavais, Malandros e Heróis" R.J.ZAHAR,
- DAUSTER, R.; (1975) "Análise do nível operatório do Adulto Analfabeto - MEC/MOBRAI/SEPES, 1975
- DOUGLAS, M.; (1966) "Pureza a Perigo"- Ed. Perspectiva
- DUARTE, J. (1974) "Agricultura e Acumulação", revista Debate e Crítica nº 2 - Ed. Hucitex Ltda, S.Paulo jan./jun.1974.
- DURKHEIM, E. (1924) "Sociologia e Filosofia" - Forense Universitária, Brasil
- EMMANUEL, A.; (1978) "La Ganancia y la crisis um nuevo enfoque de las contradicciones del capitalismo Ed. SXXI, España
- FEITOSA, I.O e FATIMA, L.G.; (1978) "Diretrizes Gerais de Currículo para o meio rural - SEPLAN/PR/GOF. 1978
- FLICHMAN, G.; "Sobre a Teoria da Renda Fundiaria" - Estudos CEBRAP nº 20 -
- FORACCHI, M.M.; (1974) "A noção de "Participação-Exclusão" no estudo das populações marginais "In Debate e Crítica SP. nº 2 jan./jun.
- GARCIA, J.; AFRANIO R. e HEREDA, B.A. - (1971) - "Trabalho familiar e compesinato. América Latina, Rio de Janeiro Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 14 (1-2): 10-19, jan./jun. 1971
- GEERTZ, C.; (1978) "A Interpretação das Culturas" - Ed. ZAHAR, R.J.

- GOMES, J.S.; (1966) "A Educação nos estudos de comunidade do Brasil. Educação e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, (2) ago. 1966
- GREY, A.; (1976) "Qui est alphabete? Discussion sur L'Alphabetisation. Tehéran, I.I.M.A.A., 7 (2):41-42, Eté 1976.
- GRAZIANO, S.J.F.; (1978) "Estrutura agraria e produção de subsistencia na Agricultura brasileira" - S.P. HUCITEX.
- HARBISON F e MYERS C.A. (1965) "Educação, mão-de-obra e crescimento econômico, Fundo de Culutra, Rio de Janeiro.
- HAYANI e RUTTAN; (1971) "Agricultural Development an International Perspecting" - Baltimore, Johns Hopkins Press.
- HELV D S.M.; (1963) "Nuevas Tendencias de la educacion de adultos" Unesco.
- IANNI, O.; (1977) "O estado e o trabalho rural" - Contexto nº 4
- KAUTSKY, K.; (1974) "La Cuestion Agraria" S. XXI, Bs.As.
- LANGONI, C.G.; (1973) "Distribucion da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil" - R.J, Expressão e Cultura.
- LANGONI, C.G.; (1972) "O papel do investimento em educação e tecnologia no processo de desenvolvimento econômico - EPGE - F.G.Vargas - Rio de Janeiro.
- LEVY, S.; "Análise Custo Benefício do Sistema Educacional São Paulo" CNRH/Mimeo
- LEWIN, H.; (1974) "A Temática do Mundo Rural nos planos de desenvolvimento econômico", em Debate e Crítica, nº 4

- LOVISOLO, H.; (1978) "E educação e seus efeitos - Follow-up do Aluno do MOBRL. MEC/MOBRAL/SEPES
- LOVISOLO, H.; (1978) "Caracterização do Aluno do Programa de Alfabetização Funcional" - MEC/MOBRAL/SEPES
- MARTINS, J.S.; (1974) "A Valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural" - Debate e Crítica nº 2
- MARX, F.; (1977) "Formações Econômicas Pré-capitalistas Paz e Terra, R.J.,  
"El Capital Vol. III. FCE
- MOTA, E.W.C. e H.T.CASTRO S.; (1973) "Migrações internas no Brasil - Coleção relatórios de Pesquisa - IPEA, INPES
- MEC,; "Subsídio para o planejamento da Educação no Meio Rural".
- MESQUITA, W. e SILVA S.T.; "Regiões agrícolas do Estado do Paraná, uma definição estadística - Rev. Brasileira de Geografia nº 1 ANO 32
- NICCHOLLS, I.T.; "Paiva e o Dualismo Tecnológico na agricultura: um comentário" - IPEA/INPES Rev. de Pesquisa e Planejamento Econômico - VOL.II fev. 1972
- MULLER, C.; (1976) "Os preços relativos de fatores e os Fatores poupadores de mão-de-obra na agricultura Brasileira" em Pesquisa e Planejamento Econômico 6(3) P.767-786
- MOUZOLIS, U.; (1976) "Capitalismo and The Development of Agriculture The Journal of Paesent Studies. V.3 nº 4 July 1976
- NETO, I.G.; (1979) "Capitalismo e Tecnologia no Campo: Notas Preliminares" - Encontro com a Civilização Brasileira R.J. Vol. 10
- PAIVA, R.M. e SEHATTAN S.; (1976) "Setor Agrícola do Brasil. Ed. FORENSE, SP.

- PAIVA, R.M.; (1971) "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura" - IPEA/INPS - Pesq. e Planej. Econ. Vol. I nº 2 - Guanabara, dez.
- PAIVA, R.M.; (1972) "Modernização e Dualismo Tecnológico: respostas aos comentários dos professores: NICHOLLS e SCHUH. - Pesq. e Plan. Econ. Vol. II nº especial, fev.
- PASTORE, A.; (1973) "A Resposta da Produção Agrícola aos preços no Brasil" - APEC, SP.
- PASTORE, A.C.; Barro J.R. (1976) - "Absorção de mão-de-obra e os efeitos, distributivos do programa tecnológico na Agricultura" - REv. Brasileira de Economia R.J. V.30
- PASTORE, J.; (1977) "Agricultura de subsistema e opções Tecnológicas" Estudos Econômicos: vol. 7 - nº 3.
- PEREIRA, L. e FORACCHI M.M.; (1969) "Educação e Sociedade" - C.Ed.
- POPOVIC, A.M.; (1971) "Alfabetização: um problema interdisciplinar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (2) : 1-48; nov. 1971.
- PRASAD. C..; (1975) "Le Programme d'alphabetisation fonctionnelle des fermiers". Discussion sur L'Alphabetisation, Tehêran, I.I.M.A.A., 6(3) - 51-69, automne 1975
- QUEDA, O; e SZMECSANYI, T.; (1973) "Vida Rural e Mudança Social" Cia Editora Nacional, SP.
- QUEIROZ, (1973) "O Campesinato Brasileiro" Voses Petrópolis.
- REZENDE, G.C.; (1978) "Produção, emprego e estrutura agraria, na região cacauêira da Bahia" - Pesq.Plan.Econ. R.J.8(1) 83-116, abr. 1978

- RYFT, T.B.; (1976) "A difusão a inovação na agricultura" Rev. Bras. de Econ. Vol. 30 nº 7 - jul/set. 1976
- SACHS, R.E.G.; (1979) "Educations Need of Farmers" A Cross National Study. - Sociologia Rurais vol. XIX, nº 1
- SCHMIDT, A.; (1976) "El concepto de naturaleza en MARX" Ed.S.XXI
- SCHUH, G.E.; (1972) "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura alguns comentários - Pesq. e Plan. Econ. Vol. II, 1972
- AHANIN, T.; (1976) "Peasents and Peasant Societies - Penquin Books Ld.
- SCHUITZ, T.W.; (1975) "Transforming Traditional Agriculture" Yale University Press.
- SCHULTZ, T. (1976) "Valor Econômico da Educação" Zahar Ed. 1976
- SCHULTZ, T. (1973) "O Capital Humano - Zahar Ed. 1973
- SCHUTZ, P.F.C.(1978) "Pesquisa Educacional para o meio rural". Educação e Realidade, Porto Alegre, UFRS. Faculdade de Educação (3): 35-40, jan. 1978.
- SCHUTZ, P.F.C.(1978) "Ruralização da Educação: um enfoque alternativo. Cadernos de Pesquisa. São Paulo. Fundação Carlos Chagas, (25) - 47-52, jun. 1978.
- SHANIN, T.; (1978) "La Medicion del Capitalismo dentro del campesinado<sup>1</sup>" - Estudos Rurais Latinoamericanos.
- SILVA, J.G.; (1979) "Para onde vai a agricultura" - Encontros com a Civilização Brasileira - Vol. 10
- TAVARES, S.J.V.;(1979) "Colonos do Vinho" - Hucitec, SP.

- TEPICHT, J.; (1973) "Marxisme et agriculture: Le Paysan Polonais" A. Colin, Paris
- VELHO, O.C.C.; (1969) "O Conceito de Campones e sua aplicação à Análise do Meio Rural Brasileiro" - A. Latina, R.J. 12(1): 1969
- VELHO, O.; (1972) "Frentes de Expansão e Estrutura Agrária" R.J. Zahar.
- VELHO, O.; (1976) "Capitalismo Autoritário e Campesinato" DIFEL, 1976
- WARDE, M.J.; (1977) "Educação e Estrutura Social" - SP, Cortez e Marcos
- WEBER MAX; (1976) "A ética Protestante e o espírito do capitalismo. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
- WEBER, M.; (1966) "História Geral da Economia" - SP. ed. Mestre Jov.
- WEBER, M.; (1979) "Ensaio de Sociologia" - Ed. Zahar, R.J.
- WIGGERS, T.A.; (1977) "Programa de Alfabetização Funcional na Região Nordeste - MEC/MOBRAL/1977
- WIGGERS, T.A.; (1978) "Programa de Alfabetização Funcional" na Região Sudeste Industrial - Subsídios para avaliação. MEC/MOBRAL/SEPES, 1978
- WOLF, ERIC.; (1976) "Sociedade Camponesa" - Zahar, R.J.
- WOLF, E.; (1977) "Una Tipología del campesinado Latinoamericano" Ed. NUEVA VISIÓN, Bs. As.